

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Maria Eduarda dos Santos Zambarda

**A AGROECOLOGIA E O MERCADO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR EM EMPRESAS ALIMENTARES E RESTAURANTES
DE SANTA CRUZ DO SUL/ RS/ BRASIL**

Santa Cruz do Sul

2021

Maria Eduarda dos Santos Zambarda

**A AGROECOLOGIA E O MERCADO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR EM EMPRESAS ALIMENTARES E RESTAURANTES
DE SANTA CRUZ DO SUL/ RS/ BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Elisabeta Etges

Santa Cruz do Sul

2021

CIP - Catalogação na Publicação

dos Santos Zambarda, Maria Eduarda
A AGROECOLOGIA E O MERCADO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR EM EMPRESAS ALIMENTARES E RESTAURANTES DE
SANTA CRUZ DO SUL/ RS/ BRASIL / Maria Eduarda dos Santos
Zambarda. – 2020.

103 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) –
Universidade de Santa Cruz do Sul, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Virgínia Elisabeta Etges.

1. Agroecologia. 2. Agricultura Familiar. 3. Cadeias Curtas.
4. Sítios Simbólicos de Pertencimento. 5. Desenvolvimento
regional. I. Etges, Virgínia Elisabeta. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Nesta trajetória de mestranda, em meio a turbulências e mudanças da vida, uma pandemia mundial de COVID-19, um governo brasileiro de descaso e retrocessos em todos os aspectos, expressei meu agradecimento ao PPGDR, representado pela coordenação, professores, docentes, secretárias, Grasiela e Carolina, eficientes e atenciosas, e aos colegas de Curso. Sou muito grata aos ensinamentos, apoio, incentivo, às trocas de experiências, vivências, aprendizagens, e de conhecimentos. Estar com vocês (mesmo que as vezes *online*) foi mais que uma injeção de ânimo, foi de vida e esperança para continuar acreditando em realizar sonhos, que viraram utopias nesses momentos tão difíceis e muitas vezes desesperadores.

Agradeço em especial a Profa. Erica Karnopp e ao Prof. Rogério Leandro Lima da Silveira que me apresentaram o programa, à CAPES pelo apoio financeiro, sem ele esta pesquisa não teria sido possível. A professora Cidonea Machado Deponti e a pós-doutoranda Potira Viegas Preiss, por estarem sempre disponíveis na busca por referências e proporcionarem além de conhecimento, experiências práticas de extensão.

À Profa. Virgínia Elisabeta Etges (orientadora) agradeço a atenção, dedicação, o incentivo, a compreensão, e os ensinamentos. Mesmo em minhas crises me mostrava o quanto eu era capaz de seguir em frente, obrigada por ser inspiração de força e resistência. Foi mais que uma orientadora de dissertação, nunca vou esquecer de um dia que falou que o mestrado em Desenvolvimento Regional transforma a vida em todos aspectos e relações, e sim aconteceu, foi um período de grandes transformações pessoais na vida, e sobre a consciência do mundo que vivemos e a importância do papel de cada um para que as mudanças aconteçam.

As trocas de experiências, vivências e parcerias com os colegas da turma do Mestrado de 2019, Alessandra, Alexander, Carlos, Diego, Juliana, Maria Eduarda, Renata e Rodrigo, e aos colegas do doutorado Ana, Francieli, Leonardo, Matheus, Tuize e Vinicius. Especialmente à Diana Filipina Anton e à Juliana de Paula, que continuaram a compartilhar as angústias, alegrias e correrias da vida, o apoio dessas mulheres em períodos remotos e de distanciamento me faz mais forte.

Aos companheiros do MPA, MST, MTD, por meio dos quais tive a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a Agricultura Familiar, a produção de base Agroecológica, assim como os planos estratégicos de ação e prática destes movimentos sociais na busca pela qualidade alimentar e de vida em que acreditam. A oportunidade de ser extensionista das chamadas públicas do extinto MDA e conhecer a diversidade e a capacidade de reprodução

Agricultura Familiar em diversos municípios do estado do Rio Grande do Sul, trocando experiências, vivências e conhecimentos, onde estes agricultores a cada visita me mostravam que era possível aliar a teoria à prática e construir possibilidades viáveis e saudáveis, em meio às adversidades causadas pela ‘modernização’ da agricultura.

Às entidades que fazem parte da AVRPA, especialmente CAPA, EFASC e MPA, por viabilizarem os encontros com os agricultores orgânicos entrevistados nesta pesquisa e por contribuírem com informações pertinentes sobre a Agroecologia em Santa Cruz do Sul. Vocês realizam um trabalho incrível de resistência em meio a tantas adversidades e à conjuntura atual, que só piora quanto ao descaso com a agricultura familiar no Brasil, principalmente se tratando dos agricultores familiares orgânicos.

Aos meus pais Sonia dos Santos Zambarda e Otomar dos Santos Zambarda (*in memoriam*), que sempre me incentivaram aos estudos, e mesmo não entendendo a dimensão de um Mestrado me apoiaram e compreenderam meus momentos de ausência. Infelizmente meu pai, quem mais cobrou que eu estudasse durante minha vida toda, não esteve presente até o final dessa trajetória, mas felizmente pude estar com ele nos seus últimos anos de vida e serei eternamente grata pelos ensinamentos e momentos bons compartilhados. À minha mãe, gratidão é pouco a tanto amor, dedicação, paciência, por compartilhar choros, risadas, trazer leveza e diversão aos meus dias e por ser minha fonte de força e inspiração de não desistir dos sonhos, mas estar com os pés no chão para enfrentar os obstáculos. Ao meu irmão Tuca, minha cunhada Jose e minha sobrinha Tayná, por compreenderem minha ausência por muitas vezes, mas sempre sendo meu apoio incondicional nessa caminhada. Família, vocês são meu bem maior, meu amor por vocês não tem dimensão e limites!

A todos familiares que torceram por mim, mesmo à distância o apoio de vocês foi muito valioso. Aos meus amigos, que mesmo eu não estando presente em vários momentos e negando vários convites, nunca deixaram de me apoiar a continuar. Em especial minha amiga Sandi, que compartilhou das minhas e sempre esteve presente nessa caminhada me apoiando em todos os momentos de alegrias a desesperos.

Agradeço a Deus por me proporcionar os aprendizados nessa trajetória chamada vida, o encontro com pessoas tão incríveis, que me fizeram crescer e me fizeram melhor a cada momento, a força vem de ter a certeza que não estou sozinha, os obstáculos se tornam pequenos perto da energia boa que compartilhar a vida com vocês me traz.

Gratidão por tanto!

“Antigamente as grandes nações mandavam seus exércitos conquistar territórios e o nome disso era colonização. Hoje as grandes nações mandam suas multinacionais conquistar mercados e o nome disso é globalização.”

- Milton Santos

“Por trás do decrescimento há um projeto de um outro paradigma, de uma verdadeira sociedade alternativa à sociedade de crescimento. Trata-se de um projeto para romper com uma sociedade e construir outra que não esteja voltada para a religião do crescimento. Se quisermos ser rigorosos, teríamos que falar em acrescimento, assim como falamos em ateísmo.

Evidentemente, é preciso falar no projeto de uma outra sociedade que deve crescer com a felicidade, qualidade do ar, da água, da alimentação.”

- Serge Latouche

“Solo sadio, planta sadia, ser humano sadio.”

- Ana Primavesi

RESUMO

Esta pesquisa teve como tema a agroecologia e o mercado de alimentos orgânicos da agricultura familiar em empresas alimentares e restaurantes de Santa Cruz do Sul, com o propósito de investigar e analisar as estratégias de comercialização da produção orgânica, proveniente da agricultura familiar da região, junto a empresas e restaurantes que fornecem refeições no espaço urbano. Procurou-se compreender as relações, interações, recursos e valores que envolvem a efetivação de novos mercados sustentáveis, visando preencher lacunas existentes entre a produção e o consumo na produção orgânica local. Assim, o objetivo da pesquisa foi analisar a demanda por produtos orgânicos da agricultura familiar por empresas de alimentação e restaurantes que servem refeições em Santa Cruz do Sul e sua repercussão na formação de cadeias curtas de comercialização desses produtos. A abordagem teórico-metodológica está referenciada na obra do economista franco marroquino Hassan Zaoual (2006), intitulada Nova Economia das Iniciativas Locais - uma introdução ao pensamento pós-global, que traz a discussão dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, ainda pouco conhecida no Brasil. A pesquisa delimitou-se à região de Santa Cruz do Sul, onde foram entrevistados proprietários de quatro restaurantes, localizados na área central da cidade, e um restaurante industrial que presta serviço de refeições terceirizadas, principalmente às empresas do tabaco, localizadas no distrito industrial. Quanto à produção, foram entrevistados quatro agricultores familiares que produzem e comercializam alimentos orgânicos na região, destes, três vinculados ao CAPA, MPA, EFASC e um que conta com a certificação participativa da rede Ecovida. Os resultados evidenciam que a produção orgânica da agricultura familiar praticada na região se orienta nos princípios da Agroecologia. Evidenciam também que a opção por produtos orgânicos nos restaurantes e na empresa alimentar são identificados como diferenciais nos seus cardápios pelos consumidores, preocupados com a saúde, a nutrição e a melhor qualidade dos alimentos consumidos nas refeições. Existe uma relação de confiança entre os restaurantes e os agricultores que fornecem os produtos, que foi estreitada em decorrência da pandemia que interrompeu as buscas de produtos na CEASA em Porto Alegre. A partir destas práticas observou-se a capacidade de organização destes agricultores junto as instituições, em que sua presença ativa remete a um sentido de pertencimento e valorização da capacidade local de organização de novas economias que sejam mais equitativas, baseadas em relações de confiança, participação, cooperação e comprometimento mútuo presentes nessas interações. Estes vínculos fortalecem a permanência dos agricultores familiares na produção orgânica de alimentos, ainda mais em um território em que a maioria dos agricultores produz tabaco, marcados pela relação individualizada imposta pelas empresas do setor. É importante ressaltar que os dados a partir das demandas dos restaurantes, evidenciam perspectivas de ampliação no fornecimento de alimentos orgânicos a partir da agricultura familiar da região, o que converge com as expectativas dos agricultores quanto às possibilidades de ampliação desta produção. Mas há aspectos que limitam esta possibilidade, como poucos recursos para investimentos, mesmo em estruturas simples e que fariam muita diferença, como por exemplo, estufas e sistemas de irrigação, que permitiriam o aumento da produção e a superação da sazonalidade na oferta dos produtos.

Palavras-chave: Agroecologia. Agricultura Familiar. Cadeias Curtas. Sítios Simbólicos de Pertencimento. Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This research had as its theme the agroecology and organic food market of family farming in food companies and restaurants in Santa Cruz do Sul, with the purpose of investigating and analyzing the marketing strategies of organic production, from family farming in the region, with companies and restaurants that provide meals in the urban space. The aim was to understand the relations, interactions, resources, and values that involve the effectuation of new sustainable markets, aiming at filling the existing gaps between production and consumption in the local organic production. Thus, the objective of the research was to analyze the demand for organic products from family agriculture by food companies and restaurants that serve meals in Santa Cruz do Sul and its repercussion on the formation of short commercialization chains for these products. The theoretical and methodological approach is referenced in the work of the French Moroccan economist Hassan Zaoual (2006), entitled *New Economy of Local Initiatives - an introduction to post-global thought*, which brings the discussion of Symbolic Sites of Belonging, still little known in Brazil. The research was delimited to the region of Santa Cruz do Sul, where the owners of four restaurants, located in the central area of the city, and one industrial restaurant that provides outsourced meal services, mainly to tobacco companies, located in the industrial district, were interviewed. As for production, four family farmers who produce and sell organic food in the region were interviewed, three of them linked to CAPA, MPA, EFASC, and one who has the participative certification of the Ecovida network. The results show that the organic production of family farming practiced in the region is guided by the principles of Agroecology. They also show that the option for organic products in the restaurants and the food company are identified as differentials in their menus by the consumers, who are concerned with health, nutrition and better quality of the food consumed in the meals. There is a relationship of trust between the restaurants and the farmers that supply the products, which was tightened as a result of the pandemic that interrupted the search for products at CEASA in Porto Alegre. From these practices it was observed the organizational capacity of these farmers with the institutions, in which their active presence refers to a sense of belonging and appreciation of the local ability to organize new economies that are more equitable, based on relationships of trust, participation, cooperation and mutual commitment present in these interactions. These bonds strengthen the permanence of family farmers in organic food production, even more in a territory where most farmers produce tobacco, marked by the individualized relationship imposed by the companies in the sector. It is important to emphasize that the data from the demands of the restaurants show perspectives of expansion in the supply of organic food from family farms in the region, which converges with the expectations of farmers regarding the possibilities of expanding this production. But there are aspects that limit this possibility, such as few resources for investments, even in simple structures that would make a lot of difference, such as greenhouses and irrigation systems, which would allow the increase in production and overcoming seasonality in the supply of products.

Keywords: Agroecology. Family Agriculture. Short Chains. Symbolic Sites of Belonging. Regional development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A região do Vale do Rio Pardo e suas sub-regiões	46
Gráfico 1 - Participação do PIB dos municípios do VRP sobre o PIB total do Corede VRP nos anos de 2000, 2010 e 2013	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais estilos de “agricultura alternativa”, seus protagonistas e princípios	33
Quadro 2 - Caracterização da propriedade e do grupo familiar dos agricultores entrevistados	65
Quadro 3 - Caracterização dos restaurantes	71
Quadro 4 - Relações com os fornecedores para abastecimento dos restaurantes	73

LISTA DE ABREVIATURAS

AAVRP	Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo
AF	Agricultor(a) Familiar
AFR	Agricultura Familiar Regional
AAO	Associação de Agricultura Orgânica
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BAT	British American Tobacco
CC	Cadeias Curtas
CCC	Cadeias Curtas de Comercialização
CEDEJOR	Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CEASA	Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da região dos Vales
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CERT	Certificação por auditoria
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
COOPERVEC	Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Vera Cruz
COOPERSANTA	Cooperativa Regional de Alimentos Santa Cruz
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ECOVALE	Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas
ECOVIDA	Associação de Certificação Participativa
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EFASC	Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul
EFASOL	Escola Família Agrícola de Vale do Sol
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
IFOAM	Federação Internacional do Movimento da Agricultura Orgânica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos
OCS	Organização de Controle Social
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
OXFAM	Oxford Committee for Famine Reliefe
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
R	Restaurante
SPGs	Sistemas de Garantia da Qualidade Participativa
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
VRP	Vale do Rio Pardo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 AGRICULTURA E AGROECOLOGIA	23
2.1 Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável.....	26
2.2 Processos produtivos de base agroecológica e cadeias curtas de comercialização	33
2.3 Sítios Simbólicos de Pertencimento e a configuração do território	42
3 A AGROECOLOGIA NA REGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL.....	46
3.1 A formação do território da região de Santa Cruz do Sul	47
3.2 As limitações impostas pela produção de tabaco e o sentido de pertencimento	54
3.3 A certificação da produção.....	58
4 A CONFIGURAÇÃO DE CADEIAS CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO NA DEMANDA POR PRODUTOS ORGÂNICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR EMPRESAS DE ALIMENTAÇÃO E RESTAURANTES EM SANTA CRUZ DO SUL	62
4.1 A produção de alimentos orgânicos pela agricultura familiar, a demanda das empresas de alimentação e restaurantes em Santa Cruz do Sul e a configuração de cadeias curtas de comercialização.....	66
4.2 A produção orgânica na agricultura familiar e sua repercussão na formação de sítios simbólicos de pertencimento na região	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICES	102
Apêndice 1 – Roteiro de entrevista semiestruturada A	102
Apêndice 2 – Roteiro de entrevista semiestruturada B.....	104

1. INTRODUÇÃO

A agricultura, a partir de 1950, iniciou um profundo processo de transformação que se consolidou com a Revolução Verde, um modelo de desenvolvimento agrícola baseado em insumos químicos, máquinas, monocultivos, operando dentro da lógica empresarial capitalista.

Essa modernização no meio rural, com o propósito de aumento de produtividade e renda, trouxe com seus processos produtivos, a degradação e o desequilíbrio ambiental, alterações nos ecossistemas, além de desconsiderar o modo de vida e os sistemas produtivos da agricultura familiar¹. Com a expansão desse modelo de produção, conhecido como agricultura convencional, os impactos ambientais e sociais negativos foram se intensificando no Brasil principalmente a partir de 1980, o que fez surgir a necessidade de conhecer, estudar e viabilizar novas práticas de manejos sustentáveis, que fossem mais abrangentes, contemplando a diversidade rural e agrícola (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a).

É nessa perspectiva que a Agroecologia vem se constituindo, nas últimas décadas, em um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, que se apresenta como uma matriz disciplinar integradora, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas, passando a ser o principal enfoque científico quando o objetivo é a transição do atual modelo hegemônico de agricultura insustentável, para modelos de desenvolvimento e de agriculturas sustentáveis (CAPORAL et al., 2006).

A Agroecologia não se resume à substituição de práticas e manejos agrícolas degradantes, praticadas pelo modelo agrícola convencional. A transição para o modelo de produção com base agroecológica vai além dos aspectos tecnológicos ou agronômicos da produção, constitui práticas e conhecimentos associados com dimensões mais amplas e complexas de produção, reduzindo ao máximo a degradação dos recursos naturais. Para tanto, desenvolve novos conhecimentos, junto com o resgate de saberes das populações tradicionais que vivem e

¹ A Agricultura Familiar é definida com base na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

No Art.3º para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

trabalham no meio rural, investigando as diferentes condições locais e suas particularidades (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b).

Nesse processo, em alguns espaços é observado o interesse crescente dos agricultores familiares por práticas de manejo orgânico, norteados pelos princípios da Agroecologia, visando a não utilização de insumos químicos, produzindo insumos na propriedade, promovendo a recuperação do solo e, acima de tudo, a conscientização quanto aos impactos do uso de agrotóxicos na saúde, tanto dos que produzem, quanto dos que consomem esses alimentos.

A demanda por alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos também tem aumentado, mas a maioria das pessoas que procuram esses alimentos em supermercados ou lojas especializadas, reclamam dos preços mais elevados (MAPA, 2019).

Para que mais alimentos orgânicos cheguem até os consumidores, é necessário olhar para os mercados e redes de relações, desde a produção até a comercialização e o consumo, para que esse impasse, entre oferta e demanda não continue sendo a justificativa, para o não desenvolvimento de novas formas de comercialização, implicando em mudanças nos hábitos alimentares da população. O mercado é determinado pela interação de fatores econômicos, políticos e sociais que determinam os resultados da transação para que as trocas possam ocorrer, estendendo-se para muito além da oferta e demanda. Nessa perspectiva de novos mercados para a produção orgânica, iniciativas locais e regionais tornam-se cada vez mais relevantes.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa² foi analisar a demanda por produtos orgânicos da agricultura familiar por empresas de alimentação e restaurantes que servem refeições em Santa Cruz do Sul e sua repercussão na formação de cadeias curtas de comercialização desses produtos. Como objetivos específicos destacou-se: Caracterizar a produção orgânica de pooooopppppagricultores familiares na região de Santa Cruz do Sul; Analisar a repercussão da demanda de empresas de alimentação e restaurantes de Santa Cruz do Sul por produtos orgânicos da agricultura familiar e, analisar a presença de valores que caracterizam sítios simbólicos de pertencimento entre os agricultores familiares de produção orgânica na região.

A abordagem teórico-metodológica está referenciada na obra do economista franco marroquino Hassan Zaoual (2006), intitulada Nova Economia das Iniciativas Locais – uma

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

introdução ao pensamento pós-global, que traz a discussão dos sítios simbólicos de pertencimento, ainda pouco conhecida no Brasil.

O homem só se sente bem onde encontra seu lugar, seu sítio. Esse imperativo existencial não é atendido pelo mercado. Essa necessidade escapa das ciências racionais, notadamente à ciência econômica, que permanece dominada por valores utilitaristas, mercantis e instrumentais e não leva em consideração as múltiplas dimensões da existência humana: identidade, civismo, cidadania, ajuda mútua, solidariedade, qualidade de vida etc. Todos estes aspectos da vida cotidiana nos introduzem no universo do paradigma dos sítios simbólicos de pertencimento. [...] Esse universo produz uma grande diversidade nas práticas locais, como também sua sutileza. Tal universo põe em relação a cultura dos atores e seus comportamentos, e ao mesmo tempo, revela a grande relatividade de nossas categorias intelectuais. Diante desta constatação torna-se necessário ter humildade científica quanto a compreensão e aos tratamentos das situações dos humanos. (ZAOUAL, 2006, p. 16).

A agricultura orgânica com base agroecológica traz a importante perspectiva de desenvolvimento que traduz a diversidade local/regional, por meio da associação entre manejos alternativos sustentáveis e produtivamente viáveis, que fortalece a interação com a natureza no processo de produção, agrega valor aos produtos e promove qualidade de vida. Da mesma forma, fomenta as interações entre o rural e urbano, reconectando modos de vida diversos.

A abordagem dos sítios simbólicos de pertencimento por Zaoual

Abre uma via para uma plasticidade conceitual capaz de pensar o diverso, o múltiplo, o movente, em suma, a complexidade dos fatos da economia e da sociedade. De acordo com as definições e conceitos da teoria dos sítios simbólicos, cuja origem decorre do fracasso dos modelos econômicos, o *homo situs*, homem da situação, aparece como *compositor virtuoso*. [...] Devido a sua inserção em seu sítio (espaço simbólico local, moldando e moldado, aberto e fechado etc.), o homem situado é muito habilidoso na combinação de diferentes motivações e dimensões, o que o torna imperceptível nas ciências ocidentais. (ZAOUAL, 2003; PANHUYS, 2004 *apud* ZAOUAL, 2006, p. 17).

Já no plano da ação o autor qualifica o pragmatismo da lógica dos sítios.

Com a consciência da complexidade das interações simbólicas e práticas existentes entre os atores (pessoas, organizações, instituições etc), esse “pragmatismo” se constrói primeiramente sobre a confiança e a participação ativa dos homens da situação. São eles que detêm boa parte da resolução dos enigmas. Torna-se lógico que a escala mais pertinente seja a do território. Enquanto espaço simbólico e cognitivo, o sítio magnetiza os comportamentos e marca profundamente os códigos, as normas, as convenções, as instituições locais e, finalmente, o meio local circundante. Tal como a mão invisível do mercado, o sítio é uma estrutura imaginária de coordenação econômica e social, mas ele associa instantaneamente as duas dimensões, contrariamente ao mercado. Assim toda a governança deve se abrir ao sítio e adotar suas singularidades (cultura, valores e instituições). (ZAOUAL, 2006, p. 17).

Nessa perspectiva de experiências locais de produção e comercialização de alimentos orgânicos de base agroecológica, novas formas de economia, não mais restritas ao comando do mercado capitalista, entram em cena.

Segundo Zaoual,

Mais intenso que o mecanismo do mercado, o sítio é portador de uma pluralidade de modos de coordenação (dádiva, solidariedade, reciprocidade, cooperação, socialização, aprendizagem recíproca etc.). Nesse sentido, ele preenche a *incompletude do mercado* gerador de incerteza. Concorrente em muitos casos, ele também desempenha o papel de um processo complementar ao capital e ao mercado. A experiência indica que essas duas categorias econômicas não podem pretender dar conta da totalidade do real. Para funcionar segundo sua própria lógica, elas devem compor com as particularidades dos meios investidos, assegurando o enraizamento das práticas econômicas como também sua verdadeira performance. [...] Nisso, apesar de sua coloração antropofilosófica a teoria do sítio parece ser mais pragmática que a *teoria pura* do mercado e do capital. Ao aceitar o que é considerado como impureza na ciência econômica, ela revela um *realismo econômico* da face humana. Essa perspectiva de pesquisa adquire o caráter híbrido dos universos concretos nos quais evoluem os atores da vida econômica. Não é por acaso que as iniciativas locais, a coordenação, a proximidade, os territórios tornam-se importantes enigmas científicos, inclusive entre os economistas. (ZAOUAL, 2006, p. 18, grifo do autor).

Assim, o propósito desta pesquisa é investigar e analisar a dinâmica e as estratégias de comercialização da produção orgânica, proveniente da agricultora familiar da região, junto a empresas e restaurantes que fornecem refeições no espaço urbano de Santa Cruz do Sul, ao longo do ano de 2020.

A pesquisa foi realizada na microrregião centro do Vale do Rio Pardo³, com destaque para o Município de Santa Cruz do Sul, uma vez que os restaurantes pesquisados se encontram no seu perímetro urbano, enquanto os produtores orgânicos encontram-se na área rural de Santa Cruz do Sul e de municípios vizinhos.

A agricultura na região é caracterizada pelo sistema integrado de produção de tabaco, em que o agricultor familiar não tem necessidade de sair da propriedade para comprar insumos e nem vender sua produção, o que aprofunda a dependência como o fator mais evidente na relação entre os produtores familiares e as indústrias transnacionais do tabaco.

Com a hegemonia desse sistema de produção também é possível perceber a dificuldade de possibilidades que viabilizem mercado para outros tipos de cultivos, como produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, que necessitam de cadeias curtas e viáveis de comercialização, que visem o sustento da propriedade, trazendo mais qualidade de vida e

³ A microrregião de Santa Cruz do Sul é composta por 16 municípios: Arroio do Tigre, Candelária, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passa Sete, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz.

perspectivas de autonomia e de desenvolvimento aos agricultores familiares.

Nesse contexto, a produção orgânica vem sendo cada vez mais evidenciada como possibilidade de geração de renda para a agricultura familiar, desde que haja mercado para essa produção, que requer uma aproximação maior entre produtores e consumidores, por meio do esclarecimento e da conscientização dos benefícios que ambos poderão obter.

Isso requer a compreensão das particularidades desses mercados que priorizam o consumo de orgânicos da agricultura familiar, como possibilidade de incremento de cadeias curtas de comercialização dessa produção. Da mesma forma, é de grande relevância pesquisar como o incremento do consumo dos produtos orgânicos como alimentos em restaurantes, pode potencializar as formas de produção e de consumo, agregadas a outros significados e valores nos fluxos dos alimentos, na busca de qualidade de vida para todos.

Nesse contexto, a abordagem proposta por Zaoual, referenciada nos sítios simbólicos de pertencimento destaca:

Não é por acaso que as iniciativas locais, a coordenação, proximidade, os territórios tornam-se hoje muito importantes enigmas científicos, inclusive entre os economistas. As grandes leis científicas da economia não chamam tanta atenção como antigamente. Ao contrário, as medidas e os projetos que dela se inspiram fracassam na maioria dos casos. À medida que o economista acentua seu reducionismo, ele separa a realidade de sua riqueza empírica e deixa de lado as múltiplas motivações dos atores da situação e do conjunto das relações sociais que garantem fluidez de suas trocas. Isso é o que dá um caráter destruidor aos modelos econômicos que se apoderam da realidade dos países do Sul. (ZAOUAL, 2006, p. 18).

Dessa forma, considerando as economias baseadas nos sítios simbólicos de pertencimento e as possibilidades quanto a novos mercados para a agricultura familiar no território, a questão que norteou esta pesquisa foi analisar como a demanda por produtos orgânicos da agricultura familiar por empresas de alimentação repercute na formação de cadeias curtas de comercialização desses produtos.

Assim, além da transição dos agricultores produzindo de forma orgânica, também é necessário evidenciar a importância das relações de mercado para as mudanças, pois as demandas de consumo se conectam com as dos agricultores, buscando formas mais justas de comercialização. Nesse contexto, torna-se fundamental a promoção de mercados sustentáveis que representem uma resposta as essas necessidades, como potencial de uma nova forma relações e valores, compatíveis com mais autonomia dos atores envolvidos no processo, e de desenvolvimento das regiões através de novos mercados locais.

Ao encontro dessas necessidades de uma nova economia de iniciativas locais, destaca-se como método de abordagem a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento que, segundo Zaoaul:

Combate o caráter rebelde, nos fatos, das práticas econômicas e empreendedoras com relação ao modelo padrão da economia de mercado. Tal contrariedade põe em perspectiva a necessidade de formular uma outra teoria do empreendedor, como agente social situado. Assim, tal teoria se aproximaria da verdadeira racionalidade dos atores em situação, restituindo uma pluralidade de motivações e de objetivos ausentes, ao aplicar a noção de *homo situs* ao empreendedor, está aberto à mestiçagem das culturas organizacionais dos agentes econômicos e, então, à complexidade de sua situação. (ZAOAUL, 2006, p. 21).

Nesse sentido as cadeias curtas de comercialização evidenciam a possibilidade de menor dependência e maior aproximação entre produção e consumo, o rural e urbano, suas relações e os recursos necessários para a construção social de novos sistemas de mercado nos territórios.

Segundo Milone e Ventura (2016), iniciativas inovadoras geram novos produtos e serviços com características singulares, tanto na oferta como na demanda, fundadas em processos de aprendizagem e testagem contínuas, que são consequências das interações entre produtores e consumidores. Significa que o produto ou o bem comercializado é concebido conjuntamente e incorpora aspectos simbólicos que permitem diferenciação, e valores agregados. Sendo baseados em novos produtos e novos mercados, ou em mercados existentes, mas que passam a responder a novas necessidades, e como consequência, adquirem novas conotações, em que a produção local passa a desempenhar um papel relevante na construção de identidade social e cultural dos territórios.

Quando se trata das relações em diversas dimensões sociais, numerosos estudos econômicos sociológicos ou antropológicos evidenciam o necessário enraizamento dos indivíduos e organizações em seus territórios, nos espaços vividos, esses pontos de enraizamento são justamente os sítios; fornecem áreas de estabilidade aos fenômenos sociais, inclusive aos processos econômicos.

Os sítios impregnam o conjunto das dimensões dos territórios de vida: em relação ao tempo, à natureza, ao espaço, ao habitat, à arquitetura, ao vestuário, às técnicas, ao saber-fazer, ao dinheiro, ao empreendedorismo etc. Antes de se materializar nos feitos e gestos dos atores ou em qualquer outra materialidade visível a olho nu, os sítios são entidades imateriais fornecedoras de balizamentos para os indivíduos e suas organizações sociais. (ZAOAUL, 2006, p. 34).

Assim, nessa pesquisa buscou-se perceber as relações, interações, recursos e valores que envolvem a efetivação de novos mercados sustentáveis, preenchendo a lacuna existente entre a

produção e o consumo local, a partir de mercados que estão sendo constituídos no município por empresas de alimentação (serviços de refeições terceirizados para empresas) e de restaurantes, que podem incrementar, através da preferência por produção orgânica local de agricultores familiares, a demanda por esses alimentos e, conseqüentemente, fortalecer essa produção viabilizando renda aos produtores.

Dessa forma esses mercados poderiam fomentar cadeias curtas de comercialização de produtos orgânicos no município e melhorar a organização da produção, para gerar renda com a venda de alimentos orgânicos, juntamente com valores sociais, ambientais, culturais, resgatando a relação do rural com urbano, desgastada pela verticalização dos mercados de produção agrícola.

Os dados apresentados foram obtidos por meio entrevistas, fontes bibliográficas, pesquisa documental e observação *in loco*.

A partir de um roteiro semiestruturado, as entrevistas foram realizadas com proprietários de quatro restaurantes presentes no município há mais de 20 anos, localizados na área central da cidade, e um restaurante industrial que presta serviço de refeições terceirizadas, principalmente às empresas do tabaco, localizadas no distrito industrial. Quanto aos produtores, foram entrevistados quatro agricultores familiares que produzem e comercializam alimentos orgânicos nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Candelária, dos quais três são vinculados ao CAPA, MPA e EFASC, e um que não está ligado diretamente a nenhuma organização de agricultores orgânicos, mas tem certificação de sua produção pela rede Ecovida de certificação participativa.

A utilização de entrevistas é indicada para obter dados que não são encontrados em registros e fontes documentais, é uma técnica apropriada quando se busca informações qualitativas ou quando é importante registrar dados sobre as razões que levam os sujeitos a tomarem decisões como, por exemplo, a decisão dos proprietários dos restaurantes de comprar, ou não, consumir verduras, legumes e grãos produzidos de forma orgânica pelos agricultores familiares da região.

Os dados buscados através das entrevistas voltam-se mais para contextos nos quais agem os atores em suas decisões tanto de produção e venda, quanto de compra dos alimentos. Zoaoul (2006, p. 25) refere como incontestável que as pesquisas nas ciências sociais e econômicas incluam abordagens mais flexíveis, prudentes e abertas, sobre a complexidade do mundo, e isso ocorre junto com a reaproximação das disciplinas, sendo “positivo na medida em que o que

separamos no plano abstrato encontra-se misturado no plano concreto através dos comportamentos individuais e coletivos”.

Também foram coletados dados através de documentos obtidos junto a Associações de Produtores e Cooperativas de produtores orgânicos, a instituições, organizações e empresas que têm ligação com a agricultura orgânica, tanto na questão da produção quanto mercados de consumo. Além disso, foram coletados dados secundários junto a Associação Comercial e Industrial, bem como em sites do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, da Associação Brasileira de Agroecologia - ABA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, entre outros.

A análise dos dados teve como referência os seguintes passos: a ordenação dos dados obtidos, a classificação dos mesmos e a análise em que foram estabelecidas articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa em seus objetivos, promovendo relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática. (MINAYO, 1994).

Os dados evidenciam que a opção por produtos orgânicos nos restaurantes e na empresa alimentar são identificados como diferenciais nos seus cardápios pelos consumidores, preocupados com a saúde, a nutrição e a melhor qualidade dos alimentos consumidos nas refeições. Existe uma relação de confiança entre os restaurantes e os agricultores que fornecem os produtos, que foi estreitada em decorrência da pandemia que interrompeu as buscas de produtos na CEASA em Porto Alegre. A partir destas práticas observou-se a capacidade de organização destes agricultores junto as instituições, em que sua presença ativa remete a um sentido de pertencimento e valorização da capacidade local de organização de novas economias que sejam mais equitativas, baseadas em relações de confiança, participação, cooperação e comprometimento mútuo presentes nessas interações

Assim, além desta introdução, no segundo capítulo são abordados os principais estilos de agricultura alternativa de base agroecológica, a importância das cadeias curtas de comercialização como extensão prática deste princípio nas relações socioeconômicas, a abordagem dos sítios simbólicos de pertencimento e a configuração do território.

No terceiro capítulo são abordados aspectos da Agroecologia na região de Santa Cruz, as limitações impostas pela produção de tabaco e os meios de acesso as formas de certificação da produção orgânica.

No quarto capítulo se analisa a configuração das cadeias curtas de comercialização na demanda por produtos orgânicos da agricultura familiar por empresas de alimentação e

restaurantes em Santa Cruz do Sul, a produção orgânica da agricultura familiar na região e sua repercussão na formação de sítios simbólicos de pertencimento. Por fim, apresenta-se as considerações finais.

2. AGRICULTURA E AGROECOLOGIA

Na segunda metade do século XX ocorreu uma importante transição na agricultura, que foi da agricultura tradicional para a agricultura moderna ou convencional, baseada em insumos industriais, gerando dependência crescente, homogeneização e agressões ambientais. Essa transição foi relativamente longa, mas seu principal fenômeno ficou conhecido em todo o mundo como Revolução Verde, que teve seus principais efeitos a partir dos anos 1950 (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a).

A Revolução Verde, segundo Caporal e Costabeber (2004a), transformou-se no modelo básico para a mudança na agricultura, contribuiu para elevar a produtividade nas propriedades e regiões em que as rendas já eram mais elevadas, mas nada conseguiu fazer para melhorar a situação dos pobres do campo. Ao contrário, ampliou a exclusão e as desigualdades sociais, além de agravar os efeitos negativos da agricultura sobre o meio ambiente.

Essa modernização sob as normas do capitalismo, também repercutiu sobre as formas de comercialização e o modelo agroexportador dos produtos agrícolas e minerais do Brasil em meados do século XIX. As primeiras estatísticas macroeconômicas organizadas pelo Banco do Brasil revelaram que mais que 80% de tudo que era produzido no território era exportado para o abastecimento do mercado europeu. A Lei nº601 de 1850 regulamentou e consolidou o modelo de grande propriedade rural, ainda atual como base legal, evidenciou o processo de estruturação desse modelo como injusto também quanto a ocupação e a propriedade de terra no Brasil (STEDILE, 2005).

A internacionalização da pesquisa agrícola, através dos centros internacionais, tornou-se a vanguarda do processo de modernização da agricultura, com a desarticulação dos centros nacionais que atuavam, de baixo para cima e, certamente, mais um elemento da dependência dos países periféricos, incluindo o Brasil, passaram a subordinar-se ainda mais aos interesses das corporações transnacionais que comandam o processo, centralizando o controle e a tecnologia da produção de sementes (BRUM, 1988).

Nesse sentido o avanço da modernização no Brasil na década de 1970 exigiu instrumentos mais eficientes e uma articulação mais eficaz. Para atender à necessidade de expansão desse modelo, Brum evidencia a importância da criação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA):

A atuação dessa organização, de fato, acaba sendo influenciada, direta ou indiretamente, pelos centros internacionais que passam a articular as organizações

nacionais levando-as, de forma hábil e sutil, através de subsídios, “recomendações” ou do estágio de técnicos, a seguir a executar sua orientação, dentro de um trabalho integrado em que os centros internacionais são o cérebro de comando, sempre inspirados nos interesses das corporações transnacionais. O que ocorre com os organismos públicos verifica-se também em relação as universidades e a outras entidades de pesquisa de caráter privado. (BRUM, 1988, p. 48).

Pelas mesmas razões também na década de 1970, foi reestruturado e dinamizado o sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, através da criação da EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – vinculada ao Ministério da Agricultura, estendendo-se aos diversos Estados, através da criação, em cada um deles, da sua respectiva EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Este sistema visa o controle da articulação dos produtores rurais, à introdução de novas culturas, de técnicas de cultivo e manuseio do solo e, também, à orientação alimentar. Os rumos de sua orientação geral dependem da natureza do modelo econômico e agrícola e do tipo de suas relações com os centros internacionais de pesquisa. Atrás dos aparentes objetivos generosos e humanitários da “Revolução Verde” ocultavam-se poderosos interesses econômicos. A “Revolução Verde” serviu de carro-chefe para ampliar no mundo a venda de insumos agrícolas modernos: máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, defensivos, pesticidas etc. Sem dúvida, uma forma inteligente de os grupos econômicos internacionais realizarem a expansão de suas empresas e de seus interesses com extraordinária rapidez e eficiência. (BRUM, 1988, p. 49).

A agricultura foi se segmentando no meio rural em três tipos: a de subsistência, a diversificada ou mista e a especializada, sendo que a passagem de uma a outra ocorreria ao longo do tempo e mediante contínua adoção de inovações (COSTABEBER; CAPORAL, 2011).

Segundo Wanderley (2003, p. 43), “o desenvolvimento dessas forças produtivas criou um patamar para agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global”. Mas é evidente que essa imposição, não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial.

Segundo Santos e Silveira (2001) a modernização da agricultura repercutiu também nos territórios, quanto a distribuição das inovações técnicas e organizacionais. Segundo Rambo e Hübner (2015), o processo de modernização da agricultura se deu de maneira parcial, seletiva, pois ao mesmo tempo em que permitiu a uma minoria aliar tecnologia e alta produtividade, uma grande parcela da população rural passou a viver em condições precárias no espaço rural.

Nesse processo de modernização, ocorreu a substituição dos atores sociais envolvidos na produção agrícola. A subordinação se traduz no nível político-ideológico pela legitimação da “empresa rural”, mesmo sendo mal definida, foi assumida como única forma de produção capaz

de superar seus limites históricos e consolidar o projeto da agricultura moderna de interesse da sociedade brasileira (WANDERLEY, 2003). Mas distantes das práticas e formas de produção já realizadas pela agricultura familiar, a modernização agrícola, não incluiu os modos de vida, necessidades e diversidades dos territórios, evidenciando que os impactos negativos desse modelo convencional de produção são mais perceptíveis quando se trata de agricultores com menores recursos, área de terra, e produção familiar.

Com essas percepções dos impactos da agricultura convencional, foi iniciado um novo processo de transição para a ecologização da agricultura, integrando Agronomia e Ecologia, onde se complementam estudos de agricultura nos agroecossistemas. A partir de 1980 com as evidências da degradação ambiental, principalmente pelo uso de agrotóxicos e seus impactos socioambientais no meio agrícola, pesquisadores e produtores se motivaram a “repensar os fundamentos da agricultura moderna” (EHLERS, 1996, p. 106 *apud* CAPORAL; COSTABEBER, 2004a). Deste modo, surge espaço para novas compreensões e práticas sobre agricultura, que seja mais harmônica com a natureza, buscando proporcionar sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a).

Algumas correntes como agricultura orgânica, biológica, biodinâmica e natural, na prática propõem outros modos de semear, de cuidar e de colher, muito mais do que meros procedimentos técnicos para produzir alimentos e sim de harmonizar a produção, a conservação ambiental e a viabilidade econômica da agricultura, propondo alternativas de engajamento entre os seres humanos e o meio social e natural (RUSCH; THEIS, 2015).

Nesse contexto, o Brasil vem apresentando avanços significativos. Segundo dados do MAPA, em 2012 havia no país cerca de 5,9 mil produtores orgânicos registrados; em março de 2019 eram 17,7 mil e em outubro de 2019, os dados mostram quase 20 mil produtores ativos, evidenciando o crescimento de mais 200% no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e “a tendência de crescimento permanente”. Mesmo com esse crescimento exponencial dos registros, o universo de produtores orgânicos pode ser muito maior, pois antes do decreto entrar em vigor em 2007, dados do IBGE identificaram 90 mil produtores que se autodeclararam como orgânicos (MAPA, 2019).

Quanto às feiras orgânicas, dados do Censo Agropecuário em 2017, registraram 741 feiras orgânicas no Brasil, destas 182 nos três estados da região Sul. Além de 3,2 milhões de estabelecimentos que declararam não utilizar agrotóxicos e 68 mil que declararam praticar agricultura orgânica (IBGE, 2017).

Observa-se que, no contexto de novas formas de geração de renda no meio rural, a necessidade da diversificação e da produção de alimentos limpos de agrotóxicos vêm se evidenciando em vários movimentos de agricultores, que buscam diversificar a produção, por meio de associações, cooperativas e feiras rurais, desenvolvendo todo um mercado local e regional.

2.1 Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável

A agroecologia vem ganhando espaço, atenção e adeptos, a partir da crise no atual sistema de produção agrícola convencional. Essa crise se manifesta sob múltiplas dimensões da atividade humana e, portanto, sua superação depende da produção de novos conhecimentos e do progresso científico e tecnológico, adaptado às circunstâncias socioeconômicas e culturais das populações rurais (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a).

Nesse contexto, é fundamental explicitar o que se entende por Agroecologia nesta pesquisa. Segundo Sevilla Guzmán e González de Molina (1996), citado por Caporal e Costabeber (2004a, p. 13),

Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanquem seletivamente as formas degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, dizem os autores, joga um papel central a dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural.

Para melhor compreensão, Zappala destaca que:

O uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 1970, mas seu saber e prática são tão antigos quanto às origens da agricultura (ALTIERI, 1999, p.15). A agroecologia possui como princípio fundamental o entendimento dos seres humanos como parte da natureza, distinguindo-se assim do pensamento dominante ocidental moderno onde homem e natureza são dissociados. Essa forma integrada de pensar as relações num meio unívoco permite a aquisição de novos valores socioambientais, onde a natureza não é vista como uma fonte de recursos disponíveis que possam ser utilizados indiscriminadamente pelas pessoas. Ela também preza pelo resgate e valorização de saberes tradicionais camponeses, uma das bases para composição do conhecimento agroecológico, sobretudo por terem eles um entendimento de pertencimento e co-relação com o meio natural nas práticas que possibilitam a sua reprodução sócio cultural (ZAPPALA, 2011, p. 15).

Nas estruturas do enfoque agroecológico participativo estão os objetivos econômicos, sociais e ambientais de disseminação de práticas que promovam a equidade social e a preservação ambiental. Mas além da construção e difusão de tecnologias agroecológicas na produção, a agricultura sustentável requer mudanças nas agendas de investigação, de políticas agrárias, dos sistemas econômicos, incluindo mercados, preços justos e incentivos governamentais (ALTIERI, 1989).

Nos agroecossistemas, o grau de resiliência e estabilidade não são determinados unicamente por fatores ambientais e bióticos, mas também por fatores sociais e econômicos, tais como: posse da terra, inserção em mercados e, com a possibilidade concreta dos produtores de colocar em práticas princípios da agroecologia etc. Outros elementos são destacados como condicionantes da estabilidade, tais como o patrimônio cultural dos produtores, suas tradições relacionadas ao uso e manejo da terra (ABREU et al. 2012). Portanto, segundo os fundadores desta proposição, os sistemas agroalimentares inspirados pela agroecologia, promovem biodiversidade, resiliência, eficiência energética e justiça social. Também são planejados para se tornarem estratégicos em termos de soberania energética e de alimentos (ALTIERI, 2001).

A agricultura sustentável, sob o enfoque agroecológico,

É aquela que com uma compreensão holística dos agroecossistemas seja capaz de entender aos critérios de baixa dependência de insumos comerciais, use os recursos renováveis localmente acessíveis, utilize-se dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local, aceite e/ou tolere as condições locais, antes que haja uma dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o ambiente, tenha uma manutenção em longo prazo da capacidade produtiva, preserve a diversidade biológica e cultural, utilize o conhecimento e a cultura da população local, e produza mercadorias para o consumo interno e externo num circuito alternativo de economia (GLIESSMAN, 1990). Assim, quando se fala sobre uma agricultura sustentável com enfoque agroecológico, quer-se inferir a presença de estilos de agricultura de base ecológica que atendam a requisitos socioculturais de solidariedade, equidade e harmonia entre as gerações atuais e futuras em equilíbrio dinâmico com os ecossistemas locais. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a, p. 15).

Nesse sentido alguns conceitos básicos de um sistema agrícola autossuficiente, com baixo uso de insumos externos, diversificado e eficaz, deve sintetizar-se em sistemas possíveis, viáveis e práticos, que se ajustem às necessidades específicas das comunidades agrícolas em distintas regiões. Para Altieri (1989, p. 91) “uma importante estratégia da agricultura sustentável é a de regular a diversidade agrícola no tempo e no espaço”.

Assim, a agricultura sustentável exige uma nova forma de se fazer agricultura, e para isso é preciso pesquisar, identificar, conhecer e difundir os métodos, técnicas e procedimentos que abrangem a questão de preservação dos recursos naturais não renováveis e do meio ambiente

como um todo, visando trazer as possibilidades de incorporação das populações rurais nos processos de desenvolvimento.

Nessa ótica, e isto provavelmente constitui a principal virtude da Agroecologia – enquanto campo de estudos de caráter multidisciplinar –, suas pretensões e contribuições vão muito além dos aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais abrangentes e complexas que incluem variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da produção agrícola. Estas são condições importantes quando se têm em conta as possibilidades de transição da agricultura convencional para estilos de produção com base ecológica e, portanto, com maiores graus de sustentabilidade no médio e longo prazo (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b, p. 89).

A Agroecologia como estratégia de desenvolvimento rural sustentável, não pode ser reduzida a aplicação de um conjunto de técnicas agrônômicas. Ela necessita, para sua viabilidade, do enfoque científico capaz de oferecer, também, as ferramentas para a comparação entre diferentes formas de produção e suas respectivas lógicas de reprodução social e de apropriação da natureza (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b).

As discrepâncias e distorções da diversidade local, a imposição do avanço econômico como base do desenvolvimento e sua separação total da história e crenças levam o sítio ao fracasso, pois mesmo sendo maquiadas como capacidades, as formas de homogeneização e transposição de modelos capitais, tecnológicos, equipamentos, máquinas, insumos etc., produzem poucos efeitos significativos onde a inovação ainda é decretada de cima para baixo (ZAOUAL, 2006).

Nessa perspectiva podemos entender que a ideia de desenvolvimento, a partir da agricultura convencional, é fruto da mudança sociocultural e tecnológica que foi introduzida de fora da sociedade participante. Já na agroecologia, parte do processo de “desenvolvimento endógeno”, engloba tanto o humano quanto a sua relação com sistemas econômicos. E a concepção de desenvolvimento rural se modifica, pois as questões culturais de conhecimento desses agricultores nos dizem que eles são fundamentais para a construção de alternativas que possibilitem a prática da transição para um desenvolvimento rural sustentável.

Segundo Caporal e Costabeber:

Significa então que, teórica e metodologicamente, a Agroecologia parte dos marcos sociais da unidade familiar de produção e das comunidades, dos grupos, das cooperativas e de outras formas de cooperação e sociabilização em que estejam organizados os agricultores. “A agricultura familiar é, portanto, o locus privilegiado de atores capazes de construir estratégias sustentáveis”, já que, como sustenta Iturra, “as unidades familiares têm o controle sobre os meios de produção, sobre a terra, sobre os saberes e, em geral, sobre os processos de trabalho, quer dizer, exercem o controle sobre os mecanismos de produção e, eventualmente, de todos ou de parte dos

mecanismos de reprodução”. (GUZMÁN, 1995, *apud* CAPORAL; COSTABEBER, 2004b, p. 116).

O desenvolvimento local/regional, pela perspectiva agroecológica, deve ser construído a partir dos elementos culturais, conhecimentos, valores e capacidades implicados no processo de desenvolvimento, tornando o conhecimento local o principal elemento desse processo, mas respeitando suas matrizes culturais de diferentes grupos sociais.

Assim a intervenção de agentes externos para essa construção deve ser participativa, investigando o potencial endógeno, fortalecer estratégias sustentáveis já existentes, e ao mesmo tempo em que vão sendo gestadas e desenvolvidas novas estratégias a partir da integração do conhecimento científico com o conhecimento local.

Altieri (2008, p. 26) vai ao encontro dessa perspectiva ao afirmar que:

Vale ressaltar que restaurar a saúde ecológica do ambiente não é o único objetivo da agroecologia. A sustentabilidade só é possível com a conservação conjunta da diversidade biológica e cultural que nutre as agriculturas locais. O estudo do sistema de conhecimento de um grupo étnico local e nativo tem revelado que o conhecimento dessas populações sobre o detalhado ambiente, a vegetação, os animais e solos pode ser bastante. O conhecimento camponês sobre os ecossistemas geralmente resulta em estratégias produtivas multidimensionais de uso da terra, que criam, dentro de certos limites ecológicos e técnicos, a autosuficiência alimentar das comunidades em determinadas regiões (TOLEDO et al., 1985 *apud* ALTIERI, 2008 p. 26).

Esta definição se expande na medida em que a Agroecologia se nutre de outros campos de conhecimento e de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos mais amplos e com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento sustentável.

É preciso deixar claro, porém, que a Agroecologia não oferece, por exemplo, uma teoria sobre Desenvolvimento Rural, sobre metodologias participativas ou sobre métodos para a construção e validação do conhecimento técnico. Mas busca nos conhecimentos e experiências já acumuladas em Investigação-Ação Participativa, por exemplo, um método de intervenção que, ademais de manter coerência com as bases epistemológicas da Agroecologia, contribua na promoção das transformações sociais necessárias para gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b, p. 105).

Ainda segundo os autores, os estudos demonstram que os resultados econômicos obtidos pelos agricultores são elementos-chave para o fortalecimento de estratégias de

Desenvolvimento Rural Sustentável, não se tratando somente de buscar aumento da produção e produtividade de cultivos e criações a qualquer custo, pois estes podem ocasionar redução de renda e dependência crescente a fatores externos, além dos danos ambientais que podem resultar em perda econômica em curto e médio prazo. A sustentabilidade de agroecossistemas supõe a necessidade de obter-se balanços energéticos positivos nos cultivos e criações, compatibilizando a relação entre produção e consumo de energias não renováveis.

Entretanto, a Agroecologia vai além do estudo de agroecossistemas. Para Francis et al. (2003) a Agroecologia é uma ciência que estuda todo o sistema de produção de alimentos. Nesta perspectiva, produtores e consumidores estão diretamente inter-relacionados. Conseqüentemente, o autor contribui para o debate conceitual a partir de uma perspectiva mais ampla da Agroecologia. Trata-se do estudo que integra a disciplina da ecologia ao sistema de produção de alimentos, incluindo também as relações sociais e institucionais relacionadas à produção, à distribuição e ao consumo desta produção. Ademais, a Agroecologia não é vista por muitos autores apenas como ciência, mas também como movimento social e prática agrícola. “Nas três dimensões presentes na agroecologia, ocorrem interações entre a visão política (movimento social), a aplicação tecnologias inovadoras (práticas) e a produção de conhecimentos (a ciência). Essas dimensões não podem ser observadas em todos os países com a mesma intensidade” (WEZEL et al., 2009 *apud* ABREU; BELLON, 2014, p. 8).

Na aproximação entre pesquisadores e agricultores uma comunicação efetiva é necessária, assim como o entendimento sobre o esforço de tornar sustentável e prazeroso o seu modo de vida, entender como funcionam os estabelecimentos da agricultura familiar (sistema de produção), as relações familiares e comunitárias, o desenvolvimento histórico e suas causas e efeitos, o uso de recursos, o processo de tomada de decisões, as estratégias e prioridades, questões mercadológicas, os principais limites e as expectativas. Enfim, há necessidade de um conhecimento que transcende as questões técnicas (especialidades) e econômicas. A agricultura não é apenas uma coleção de cultivos agrícolas, trata-se de um complexo sistema que possui uma infinidade de relações e que, além de sofrer consignações provindas da situação biofísica, é determinada também por suas características socioculturais, econômicas, ambientais e políticas (KARNOPP; WEBER, 2020).

Como ensina a Economia Ecológica, a insustentabilidade de agroecossistemas pode ser expressa pela obtenção de resultados econômicos, às custas de depredação da base de recursos naturais, que são fundamentais para as gerações futuras e põe em evidência a relação entre a dimensão econômica e a ecológica. Entretanto, cabe lembrar que a lógica presente na maioria

dos segmentos da agricultura familiar, não se manifesta somente na obtenção de lucro, mas também por outros aspectos que interferem na maior ou menor capacidade de reprodução social, como por exemplo a importância da produção para subsistência e de bens e consumo em geral, que normalmente não aparecem nas mediações monetárias convencionais, mas são importantes no processo de reprodução social e nos graus de satisfação dos membros da família (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b).

Partindo dessa compreensão, ainda, segundo os autores

A soberania e a segurança alimentar de uma região se expressam também na adoção de estratégias baseadas em circuitos curtos de mercadorias e no abastecimento regional e microrregional, não sendo possível, portanto, desconectar a dimensão econômica da dimensão social. Outros aspectos que poderíamos utilizar para o estabelecimento de indicadores, são: a) melhoria da renda familiar; b) garantia da produção de alimentos; c) estabilidade na produção e produtividade; d) redução das externalidades negativas que implicam em custos para a recuperação do agroecossistema; e) redução nos gastos com energia não renovável e insumos externos; f) ativação da economia local e regional; g) agregação de valor à produção primária; h) presença de estratégias de pluriatividade. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b, p. 114).

Incluindo considerações de natureza diversa (econômica, social, cultural, política, ambiental, ética, entre outras), o processo de transição agroecológica não dispensa o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico (COSTABEBER, 1998, *apud* CAPORAL; COSTABEBER, 2004b). O que nos diz que é necessário considerar alguns elementos nessas investigações, quanto a indicadores de sustentabilidade, dentre os quais destacam-se: a) correspondência das técnicas agrícolas com a cultura local; b) incorporação do conhecimento local nas formas de manejo; c) resgate e aplicação dos saberes locais sobre a biodiversidade; d) resgate e respeito aos hábitos culturais que tenham relação como etapas de processos produtivos; e) observação de elementos culturais determinantes na diversificação da produção e sua relação com segurança alimentar; f) valores culturais e sua relação com o calendário de trabalho agrícola (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b, p. 114).

Na dinâmica dos processos de manejo de agroecossistemas – dentro da perspectiva da Agroecologia – deve-se considerar a necessidade de que as intervenções sejam respeitadas para com a cultura local. Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural que, por sua vez, devem espelhar a “identidade cultural” das pessoas que vivem e trabalham em um dado agroecossistema (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b, p. 114).

Quanto mais diversificados e integrados forem os sistemas de cultivos e criações, mais próximos estarão da sustentabilidade ambiental desejada e possível. Logo, um dos primeiros passos da aplicação da Agroecologia aos sistemas produtivos deve ser a ampliação (ou manutenção) da diversificação, da biodiversidade. Portanto, a meta, não pode parar na substituição de insumos, mas deve ser o redesenho dos agroecossistemas, tendo em conta o conjunto das relações bióticas e abióticas que ocorrem nos sistemas manejados pelo homem (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011).

A Agroecologia possibilita um quadro conceitual para o desenho de uma agricultura que concilia metas de produção com objetivos ecológicos e sociais com variadas relações e interações, incluindo por exemplo a justiça social, geração de emprego e qualidade de vida das populações, segurança alimentar, relações harmônicas entre produtores e consumidores (WEZEL et al., 2009).

Nesse contexto, novas formas de comercialização trazem novas perspectivas de melhor qualidade de vida no urbano e no rural, promovendo o desenvolvimento regional em uma nova relação social de interação no território, fortalecendo o sentimento de pertencimento, levando a uma mudança de comportamento perante os valores agregados na qualidade do alimento da produção ao consumo.

Nesse sentido o processo de desenvolvimento vai também trazer novas perspectivas de adequação das políticas públicas nacionais às peculiaridades regionais, nos espaços urbanos e rurais, nas diversas dimensões, física, econômica, social e cultural, respeitando todos os preceitos de desenvolvimento sustentável (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

Mas é recorrente que esses produtos em alguns lugares têm entrado em circuitos curtos de comercialização ditos elitizados, ou seja, atendendo uma parcela de consumidores com maior poder aquisitivo, pelo fato de ainda serem associados à baixa produtividade e conseqüente maior custo de produção. Por outro lado, as iniciativas de incentivo à comercialização de produtos ecológicos fornecidos por agricultores familiares para o mercado institucional ou feiras locais, são elementos novos no debate sobre o significado dos circuitos curtos de comercialização dessa produção.

Quando se trata de novas possibilidades de incremento da agricultura sustentável, é necessário ver quais tipos de demandas podem estar sendo geradas, uma vez que não há dúvidas quanto ao crescimento da demanda por produtos limpos, orgânicos, verdes, ecológicos, entre outras denominações que carregam diversos valores (MEDEIROS; MARQUES, 2013).

urbano. Essa conexão traz, por exemplo, mudanças no uso de recursos ‘naturais’ ou ‘materiais’, como é o caso de alguns cultivos, antes circunscritos ao autoconsumo nas zonas rurais, que passam a constituir produtos comercializáveis, uma vez que o consumidor passa a reconhecer seu valor como alimento, pelas características nutricionais que contém, ou como retomada de hábitos alimentares perdidos, tornando os repertórios culturais outra vez importantes no ato de consumir. Também cultivares de milho, feijões, arroz, frutas nativas, que não tiveram vez nos processos de produção homogeneizadores da modernização e industrialização, passam a ocupar, não só maiores áreas de cultivo, mas também as mesas dos consumidores. (MEDEIROS; MARQUES, 2013. p. 125).

Nessa perspectiva a comercialização remete à necessidade de construção de novas relações entre a produção e o consumo de alimentos, em que alimentos produzidos de forma sustentável passem a ser compreendidos como vetores de novas possibilidades de organização social, política, econômica e ambiental, viabilizados por cadeias curtas de comercialização, carregadas de manifestações de sítios simbólicos de pertencimento que os impregnam de novos significados.

2.2 Processos produtivos de base agroecológica e cadeias curtas de comercialização

Nos últimos anos o uso do termo Agroecologia traz a expectativa de uma nova agricultura capaz de proporcionar maior equilíbrio entre as necessidades alimentares dos humanos e o consumo de recursos naturais. A referência à Agroecologia se constitui em mais uma expressão sócio-política do processo de ecologização que, positivamente, tem lembrado estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, promovendo inclusão social e proporcionando melhores condições sociais e econômicas aos agricultores.

Caporal e Costabeber, trazem aspectos importantes sobre esse debate:

Nesse sentido, são comuns as interpretações que vinculam a Agroecologia com “uma vida mais saudável”; “uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho”; “uma agricultura socialmente justa”; “o ato de trabalhar dentro do meio ambiente, preservando-o”; “o equilíbrio entre nutrientes, solo, planta, água e animais”; “o continuar tirando alimentos da terra sem esgotar os recursos naturais”; “um novo equilíbrio nas relações homem e natureza”; “uma agricultura sem destruição do meio ambiente”; “uma agricultura que não exclui ninguém”; entre outras. Assim, o uso do termo Agroecologia nos tem trazido a ideia e a expectativa de uma nova agricultura capaz de fazer bem ao homem e ao meio ambiente (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a, p. 6).

As diversas interpretações também geram confusões quanto ao uso do termo Agroecologia, reduzindo-o a formas de produção agrícola, com adoção de determinadas práticas ou tecnologias, e de ofertas de produtos “limpos” ou ecológicos, em oposição àqueles

característicos dos pacotes da Revolução Verde. Prejudicando sua potencialidade e entendimento como “ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a, p. 6).

Há algum tempo já se busca estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, que protejam os recursos naturais e que sejam duráveis no tempo, tentando fugir do estilo convencional, que passou a ser hegemônico. Surgem agriculturas alternativas com diferentes denominações e formas de produção: orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura, sistemas agroflorestais, entre outras, e suas práticas agrícolas seguem determinadas filosofias, princípios, tecnologias, normas e regras, segundo a corrente a que estão vinculadas.

Essa diversidade de formas de produção foi reconhecida pela legislação brasileira que regulamenta a produção de alimentos denominada de sistemas orgânicos de produção. Esse aparato legal foi construído a partir de intensas consultas das partes interessadas. Portanto, é importante ressaltar a influência da agroecologia na construção da Lei da Produção Orgânica 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada em 2007. A lei da produção orgânica reconhece também a diversidade de sistemas de certificações, a saber: terceira parte, sistemas de garantia da qualidade participativa (SPGs) e, vendas diretas com controle social. (ABREU; BELLON, 2014, p. 3).

Caporal e Costabeber (2004b, p. 56) apresentam, no Quadro 1, os principais estilos de “agricultura alternativa”, seus protagonistas e princípios básicos.

Quadro 1 – Principais estilos de “agricultura alternativa”, seus protagonistas e princípios básicos

	Principais protagonistas e seguidores	Princípios básicos e alcance
Agricultura Orgânica	Albert Howard: desenvolve pesquisas na Índia (anos vinte); publica <i>An agricultural testament</i> na Inglaterra (1940). Técnicas aprimoradas por L.E. Balfour (Método Howard-Balfour). Introduzida nos EUA por J.I. Rodale (anos trinta). Outros: N.Lampkin (1990).	Princípios: uso de composto, plantas de raízes profundas, atuação de micorrizas na saúde dos cultivos. Difundida em vários continentes. O IFOAN atua na harmonização de normas técnicas, certificação de produtos e intercâmbio de informações e experiências.
Agricultura Biodinâmica	Rudolf Steiner desenvolve uma série de conferências para agricultores na Alemanha (anos vinte) e estabelece os fundamentos básicos da biodinâmica. Pesquisas práticas realizadas nos EUA, Alemanha e Suíça (p.e. Pfeiffer, 1938; Koepf, Shaumann & Petterson, 1974).	Princípios: Antroposofia (ciência espiritual), preparados biodinâmicos, calendário astrológico; possui marcas registradas (Demeter y Biodyn). Muito difundida na Europa. Presente no Brasil: Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, Estância Demétria e Instituto Verde Vida.
Agricultura Natural	Mokiti Okada: funda a Igreja Messiânica e estabelece as bases da agricultura natural; M. Fukuoka: método semelhante, porém afastado do caráter religioso (Japão-anos trinta). As idéias de Fukuoka se difundiram na Austrália como <i>Permacultura</i> através de B. Mollison (1978).	Princípios: composto com vegetais (inoculados com ‘microorganismos eficientes), valores religiosos e filosófico-éticos. Movimento organizado pelo MOA-Internacional e WSAA (EUA). Shiro Miyasaka dirige a atuação da MOA no Brasil.
Agricultura Biológica	Inicia com o método de Lemaire-Boucher (França – anos sessenta). Grupo dissidente funda a ‘Nature et Progrès’. Grande influencia do investigador francês Claude Aubert, que critica o modelo convencional e apresenta os fundamentos básicos de <i>L’agriculture biologique</i> (1974).	Princípios: a saúde dos cultivos e alimentos depende da saúde dos solos; ênfase no manejo de solos e na rotação de cultivos. Influenciada pelas ideias de AL. Voisin e pela <i>Teoria da Trofobiose</i> (Chaboussou, 1980). Difundida na França, Suíça, Bélgica e Itália.
Agricultura Ecológica	Surge nos EUA (anos setenta), estimulada pelo movimento ecológico e influenciada por trabalhos de Rachel Carson, W.A. Albrecht, S.B. Hill, E.F. Schumacher. Na Alemanha recebeu importante contribuição teórico-filosófica e prática do professor H. Vogtmann (Universidade de Kassel): <i>Okologische Landbau</i> (1992).	Princípios: conceito de agroecossistema, métodos ecológicos de análises de sistemas; tecnologias suaves, fontes alternativas de energia. Está difundida em vários países. Sua introdução no Brasil está ligada a J.A. Lutzenberger, L.C. Pinheiro Machado, A.M. Primavesi, A.D. Paschoal e S. Pinheiro, entre outros.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Caporal e Costabeber (2004b, p. 56).

Esses diferentes estilos de agricultura alternativa e de práticas visualizadas empiricamente no Brasil e na América Latina, estão relacionadas às concepções e correntes teóricas que influenciam os agentes e atores locais, em um contexto em que as redes científicas e sociais dedicadas à Agroecologia estão em permanente interação e evolução. Não se pode confundir a presença dos princípios da Agroecologia nas práticas agrícolas somente como manejos alternativos de produção, pois a prática e vivência desse modo vai além da produção de alimentos e mercados. Caporal e Costabeber (2004a) enfatizam isso ao afirmar que:

É preciso ter clareza de que as agriculturas de base ecológica ou sustentáveis,

geralmente, na teoria e na prática, são o resultado da aplicação de técnicas e métodos diferenciados dos pacotes tecnológicos da agricultura moderna convencional, normalmente estabelecidos de acordo e em função de regulamentos e regras que orientam a produção e impõem limites ao uso de certos tipos de insumos e a liberdade para o uso de outros. Assim, estas correntes da agricultura alternativa não necessariamente precisam estar seguindo as premissas básicas e os ensinamentos fundamentais da agroecologia. Na realidade, uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos industrializados por insumos alternativos naturais não necessariamente será uma agricultura de base ecológica sustentável com enfoque agroecológico. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a, p. 10).

A substituição de insumos químicos por insumos orgânicos, externos e mal manejados, não pode ser a solução para transformar a realidade, pois pode provocar algum impacto negativo com uso inadequado dos produtos orgânicos, seja por excesso e/ou por aplicação fora de época do contexto ecossistêmico, podendo até causar outro tipo de contaminação ambiental e manter o dano social (CAPORAL; COSTABEBER; 2004a).

A transição de uma agricultura convencional para a ecológica norteia-se num processo gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção a um modelo ou estilo de agricultura que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica. (KARNOPP; WEBER, 2020, p. 8).

Não se trata somente das mudanças nas práticas agrícolas e internas da propriedade, mas também externas com autonomia nas relações e formas de comercialização, a transição do modo de trabalho, nas relações de vida e reprodução social. O termo “orgânico” pode também ser utilizado para fins de marketing e obtenção de lucros em grandes mercados e redes, sem comprometer-se com os princípios agroecológicos, visando apenas ganhos econômicos.

Trata-se de processos produtivos impulsionados por interesses puramente econômicos, transvestidos de preocupação com saúde, meio ambiente e qualidade de vida, mas que continuam dependentes de insumos e mercados externos para sua viabilização.

É necessário compreender que a Agroecologia vai além da base de princípios e formas de produção de alimentos. O seu desenvolvimento na prática diz respeito a diferentes atores sociais, entre estes, produtores, cientistas, técnicos do governo, pesquisadores, consumidores e setores interessados da sociedade, além de governos locais, estaduais e federal.

Neste sentido, o tema da agroecologia, enquanto projeto social para uma agricultura contemporânea e respeitosa do meio ambiente, tende a contribuir para a centralização das questões agrárias, uma vez que propicia ambiente favorável para a construção de soluções inovadoras de problemas cruciais ligados ao emprego e as migrações (internas e externas), a soberania alimentar e a preservação dos distintos biomas deste imenso continente. (ABREU; BELLON, 2014. p. 3).

As exigências para desenvolver uma agricultura sustentável não são apenas biológicas ou técnicas, são sociais, econômicas e políticas, que trazem as necessidades para criação de uma vida mais sustentável, pois não é possível estimular mudanças ecológicas do setor agrícola, sem apoiar as mudanças similares em todas as demais áreas inter-relacionadas da sociedade. Altieri (1989, p. 315) enfatiza que “no cerne da agroecologia faz-se, sobretudo, a exigência de uma agricultura sustentável com um ser humano consciente, cuja atitude na natureza seja de coexistência e não de exploração, e esse impulso nas mentalidades proporcione as transformações necessárias em todas as esferas possíveis da sociedade.”

Quando se fala da produção de alimentos, alguns têm consciência sobre a importância, mas poucos sabem de onde vem, como é produzido, e o modo de vida de quem os produz. Da mesma forma, há pouco conhecimento sobre a dinâmica da indústria de alimentos global, sua relação com os produtores e com o meio ambiente, os conservantes químicos que são adicionados a esses “alimentos” e que viabilizam sua “conservação por anos”, muito menos sobre os danos causados à saúde dos consumidores. Segundo artigo da - Oxford Committee for Famine Relief – OXFAM, Hora de Mudar (2018) as relações da indústria de alimentos global com agricultores se traduz nos seguintes termos:

No tema “Agricultores”, concluímos que os esforços das empresas para apoiar os pequenos produtores são limitados e se resumem a comprar produtos com o selo Fairtrade e outras certificações, em vez de iniciativas diretas para garantir que os agricultores tenham rendas dignas, fortalecer seu poder de negociação ou avaliar o impacto do comércio sobre os direitos humanos dos agricultores. (OXFAM, 2018, p. 22).

Dados da OXFAM (2018) também enfatizam 80% dos alimentos consumidos no mundo são provenientes da agricultura familiar.

As ações coletivas de organização de agricultores que exportam seus produtos demonstram que estes têm acesso a uma fatia maior do preço pago pelo consumidor final, se comparado aos que dependem de atravessadores, análise em nível global que indica resultados semelhantes para cadeias menores de fornecimento de alimentos (OXFAM, 2018).

Segundo Conterato et al. (2013, p. 8):

As pesquisas atualmente em curso sobre os mercados estão mostrando que há um processo sociológico que está na sua formação. Mercados não são apenas espaços de interação entre demanda e oferta, circunscritos às leis de formação da riqueza econômica, sua alocação e distribuição nas sociedades. Os mercados passam a ser percebidos e entendidos como espaços de interação social, formados através de sinais e relações que não são apenas materiais e tangíveis, mas fundamentalmente ativados mediante interações sociais, culturais e cognitivas.

No Brasil ainda não há uma definição oficial para cadeias curtas (CC), mas o conceito aponta para proximidade entre produtores e consumidores, onde dois casos podem ser identificados: a venda direta que é quando o produtor entrega diretamente ao consumidor e a indireta, quando a entrega é realizada por meio de um intermediário, que vai comercializar esse produto, podendo ser outro agricultor, cooperativa, associação, loja especializada, restaurante ou mercado local.

Além de não ter nenhum ou um único atravessador, a proximidade geográfica e o aspecto social/relacional precisam estar ponderados nos processos de desenvolvimento local e na territorialização alimentar, para que o conceito cadeias curtas, assim como alimentação orgânica, não se torne mais uma ferramenta dos mercados para obtenção de lucro, na medida em que um supermercado também poderia comprar diretamente do agricultor. Só essa denominação não garante uma comercialização justa, pois é necessário propor novos princípios de troca e relações de mercado entre produtores e consumidores (DARLOT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013).

A transição mais coerente é diversificar os meios de comercialização, fortalecendo a produção de alimentos e organizações da agricultura familiar, expandindo a possibilidade do comércio local e regional, diminuindo ou eliminando atravessadores, pois através das cadeias curtas de comercialização os custos diminuem automaticamente e por consequência as desigualdades presentes nos mercados atuais.

A relação da agricultura ecológica e os circuitos curtos de comercialização tem impactos positivos em diferentes dimensões. Na dimensão social a aproximação de produtores e consumidores através das informações sobre produção e consumo de alimentos, na dimensão ambiental a valorização do local, paisagem e da preservação dos recursos naturais, e na dimensão econômica, com novos mercados diferenciados que geram oportunidade de trabalho e renda, estes formados com a participação dos atores na economia local (MUNDLER, 2008).

Segundo Darlot, Lamine e Brandenburg (2013), algumas características das propriedades que comercializam nas cadeias curtas se destacam, como: pequenas propriedades em média menores que 20ha, diversificação do sistema produtivo, seguindo princípios da Agroecologia e planejamento de produção complexo, maior ligação entre produtor e consumidor, maior autonomia do agricultor, valorização da paisagem, tendência à pluriatividade da propriedade como turismo e acolhida na propriedade com restaurante, atividades de lazer, alojamento e atividades pedagógicas, mão de obra familiar com diferentes competências (produção,

transformação, comercialização, hospitalidade), entre outras. Esses sistemas, tanto de produção quanto de comercialização com base agroecológica, remetem a transformações que se estendem para além das atividades essencialmente agrícolas, abrem caminhos para novas perspectivas de desenvolvimento rural, valorizando as particularidades do território.

Nesse sentido “é preciso construir estratégias de mercado compatíveis com as características da produção agroecológica, em sua diversidade, sazonalidade e capacidade de agregação em termos de volume de produção”. A redução na dependência dos mercados de insumos precisa estar associada a mercados que possam incorporar os princípios ecológicos, tanto na gestão dos sistemas agrícolas, como na estrutura de funcionamento das cadeias de distribuição destes alimentos. Um elemento importante é o desenvolvimento de mercados locais e regionais onde a participação e conhecimento dos agricultores e consumidores amplia a capacidade de gestão e controle social sobre os processos de comercialização (SCHMITT; TYGEL, 2009, p. 122).

Essas transformações afetam a vida e as atividades econômicas dos agricultores e de outros atores por formas de interação, trocas e construção dos circuitos de comércio (CONTERATO et al., 2013). O desenvolvimento na lógica das CCC repercute sobre a organização das propriedades, sendo que as práticas agrícolas, volume de produção e escolha dos cultivos devem adaptar-se às demandas dos consumidores, à disponibilidade de mão de obra familiar e à organização do trabalho (MUNDLER, 2008).

Assim, ainda nesse processo de transição os agricultores vão se adaptando as cadeias curtas de comercialização para atender a demanda dos consumidores em diversidade, quantidade, regularidade e qualidade dos produtos. Esta comercialização também tem sido implementada por meio de circuitos em rede, que nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná vêm apresentando uma experiência exitosa, operacionalizada pela Rede Ecovida de Agroecologia que tem favorecido a troca e circulação de produtos entre as regiões, atendendo a diversidade, mantendo a regularidade e qualidade dos produtos atestada por certificação participativa (DARLOT, LAMINE; BRANDEMBURG, 2013).

Ainda são muitos desafios quanto a padronização, investimentos para operacionalização, logística e planejamento para atender uma demanda em expansão por alimentos saudáveis e com qualidade (MAGNANTI, 2008). Mas nesse processo as cadeias curtas de comercialização se tornam importantes aliadas na transição do pensamento quanto ao mercado e potencialidade de ampliação dessas práticas agrícolas de base agroecológica, como possibilidade real no cotidiano das famílias produtoras.

Quando se trata de estruturar a comercialização, se trata também de organização da produção dos alimentos orgânicos para os mercados locais e suas possibilidades de ampliação, com a diversificação dos cultivos. Segundo a EMATER/ASCAR – RS (2014), o município de Santa Cruz do Sul produz menos de 35% dos hortifrutigranjeiros que consome. Esse dado evidencia que a demanda não seria um fator limitante para a produção de alimentos orgânicos, o que remete à necessidade de aprofundar a análise do contexto envolvido no processo de produção e comercialização da produção orgânica no município e na região como um todo. (ESAU, 2019).

As consequências das práticas produtivas altamente dependentes de tecnologia e de insumos químicos vieram, ao longo do tempo, causando impactos que se evidenciam cada vez mais no meio rural, como a degradação do solo, doenças e insetos nocivos cada vez mais resistentes, a queda na produtividade e o aumento dos custos. Isso tem tornado as atividades agrícolas pouco atraentes, principalmente para os jovens, que na maioria das vezes saem do meio rural por falta de incentivos e possibilidades de melhores condições de trabalho, geração de renda e qualidade de vida, levando-os a um futuro incerto.

Nesse contexto, por meio da produção orgânica, abre-se a possibilidade de caminhar para um processo em que a Agroecologia, como ciência e prática, pode ser evidenciada como um processo de desenvolvimento sustentável, contemplando as necessidades ambientais, culturais, sociais e econômicas da região, resgatando a autonomia da agricultura familiar, gerando satisfação e qualidade de vida e, dessa forma, viabilizando a permanência dos agricultores no meio rural e contribuindo para qualificar a alimentação das famílias urbanas.

A transformação das relações de produção, distribuição e consumo dominantes do atual sistema agroalimentar, incorpora não só variáveis relacionadas a sustentabilidade ambiental dos sistemas produtivos, como também valores éticos, sociais e culturais e princípios como justiça social, soberania alimentar, reciprocidade, autonomia, respeito à diversidade cultural, entre outros. Na prática, do ponto de vista das relações sociais que permeiam a produção e consumo, são afirmados como dimensões-chave do processo de transição para uma agricultura de base ecológica (ARAÚJO et al., 2007 *apud* SCHIMITT; GUIMARÃES, 2008).

Segundo Medeiros e Marques:

Mais do que facilitar o acesso a assistência técnica para a produção, diferentes formas de organização de agricultores têm propiciado a inserção dos mesmos em mercados locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento de sistemas de cultivo de alimentos com base ecológica e decorrente do aumento na oferta desses produtos. Permanecer ou não produzindo sob sistemas de base ecológica, para os agricultores familiares, está fortemente relacionado à viabilidade de comercialização de seus

produtos. Na maioria dos casos de desistência ou retorno para o sistema de produção convencional, a principal causa constatada é a dificuldade em manter níveis de renda adequados. (MEDEIROS; MARQUES, 2013, p. 115).

Para que essa viabilidade se amplie e se fortaleça como real possibilidade, é necessário ver as potencialidades de comercialização da produção, que pode expandir a agricultura orgânica e agroecológica, e trazer outras perspectivas relacionadas a uma forma de produção e comercialização que promova, além da geração de renda, a produção de alimentos de qualidade como potencial, tanto para a população rural, quanto a urbana no município.

O fortalecimento de circuitos curtos de comercialização entendidos na dimensão econômica da distribuição de alimentos, é para alguns especialistas, uma questão do número de intermediários que operam entre a produção e o consumo, ou seja, quanto maior o número de intermediários mais longo é o canal e vice-versa.

Outras características que aportam dimensões socioculturais podem ser destacadas para definir um circuito curto de comercialização, como: 1) a capacidade de socializar e localizar o produto alimentar gerando vínculo com o local e com a propriedade; 2) a redefinição da relação produtor-consumidor dando sinais da origem do alimento; 3) o desenvolvimento de novas relações considerando um preço justo e a qualidade (ecológica); 4) a conexão entre o consumidor e o produto alimentar (MARSDEN *et al.*, 2000). [...] Alguns tipos de CC resumidos da seguinte forma: 1. venda direta “cara a cara”, onde a confiança está na relação interpessoal; 2. “proximidade espacial”, incluindo o que é produzido e distribuído numa região reconhecida pelos consumidores; e, 3. “espacialmente estendido”, nesse caso a confiança é transmitida por um processo de garantia da qualidade (certificação). Assim, considera-se não só a distância, mas também os parâmetros organizativos (produtores e consumidores), fatores culturais transmitidos pela confiança, pela valorização do mercado local e pelo produto agroecológico. (DARLOT *et al.*, 2016, p. 6).

Quanto as teorias sobre essas práticas de comercialização, Darlot *et al.* (2016, p. 6), destacam que no Brasil, o debate teórico sobre redes alimentares alternativas (PLOEG, 2008; WILKINSON, 2008) e circuitos curtos de alimentos ecológicos (FERRARI, 2011; DAROLT, 2012) ainda é emergente, porém existem muitas experiências diversificadas e inovadoras que surgem a cada ano, mostrando que nos canais de distribuição de alimentos ecológicos há características similares a outros países com destaque para mais informações sobre a qualidade do produto, busca de relacionamento direto e interdependência entre agricultores e consumidores.

Já alguns autores apresentam definições mais pragmáticas de circuito curto (CC). O setor agroalimentar na França tem caracterizado os circuitos curtos de distribuição, sendo os que mobilizam até no máximo um intermediário entre produtor e consumidor (CHAFOTTE;

CHIFFOLEAU, 2007; MESSMER, 2013; DARLOT et al., 2016). Assim, destaca-se dois casos, um a venda direta que é quando o agricultor entrega em mãos a mercadoria ao consumidor, e outro, a venda indireta via um intermediário, que pode ser para outro agricultor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou um pequeno mercado local (DARLOT et al., 2016).

As abordagens que caracterizam os circuitos curtos de comercialização, confirmam a prática vivenciada de que o fortalecimento de novos mercados locais, além de necessários, pode constituir-se em uma estratégia para ampliar as possibilidades de renda, e que evidenciam outros valores associados nas relações de produção e consumo (DARLOT et al., 2016).

2.3 Sítios Simbólicos de Pertencimento e a configuração do território

Parte-se da compreensão de que as regiões resultam de arranjos territoriais particulares, marcados por processos sociais, econômicos, culturais e ambientais, também particulares (ETGES, 2001).

A formulação de sítios simbólicos de pertencimento, proposta por Zaoual (2006), contempla esta perspectiva de análise ao afirmar que:

Hoje, fatos de experiências mostram que não podemos mais conceber os processos de desenvolvimento como simples exportação de um “vulgar sistema econômico” de um espaço para outro. A diversidade de contextos, atrás da qual dissimulam-se questões de ética e de visões do mundo, é incontornável para todos aqueles que se esforçam em melhorar os conhecimentos práticos e teóricos no domínio do desenvolvimento e, particularmente, no que é seu suposto “motor”. A exigência de tomar em consideração as práticas locais leva necessariamente a questionar de modo radical as hipóteses e as concepções padrão da economia. A respeito disso, a história do desenvolvimento mostra que nenhuma concepção está em condição de *verdade absoluta*, excluindo as outras do campo considerado. As verdades se estabelecem aos poucos. É preciso caminhar rumo a um *pragmatismo tolerante*. Nessa perspectiva, inscreve-se o pluralismo da abordagem dos sítios simbólicos. (ZAOUAL, 2006, p. 23).

Não se trata de um modelo único de relações, mas sim de possibilidades viáveis perante a diversidade dos agentes e de como vão estabelecendo as mudanças na prática a partir dos recursos disponíveis em curto, médio e longo prazo, como um processo não linear, mas adaptável, que considera diversos aspectos cotidianos perante a realidade e as lacunas que vão sendo preenchidas na ação cotidiana.

Nesta perspectiva, segundo o autor, inscreve-se o pluralismo da abordagem dos sítios simbólicos, que norteia a abordagem metodológica nesta pesquisa.

Em seu livro intitulado *Nova Economia das Iniciativas Locais – uma introdução ao pensamento pós-global*, Zaoual afirma que:

Esta contribuição interroga-se sobre o fundamento de certos conceitos e postulados de base da economia padrão. Ela aborda, de maneira crítica, o utilitarismo característico do economicismo, assim como o *homo oeconomicus*, conceito-chave sobre o qual se eleva o enorme edifício do saber econômico. Mobilizando os trabalhos de Amartya Sen, Prêmio Nobel de economia, assim como as contribuições do institucionalismo, a conduta adotada demonstra suas incompletudes. Esta crítica interna encontra seu fortalecimento externo na renovação introduzida pelas teorias da proximidade e do território. É a partir desta conjugação de saberes vindos de horizontes diversos que ela reconstrói uma visão alternativa ao reducionismo da economia padrão. É precisamente mobilizando a interdisciplinaridade e a interculturalidade que ela constrói um conceito alternativo àquele de *homo oeconomicus: o homo situs*. A teoria dos sítios, aqui defendida, concebe-o como um dos primeiros fundamentos teóricos de toda alternativa à crise da economia dominante. (ZAOUAL, 2010, p. 14).

Nesse contexto, o homem vivo concreto não é mais concebido como um simples *homo oeconomicus* e nem mesmo como *homo sociologicus*. Trata-se de um homem vivo concreto, cujo comportamento enraíza-se em um território em que harmonia pressupõe a consideração da multiplicidade do comportamento humano. O território aproximado pela noção de sítio simbólico de pertencimento é admitido, antes de tudo, como uma realidade viva, retirando todo o seu sentido do imaginário compartilhado pelos indivíduos socializados. Com efeito, tudo se passa como se o sítio fosse uma entidade imaterial, portanto invisível à primeira vista. O sítio é perceptível somente através dos rastros, frequentemente fugidios, que ele deixa no mundo visível, aquele dos comportamentos dos seus partidários e em tudo o que os cerca e faz sua vida cotidiana, da cultura à arquitetura, passando pela economia de sua organização social. Em outros termos, os comportamentos dos indivíduos estão permanentemente em interação com o campo invisível que é o sítio. É ele quem os estabiliza no caos da ordem social (ZAOUAL, 2010).

Na busca por novos paradigmas que desorganizem as racionalidades dominantes na economia, o autor se mantém na fronteira entre uma modernidade situada e uma pós-modernidade em discussão. Chamada de “mestiça”, a modernidade situada é ainda pouco conhecida por querer-se “não acadêmica”, e vislumbra horizontes conceituais que quebram alguns mitos fundamentais, como o da racionalidade econômica, já que o *homo situs* (homem concreto em situação) deixa de ser um “mero” ator, tornando-se um pesquisador de seu cotidiano, ou seja, de sua liberdade. Assim, o real, a partir dos sítios, passa a ser construído na intersubjetividade da situação, enquanto o sítio configura o seu horizonte, o que só pode

promover benefícios no lugar se a capacidade de os “*insiders*” promoverem inovações e descobertas para o pluralismo econômico for proporcionada (SILVA, 2012).

Na mesma direção, a produção orgânica sustentável também requer conhecer em profundidade as características do território. A transição para uma produção com base na Agroecologia trata, além do manejo agrícola ecologicamente responsável dos recursos naturais, de um campo de conhecimento, de ação coletiva de carácter participativo, com enfoque e abordagem sistêmica, contribuindo para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado das relações socioambientais, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no local (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011).

No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica, na medida em que auxilia na aprendizagem sobre os fatores socioculturais e agroecossistêmicos que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural ou de desenho de agroecossistemas que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a Agroecologia se constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época. Uma crise que, para alguns autores, é, no fundo, a própria crise do processo civilizatório. (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011, p. 46).

Nesse contexto, a abordagem teórica dos sítios simbólicos de pertencimento representa uma ferramenta de análise que permite integrar a identidade regional à noção de território e de cultura, dos quais a economia de uma determinada região é resultado (DORIGON; RENK, 2018).

Na medida em que cresce o global, também se amplia o sentimento do local. As razões deste paradoxo são múltiplas, entre as quais mencionamos a seguinte: a globalização, sinônimo de mercantilização do mundo, introduz localmente um tipo de incerteza e de vertigem na mente humana. Uma das maneiras de reagir a isso consiste na busca da certeza de que somente a proximidade pode garantir, até certo ponto, o sentimento de pertencer. (ZAOUAL, 2003, p. 21).

Desta forma, pode-se observar que as referências à Agroecologia e aos Sítios Simbólicos de Pertencimento trazem fundamentos equivalentes quanto à pluralidade dos territórios em suas diversas dimensões, e que não se pode tratar somente da produção de alimentos sustentáveis, mas também do consumo sustentável, o que impulsiona àquela demanda. Identificar e compreender as iniciativas locais que estão acontecendo nesse sentido e analisar formas de consolidá-las, por meio de transformações das relações de mercado que estão se estabelecendo a partir da busca por alimentos sustentáveis, coloca-se como importante desafio no debate sobre

a promoção do desenvolvimento regional.

Assim, Zaoual (2006), na abordagem dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, remete à perspectiva de novas economias locais, considerando que no sistema agroalimentar atual, os processos de transição de produção e comercialização não podem mais ser vistos como alternativas de agregar renda, mas sim como possibilidades necessárias e viáveis a médio e longo prazos, promovendo novos valores associados ao desenvolvimento de novas relações entre o rural e urbano, que garantem a permanência e consolidação dessas novas possibilidades.

As iniciativas de cadeias curtas de comercialização já estão presentes em diversos locais em Santa Cruz do Sul, por meio das quais a comercialização de alimentos vem se ampliando, tanto a partir das feiras rurais, entrega de cestas, nas prateleiras dos mercados e lojas, bem como a demanda de restaurantes e empresas que fornecem alimentos, na preferência por alimentos orgânicos de agricultores da região.

Ou seja, novas economias, novos mercados já estão ocorrendo, mas é necessário analisar as perspectivas históricas e culturais, no tempo e no espaço, para compreender o significado e a abrangência do processo em curso na região de Santa Cruz do Sul.

3. A AGROECOLOGIA NA REGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL

A região de Santa Cruz do Sul é caracterizada pela produção e beneficiamento do tabaco, um processo global implantado pelas indústrias transnacionais. Com esse pensamento único para o desenvolvimento socioeconômico do município, tanto no rural quanto no urbano esse processo foi transformando as relações sociais e os modos de vida, principalmente dos agricultores locais, onde a importância da produção de alimentos para subsistência, que é característica da agricultura familiar, foi perdendo espaço para a produção do tabaco, atendendo a lógica do mercado global.

Essa atividade historicamente presente na região, vem se modificando com iniciativas dos jovens e suas famílias, que já não se adaptam a essa lógica de produção. O interesse por outros cultivos é crescente ao longo das últimas duas décadas, com destaque para o cultivo de produtos orgânicos a partir da Agroecologia, como prática de outra forma de viver e fazer agricultura.

No contexto do desenvolvimento regional entende-se a região como parte de uma totalidade (LENCIONI, 1999), totalidade não mais orgânica ou lógica, nem uma totalidade harmônica, e sim uma totalidade histórica, entendida à luz da concepção de Formação Econômico-Social – ou Formação Sócio Espacial, nas palavras de Milton Santos (1996). Trata-se, portanto, de entender a diversidade regional como potencialidade para a promoção do desenvolvimento regional ou, como afirma Tania Bacelar de Araújo (2000, p. 127), “[...] é preciso pensar e agir no Brasil heterogêneo e diversificado, tratar como positivo, como potencialidade (e não como problema) a crescente diferenciação das diversas porções do país”. (ETGES; DORNELLES, 2014, p. 271).

Nos últimos anos é possível perceber iniciativas dos agricultores e organizações que buscam na Agroecologia a base de novas práticas presente no município e na região, ampliando as possibilidades de diversificação, tanto nas questões de produção de alimentos orgânicos, quanto na comercialização destes em cadeias curtas. Estas iniciativas movimentam a inserção da produção de alimentos orgânicos tanto em espaços rurais quanto urbanos como uma realidade prática, gerando novas perspectivas de reprodução a partir dos atores sociais com a produção de alimentos saudáveis, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local e regional

Uma região, para que exista de fato, segundo Boisier (1999), tem que ser construída socialmente, a partir de laços comuns, de traços de identidade que se expressam no âmbito do cultural, do econômico e do político, que permitam vislumbrar desafios comuns à comunidade envolvida. Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptiva de sua identidade territorial e definitivamente passiva, em outra, organizada, coesa, consciente de sua

identidade, capaz de mobilizar-se em torno de projetos políticos comuns, ou seja, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento. (ETGES; DORNELLES, 2014, p. 272).

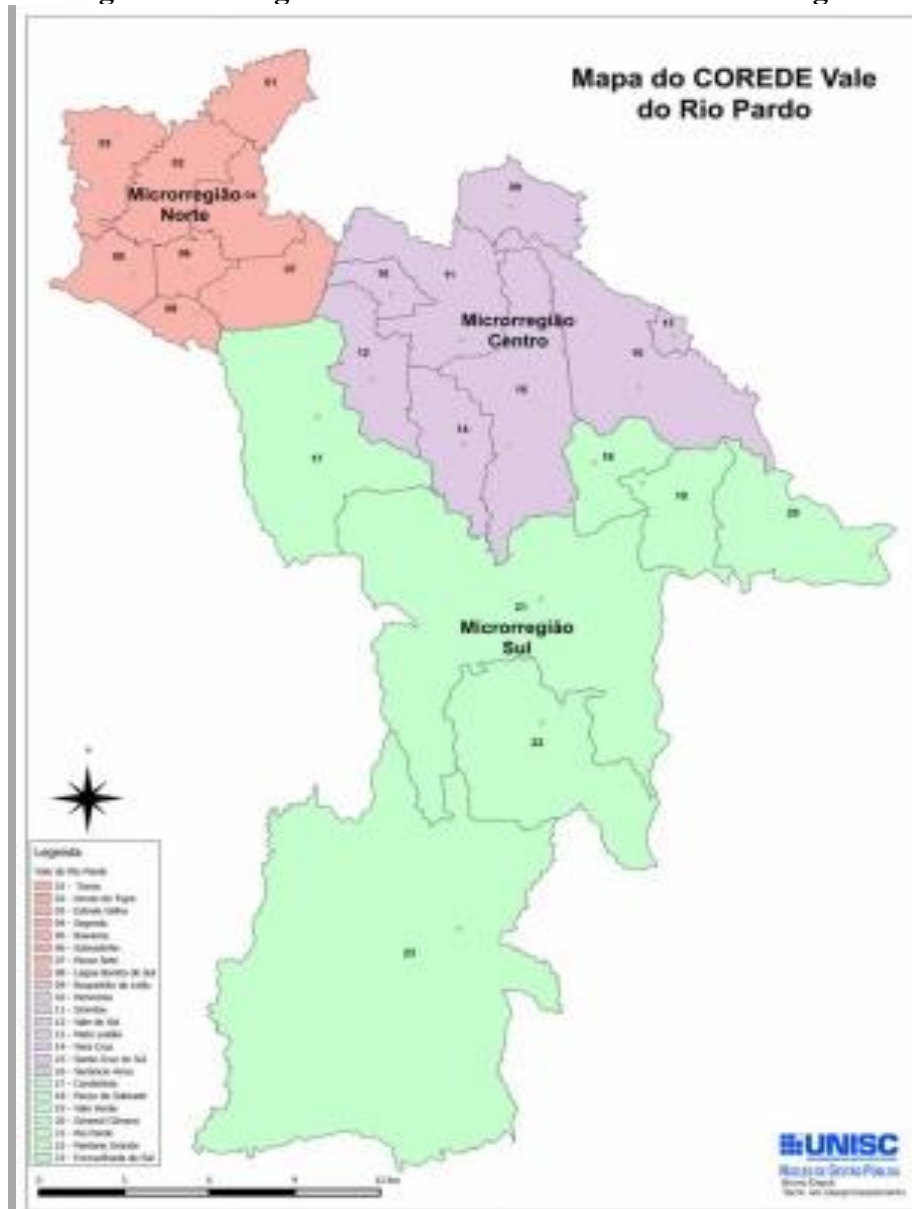
Essas ações, a partir de organizações que unem agricultores, motivados para a transição à agricultura orgânica, não resulta só na capacidade de produção de alimentos e em novas formas de comercialização, mas de pertencer a um grupo que tem objetivos comuns, que tem evidenciado a viabilidade e da produção orgânica em um espaço dominado pela agricultura do tabaco.

3.1 A formação do território da região de Santa Cruz do Sul

O município de Santa Cruz do Sul integra a região do Vale do Rio Pardo, situada na área centro-oriental do Rio Grande do Sul, que abrange 23 municípios. A região do Vale do Rio Pardo abrange uma área de 13.171,7 km², com uma população aproximada de 438.800 habitantes (FEE, 2013).

Observando o processo de formação e as características socioculturais, políticas e econômicas da região do Vale do Rio Pardo, pode-se destacar três sub-regiões (Figura 1). A norte, uma área de predomínio da pequena propriedade, com uma população constituída por descendentes de alemães, italianos e luso-brasileiros, e com sérios problemas no tocante a alternativas econômicas que agreguem valor à produção do minifúndio; o centro, constituído pela sub-região do polo industrial-comercial de Santa Cruz do Sul e municípios vizinhos como Venâncio Aires e Vera Cruz; e o sul, representado pela área abrangida pelas médias e grandes propriedades, com um predomínio das atividades agropastoris, principalmente dedicadas à pecuária e à orizicultura, e com baixa densidade demográfica nas áreas rurais, típica de regiões de latifúndios (ETGES, 2001).

Figura 1 – A região do Vale do Rio Pardo e suas sub-regiões



Fonte: Petry e Silveira (2017).

A microrregião de Santa Cruz do Sul é composta por 16 municípios: Arroio do Tigre, Candelária, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passa Sete, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz. Com população aproximada de 340.632 habitantes (FEE, 2013), 38% concentram-se no município de Santa Cruz do Sul.

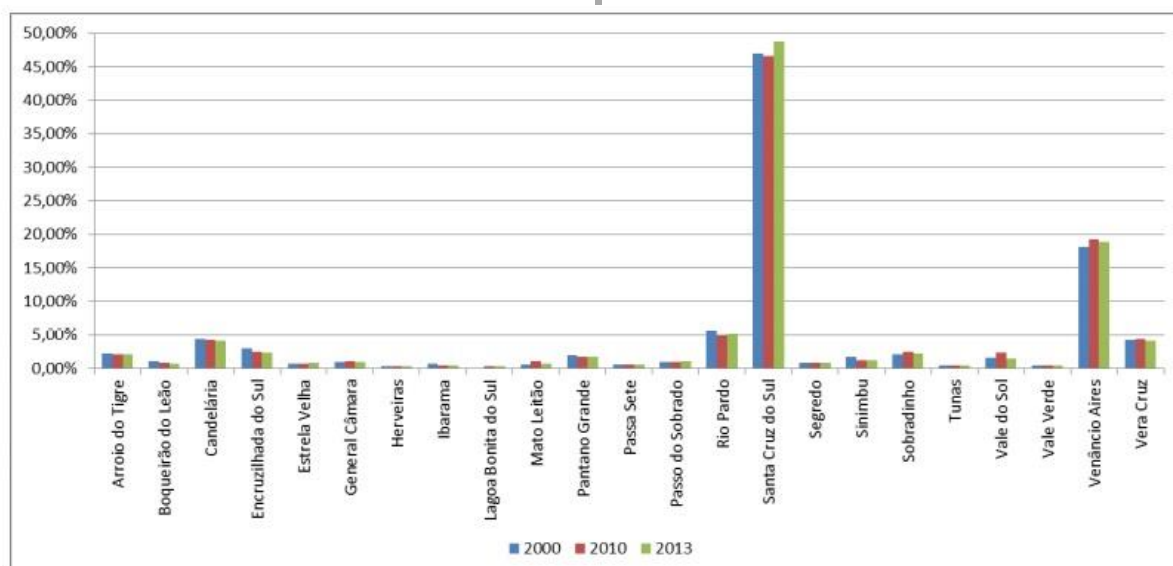
Santa Cruz do Sul é conhecida como importante núcleo do Sistema de Produção Integrado do tabaco, na sua microrregião estão localizados os maiores municípios produtores, além de ser referência do Sul do Brasil no beneficiamento do tabaco, deixando nítida a identidade cultural e histórica, a partir da formação socioeconômica-territorial (BREITBACH, 2014).

Em sua área urbana Santa Cruz do Sul concentra três atividades geradoras de dinâmica regional: é sede das principais empresas fumageiras, como Souza Cruz, Philip Morris, Japan Tobacco International e Universal Leaf Tabacos Ltda, além da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), que exerce forte impacto social e econômico na região, e de um amplo e diversificado setor de comércio e serviços, que atende à demanda regional. Nas práticas sócio espaciais locais ficam evidentes os traços herdados dos descendentes dos imigrantes alemães, na arquitetura e na organização dos espaços, tanto urbanos como rurais, com destaque para as propriedades rurais familiares (AREND et al., 2019).

A participação das atividades econômicas na formação do Valor Adicionado Bruto – VAB na região, foi de R\$ de 11,6 bilhões em 2013, composto por 15,10% da agropecuária, 31,5% da indústria e 53,85% de serviços (AREND et al. 2019).

Santa Cruz do Sul também se destaca com a maior participação no PIB na região, correspondendo a 48,8% do total em 2013 (equivalente a R\$ 6,67 bilhões); em segundo lugar está Venâncio Aires com 18% do PIB (equivalente a R\$ 2,58 bilhões), e em terceiro lugar está Rio Pardo com 5,10% do PIB (equivalente a R\$ 0,70 bilhão). Esses três municípios correspondem a 72,80% do PIB da Região do Vale do Rio Pardo, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Participação do PIB dos municípios do VRP sobre o PIB total do Corede VRP nos anos de 2000, 2010 e 2013.



Fonte: AREND et al. (2019).

Os dados apresentados no Gráfico 1 são extremamente relevantes, uma vez que evidenciam que a concentração do “retorno fiscal” se concentra nos municípios que abrigam as

indústrias de beneficiamento do tabaco, principalmente em Santa Cruz do Sul, o que leva outros municípios da região a figurarem entre os mais pobres do Estado. Isto se explica pelo fato da comercialização do principal produto produzido, o tabaco, ser comercializado fora do âmbito desses municípios, ou seja, são comercializados nos municípios em que as indústrias estão instaladas, nos quais também se concentra o “retorno fiscal” advindo dessa comercialização.

Os dados também revelam que a dependência das indústrias exportadoras de tabaco pode caracterizar números expressivos, mas que trazem uma preocupação expressiva quanto a incerteza dos rumos desse setor, que vem aumentando nos últimos anos com a redução no consumo do tabaco a partir de 2006, com a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Por isso torna-se cada vez mais imperativo fortalecer a diversificação de atividades na região, como resistência às imposições da cadeia global da indústria do tabaco no território da região.

Nesse sentido os dados e as percepções quanto a potencialidade da diversificação não só de cultivos, mas de políticas econômicas possíveis que já estão acontecendo no território, mas que parecem invisíveis ao todo, vão de encontro ao pensamento único imposto pelo desenvolvimento econômico praticado. Segundo Zaoual (2006), esta tendência à homogeneização já é conhecida na teoria do desenvolvimento a partir de construções deterministas sobre o lugar e seus agentes, enquadrando modos de vida diversos em um único parâmetro de desenvolvimento econômico.

A noção de *homo economicus* está implícita em todos os projetos de desenvolvimento. Como alternativa, a ideia de *homo situs* parece ser mais realista, já que, nos campos de atuação, as pessoas da base combinam vários imperativos na conduta de seus negócios cotidianos. Essa noção é, portanto, mais adaptada aos universos complexos. O *homo situs* supera o *homo sociologicus*, indivíduo que adere a uma norma social estática, e o *homo economicus*, indivíduo aparentemente racional, egoísta e calculista. O *homo situs* é conceito de natureza empírica, na medida em que impõe como imperativo primeiro pensar o homem em situação, conforme toda a sua diversidade e sua profundidade. Trata-se de um tipo de *realismo de face humana* tão negligenciado pelas ciências abstratas, como a ciência econômica. O *homo situs* é contrário ao reducionismo. É um homem concreto que sabe o que faz, não é um “idiota cultural”. Opera com base na *racionalidade situada e compósita*, cuja análise requer modelos mais complexos do que aquele que apresenta a racionalidade econômica ordinária. (ZAOAUL, 2006, p. 50, grifos do autor).

A agricultura orgânica de base agroecológica está presente no território através da ação dos agricultores familiares na produção e organizações entre certificações, técnicas de manejos e comercialização. A prática da diversificação vai além dos cultivos com produção de alimentos orgânicos. A reprodução social de um modo diferente de fazer agricultura e de comercializar,

ocupando brechas do sistema atual, onde a diversidade de mercados e formas de relação entre agricultura e consumidor vão além da econômica, com valores associados a produção de alimentos orgânicos locais, mesmo em um território dominado culturalmente com uma economia dura, baseada na cadeia da indústria global do tabaco.

A potencialidade de produção de alimentos orgânicos na agricultura familiar da região está ligada ao saber fazer, que revela a tradição presente nas famílias de manter cultivos e criações de animais para a subsistência do grupo familiar, tarefa em geral associada ao trabalho da mulher, e pouco valorizada como atividade econômica na família. Nesse sentido quando a produção de alimentos vira uma possibilidade de geração de renda, ocorrem mudanças nas relações familiares, em que este novo modo de vida com autonomia, voltado à valorização do trabalho e do cuidado com o outro, se expande.

Ao longo dos últimos anos, percebe-se na região uma busca crescente por alternativas de produção, com ênfase na Agroecologia e na Produção Orgânica. Nesse contexto, em 2013, surge a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo (AAVRP), integrada por onze entidades: CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia), UERGS (Universidade Estadual do RS), EFASC (Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul), EFASOL (Escola Família Agrícola de Vale do Sol), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da região dos Vales), Associação dos Agricultores Ecológicos de Santa Cruz do Sul, CEDEJOR (Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural) e ECOVALE (Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas). Estas iniciativas, por sua vez, demandam um aporte científico oriundo de pesquisas que apontem para a geração de novos conhecimentos e tecnologias, norteados pelos princípios da Agroecologia e da Produção Orgânica, com destaque para as cadeias curtas de comercialização da produção. Da mesma forma, demandam um espaço que se torne referência na construção e socialização de conhecimentos e técnicas e sua disseminação entre agricultores familiares da região.

A informação é um aspecto importante nesse espaço de transição, tanto dos agricultores como técnicos, e um importante segmento é a formação técnica, graduação e pós-graduação com base em Agroecologia presentes nas instituições de ensino das EFA e da UERGS.

A essas importantes iniciativas soma-se também o projeto liderado pela Embrapa Clima Temperado, que visa divulgar tecnologias desenvolvidas que atendam as demandas dos agricultores familiares e instituições parceiras em apoio às cadeias curtas de comercialização.

O Projeto, iniciado em 2018, está sendo desenvolvido em quatro regiões, uma no Paraná e três no Rio Grande do Sul, sendo uma destas a região do Vale do Rio Pardo. Segundo o pesquisador responsável pelo projeto, Lírio José Reichert, o propósito é fortalecer e consolidar as redes existentes nos Territórios para qualificar a Transferência de Tecnologias. "As práticas, conhecimentos e processos que vamos desenvolver vão ter foco em sistemas de produção de base ecológica que promovam o desenvolvimento local e territorial, a soberania e segurança alimentar, o manejo sustentável da agrobiodiversidade para a viabilização das cadeias curtas de comercialização na Agricultura Familiar" (BETEMPS, 2016).

Os territórios de produção orgânica da Agricultura Familiar colocam-se, assim, como antítese à lógica de *commoditização* da produção agrícola, sobretudo alimentar, integrando trabalho, produção e cultura regional pela diversidade produtiva como capacidade de preservação de banco genético e em oposição à artificialização e à mercantilização da natureza, vis a vis, as sementes transgênicas, os circuitos oligopsônicos e oligopólicos de comercialização dos produtos e de determinação de pacotes tecnológicos, que comprometem sobejamente a sustentabilidade dos ecossistemas em que estão inseridos (SOUZA; DIEGUES, 2012, p. 64)

Quando se trata da produção agrícola essas organizações vem nos últimos anos apoiando e resgatando a soberania alimentar na região ligando a produção de alimentos orgânicos, com resgate das sementes crioulas, trocas de experiências de manejos e saberes, sendo a diversidade do rural como fonte de conhecimento que torna essas práticas possíveis e viáveis.

É relevante ressaltar as chamadas públicas de ATER iniciadas em 2013, com projetos importantes de assistência técnica e extensão rural do MDA, que contribuíram para expansão da assistência técnica da região além da EMATER, sendo executadas por Cooperativas do MPA e o CAPA, para a diversificação das propriedades, resgate e/ou melhora na produção de alimentos para subsistência agregando renda, em informações na comercialização desses alimentos em feiras e redes, como informações de acesso para a obtenção da certificação dos orgânicos através dos grupos da rede Ecovida. Mas infelizmente a partir da extinção do MDA e outras políticas do Governo Federal os recursos para essas ações vem ficando cada vez mais restritos diminuindo o número de municípios e famílias beneficiadas, sendo dificultadas as ações de continuidade de assistência e o progresso nos resultados desses projetos.

A Agroecologia atua em três dimensões, na política, a ecológica técnico-produtiva, e na sociocultural e econômica, como base para transição mais equitativa do sistema agrícola e das relações entre o urbano e o rural nos processos de desenvolvimento.

Uma das “portas de entrada” para vários pesquisadores tem sido o reconhecimento do conhecimento local/saber popular como uma importante referência para a construção de conhecimento e “diálogo” entre saberes, o empírico (local) e o científico. Para Gliessman (2000)⁴, a abordagem agroecológica pode ser determinada como “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”, num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e ampliação de novos saberes socioambientais, subsidiando de forma permanente, o processo de transição agroecológica. (KARNOPP; WEBER, 2020, p. 7).

Se tratando da agricultura familiar, a diversificação para a produção orgânica vem ganhando adeptos, sendo uma opção para quem busca possibilidade de agricultura mais saudável e economicamente viável na região.

No Vale do Rio Pardo há 104 agricultores certificados como orgânicos, no Cadastro Nacional de Produção Orgânica (CNPO) (MAPA, 2017). Entretanto, no momento da pesquisa constavam somente 59 registros de produção certificada, entre cultivos e agroindústrias, resultando na falta de registro de 45 agricultores e 3 agroindústrias. A falta de atualização dos dados deve-se, segundo o núcleo EcoVale da rede Ecovida, às restrições impostas pela pandemia da Covid 19, que dificultaram a atualização de dados no sistema de certificação ao longo de 2020.

A comercialização dos alimentos orgânicos produzidos por esses agricultores ocorre por comercialização direta em cadeias curtas, principalmente em feiras de comercialização, “algumas exclusivamente orgânicas, outras mistas com a presença crescente de alimentos orgânicos” (COSTA, 2019, p. 206). No Vale do Rio Pardo ocorrem no total 13 feiras distribuídas em oito municípios: Santa Cruz do Sul (5), Venâncio Aires (1), Cachoeira do Sul (2), Passo do Sobrado (1); Vale Verde (1); Rio Pardo (1) e Vera Cruz (1).

Apesar das feiras serem o principal canal de comercialização dos alimentos orgânicos na região, alguns agricultores também comercializam de forma direta com entregas de produtos em domicílio, através de grupos em redes sociais para divulgação e contatos via *whatsapp* para compra, tornando estas uma das principais formas de manter as vendas sem desperdício de alimentos pela diminuição do público, com as restrições em feiras durante a pandemia.

Outras formas presentes são as vendas em pontos de comercialização, como em mercados e restaurantes da região, entrega para cooperativas que comercializam para o PAA e PNAE, como também para o restaurante industrial, que busca alimentos orgânicos da agricultura

⁴ GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

familiar local, através de iniciativa de uma empresa de Santa Cruz do Sul que prioriza que os alimentos fornecidos aos funcionários sejam saudáveis.

Essas novas iniciativas de comercialização que estão sendo formadas no território através das demandas de empresas foi uma das motivações desta pesquisa, visando identificar quais as transformações nas relações de produção e comércio que isso pode implicar, como se coloca a relação com o local, a partir de iniciativas de empresas privadas na preferência por orgânicos suas motivações, e decisão por comprar, ou não, produtos orgânicos nos restaurantes pesquisados em Santa Cruz do Sul. E como a Agroecologia está presente nos sistemas de produção, comercialização, relações sociais e seus processos de transição no território.

3.2 As limitações impostas pela produção de tabaco e o sentido de pertencimento

A presença da indústria do tabaco é um fator limitante se pensada como única alternativa econômica para a agricultura familiar da região, tanto no tocante às incertezas de continuidade a longo prazo, como também na insegurança para transição a outras formas de produção. A produção de tabaco está presente há muitas gerações e passou a ser vista como identidade da agricultura familiar na região, um saber fazer que veio antes da indústria, mas que sofreu profundas transformações com a chegada das transnacionais.

Esse processo de dominação veio junto com projeto de modernização da agricultura no Brasil, homogeneizando territórios diversos, por interesses econômicos externos, modificando as formas de vida, principalmente da agricultura familiar. Esse contexto de padronização, através do sistema integrado de produção, vem ao encontro da afirmação de Zaoual (2006), quando discute as tendências uniformizantes promovidas pela expansão do capital, ao destacar que “nesses processos, inúmeras são as perdas culturais, ambientais, sociais e, mesmo econômicas. O saber-fazer popular que podia ser preservado e melhorado dentro de uma visão reflexiva desaparece em nome de um progresso material cego e fugaz” (ZAOUAL, 2006, p. 66).

Ao observar o quadro geral da agricultura no Brasil o processo de homogeneização se torna evidente por meio da ação e influência dos grandes grupos transnacionais do agronegócio, reduzindo a agricultura diversificada a uma forma única de fazer agricultura, com sementes geneticamente modificadas, uso de intensivo de insumos químicos e agrotóxicos, estreitando, dessa forma a relação entre indústria e agricultura, processo também conhecido como

industrialização da agricultura. Nesse contexto a produção tem como destino o mercado global de *commodities*, submetendo regiões inteiras aos interesses do grande capital (COSTA, 2019).

Entretanto, em meio a esse intenso processo de modernização da agricultura no país por meio do agronegócio, surgiram também os Sistemas Integrados de Produção, em que milhares de agricultores familiares tornaram-se produtores de matérias primas para grandes complexos industriais transnacionais, como é o caso dos produtores de aves, de suínos e de tabaco no sul do país.

O município de Santa Cruz do Sul, localizado na região do Vale do Rio Pardo tem se destacado na produção de tabaco ao longo de mais de um século. Já desde a instalação da Colônia Santa Cruz, em 1849, com a vinda de imigrantes alemães, o tabaco era produzido para o consumo dos próprios colonos e, aos poucos, se tornou um dos produtos comerciais, ao lado da banha de porco, comercializado pelos colonos em Rio Pardo, de onde era levado para o Rio de Janeiro.

É também do Rio de Janeiro que vem a primeira grande empresa de beneficiamento de tabaco instalada em Santa Cruz do Sul, a Souza Cruz em 1917, na época já como empresa multinacional, pertencente a British American Tobacco (BAT). A partir desse período novas técnicas foram introduzidas, tanto no manejo da lavoura, quanto no processo de secagem, com a introdução das estufas de secagem, uma vez que até então as variedades produzidas eram os fumos de galpão, expostos para secagem dentro dos galpões.

Essas novas técnicas atendiam a exigências das novas variedades introduzidas no mesmo período, os chamados fumos claros, Amarelinho e Virginia, que tinham que ser curados e secos dentro de estufas, movidas a lenha.

Essas inovações tornaram o processo de produção de tabaco cada vez mais intensivo, tanto em trabalho por parte dos agricultores familiares, quanto em novos investimentos, que tinham que ser realizados, como a construção de estufa, a compra das sementes e o uso de adubos químicos.

A partir da década de 1960, com a venda das demais empresas de capital regional a empresas transnacionais do segmento, a região tornou-se referência mundial no Sistema Integrado de Produção do tabaco, período a partir do qual também se intensifica o uso de agrotóxicos no controle de “pragas” e doenças nas lavouras (COSTA, 2019).

Para viabilizar essas inovações, as empresas contavam na época com o importante papel dos “instrutores de fumo”, que, em geral, eram escolhidos na própria localidade onde residiam, de preferência que fossem produtores de fumo, que tivessem bom relacionamento, exercessem

alguma liderança e inspirassem confiança entre os demais produtores. Assim, o instrutor passou a intermediar o vínculo dos produtores com a empresa. No manual do instrutor a regra básica era essa: “exercer atividades de relações públicas, com participação em festividades, auxílio aos produtores e seus familiares em caso de emergência ou no relacionamento com autoridades, etc, com a finalidade de manter uma posição de liderança na comunidade e, especificamente, junto aos produtores, visando um bom nível de cooperação com a empresa” (ETGES, 1991, p. 119).

Na atualidade essa atividade é exercida por assistentes técnicos especializados cujo papel continua sendo de grande relevância para as empresas porque, junto com outras estratégias, como a exigência de lealdade dos produtores à empresa, (o que significa “não vender o tabaco a outra empresa ou a atravessadores), convencê-los, ano após anos, de que o único produto que gera renda na propriedade familiar é o tabaco, o trabalho destes técnicos é mantê-los submissos ao processo do Sistema Integrado de Produção.

É da eficiência dessas estratégias que as empresas transnacionais se alimentam, obtendo lucros fantásticos com a exportação do tabaco, uma vez que somente em torno de 15% da produção é transformada em cigarros no país, sobre cuja comercialização incide 71% de impostos recolhidos aos cofres públicos. É na exportação de 85% do tabaco no país, sobre o qual não incide imposto, que as empresas obtêm os seus volumosos lucros. .

Assim, por se tratar de um produto cuja produção, beneficiamento e comercialização é controlada pelas empresas transnacionais do tabaco, a agricultura familiar se tornou dependente dessa cadeia produtiva, fazendo com que os cultivos diversificados de alimentos nas propriedades fossem perdendo espaço para atender às exigências das empresas de produzir cada vez mais tabaco (COSTA, 2019).

A adoção dessas práticas levou a um desenvolvimento econômico que relegou os impactos ambientais, sociais e culturais a um segundo plano. Com o passar do tempo essa realidade foi evidenciando que, apesar desse segmento ser o principal agente da economia da região, gerou limitações nas interações necessárias para o desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Esta forma de desenvolvimento vem ao encontro do alerta de Zaoual (2006), sobre as decisões tomadas por agentes alienados e alienadores dos seus próprios sítios de origem.

São essas decisões, desejadas por tantos modernizadores, que possibilitam a transposição irresponsável de modelos de desenvolvimento destruidores da autonomia dos lugares e dos atores sociais. Sem dúvida a alienação territorial pode rapidamente transformar sítios, culturas e anteriores saberes técnicos em escombros e ruínas. E

mais, a modernização irrefletida, considerada com validade universal, impede o sincero debate de valores, empobrecendo a reflexão ética da experiência humana. Sem este debate, o Outro é transformado, velozmente, em objeto exótico oferecido à satisfação de circunstancial curiosidade, o que apenas lubrifica as engrenagens da acumulação. (ZAOUAL, 2006, p. 11).

É nesse contexto que ao longo das últimas duas décadas várias iniciativas de construção de resistências, a partir da diversificação das atividades nas propriedades pelos agricultores familiares, têm surgido na região, desvinculando-se das demandas das empresas transnacionais do tabaco e buscando novas formas de produção e comercialização de outros produtos, com maior autonomia. Dentre estas, destaca-se a produção de alimentos saudáveis, livres de insumos químicos e agrotóxicos, o que, para além das questões econômicas, remete às complexas interações entre o meio natural e a ação humana, por meio do resgate de saberes de gerações passadas, associados a novos conhecimentos e novas técnicas, oriundas de pesquisas em Universidades e Centros de Pesquisa como a Embrapa, ao lado do conhecimento empírico do saber fazer dos agricultores familiares envolvidos no processo.

Algumas experiências de agricultura diversificada, como novas formas de produção de alimentos já estão presentes na região de Santa Cruz do Sul, apresentando-se como alternativa viável, inclusive economicamente, correspondendo às necessidades e características da agricultura familiar de uma forma mais ampla. Destacam-se experiências de algumas instituições como Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), ECOVALE (Cooperativa Regional de Agricultores Familiar); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC) e, mais recentemente, os cursos de Pós Graduação e Bacharelado em Agroecologia pela UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul), bem como grupos de agricultores familiares que comercializam a maior parte dos alimentos orgânicos produzidos em feiras, pontos de venda no perímetro urbano de Santa Cruz do Sul, Cooperativas e junto aos Programas Institucionais de Aquisição Alimentos

O sentido de pertencimento está presente na tentativa de criação de uma melhor qualidade de vida, em uma região dominada historicamente pelas transnacionais do tabaco, que transforma a cultura, o cotidiano e a vida dos agricultores familiares a partir de uma forma única de produzir e de compreender a realidade, a serviços de comandos externos, globais.

Os agricultores que estão em outras atividades, como a produção e comercialização de alimentos orgânicos, buscam superar o modelo único e fazer diferente, para melhorar a saúde, a relação com meio ambiente e a qualidade de vida, processo em que a questão econômica é importante, mas não é o principal motivo dessa transição.

Nessas ações a base da Agroecologia, em suas diversas formas de reprodução, representa uma forma de resistência à essa tendência de dominação” (COSTA, 2019, p. 6).

Nos últimos anos novas formas de reprodução da agricultura que busca sustentabilidade têm ficado cada vez mais evidentes na região, entre as quais a produção orgânica vem conquistando espaço. Essas ações, tanto na produção quanto na comercialização de alimentos orgânicos de base agroecológica, mesmo com as limitações impostas pela produção de tabaco, já estão presentes no território.

Atualmente as feiras são as principais formas de comercialização direta dos alimentos orgânicos produzidos pela agricultura familiar da região no Vale do Rio Pardo. Algumas destas exclusivamente orgânicas, outras mistas, com a presença crescente de alimentos orgânicos (COSTA, 2019). São 9 feiras em seis municípios, onde várias entidades que compõe o núcleo AVRPA, em parceria, colaboram com os agricultores na organização dos espaços para comercialização dos orgânicos.

No município de Santa Cruz do Sul é possível encontrar alimentos orgânicos da agricultura familiar local em 5 feiras. A feira Ecológica da Ecovale duas vezes por semana em dois locais (Centro e Bairro Arroio Grande); a feira Pedagógica da EFASC, semanalmente na escola (Linha Santa Cruz); a feira Jovem de Boa Vista que também é semanal; e a Feira do Núcleo de Agricultores Ecologistas que ocorre duas vezes por semana na praça Hainsi Gralow (Bairro Verena). As outras 4 feiras se distribuem nos municípios de Venâncio Aires com uma feira Grupo Eco da Vida, duas vezes na semana; a feira Ecológica de Passo do Sobrado uma vez na semana; a feira Jovem Caminhos da Agroecologia semanal em Vale do Sol; a feira SEPROARTE Vale Verde; a feira Orgânica Origem Camponesa em Rio Pardo e a feira da COOPERVEC em Vera Cruz (COSTA, 2019).

Essas feiras são importantes, pois além de possibilitarem a comercialização direta dos alimentos orgânicos, viabilizam o contato direto do agricultor com o consumidor da produção orgânica realizada na região, evidenciando a relevância dessas organizações e grupos, tanto na assistência técnica, quanto na certificação da produção.

3.3 A certificação da produção

A certificação ou selo de qualidade é a imposição de segurança alimentar quando se trata de alimentos orgânicos, não só para normatizar as práticas agrícolas, mas também para atender a exigências do mercado. As formas de certificação são praticadas por meio de auditoria ou de

forma participativa. Além destas, ocorre também a “certificação de confiança” em que a relação de proximidade gera a confiança de estar consumindo alimentos saudáveis, ocorrendo através do diálogo e trocas de informações entre produtores e consumidores, principalmente em circuitos curtos de comercialização direta.

Para garantir a colocação dos orgânicos no mercado os governos passaram a criar regulamentações e normas para essa produção. Esse processo inicia nos governos norte-americanos do Oregon e da Califórnia ainda na década de 1970, quando os orgânicos, então relacionados a filosofias que buscavam o contato com a terra como forma alternativa de vida, passaram a se constituir em formas de produzir alimentos saudáveis e livres de resíduos tóxicos de interesse do mercado, o que levou à expansão do consumo desses alimentos (ALVES et al., 2012).

Em 1972 foi criada a Federação Internacional do Movimento da Agricultura Orgânica (IFOAM), com a tarefa de harmonizar conceitos, estabelecer padrões básicos publicados em 1980, resguardando a diversidade do movimento orgânico, incluindo organizações certificadoras, processadores, distribuidores e pesquisadores. Em 1991 foi publicado o primeiro documento normativo pela Council Regulation da Comunidade Econômica Europeia (CEE) para comércio internacional, estabelecendo normas e padrões de produção, processamento, comercialização e importação de produtos orgânicos. Outro evento marcante na pauta dos orgânicos foi o Foro Global de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais, realizado no Rio de Janeiro em 1992 durante a ECO 92, onde foram discutidas questões sobre agricultura sustentável, segurança alimentar, água potável entre outros, com foco na demanda mundial por mudanças no processo produtivo. Dessa mobilização resultou a Agenda 21, com a construção de estratégias de desenvolvimento, visando a sustentabilidade (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012).

Segundo Vilela et al. (2019) no Brasil o mercado de orgânicos começou a ser expressivo no início da década de 1990, decorrente das iniciativas promovidas pela Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) em 1985, pela Cooperativa Ecológica Colmeia de Porto Alegre em 1989, e pela Associação de Agricultura Orgânica (AAO) de São Paulo em 1991.

Em 23 de dezembro de 2003 foi divulgada a Lei nº10.831, regulamentada pelo Decreto nº6.323 de 27 de dezembro de 2007, que estabeleceu o uso do selo SisOrg para produtos orgânicos, único selo reconhecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

(MAPA), que pode ser acessado através de três sistemas de certificação que estão previstos na legislação brasileira para a produção e comercialização de produtos orgânicos:

Certificação por auditoria (CERT) – a concessão do selo SisOrg é feita por uma certificadora pública ou privada credenciada no Mapa. Certificação por sistema participativo de garantia da qualidade orgânica (OPAC) – caracteriza-se pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para estar em conformidade com a lei, esse sistema precisa ter um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) legalmente constituído, que responderá pela emissão do selo. Certificação por controle social na venda direta (OCS) – usado apenas para certificação dos produtos orgânicos da agricultura familiar. Exige credenciamento em uma organização de controle social (OCS) cadastrada em órgão fiscalizador oficial (Brasil, 2014). Uma OCS pode ser formada por um grupo, uma associação, cooperativa ou um consórcio de agricultores familiares, com ou sem personalidade jurídica. (VILELA et al., 2019, p. 10).

No Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (MAPA, 2017), atualmente, estão registrados 24.608 agricultores orgânicos, sendo 11.103 por CERT e 13.505 por OPAC/OCS. Nos três estados do Sul há um total de 8.929 certificados, com 2.734 por CERT e 6.195 por OPAC/OCS. Destes 3.741 estão no RS, dos quais 917 estão certificados por CERT e 2.824 por OPAC/OCS. No Vale do Rio Pardo constam 55 cadastrados, destes 15 por auditoria (CERT) e 40 por participativa (OPAC) e controle social (OCS), ressaltando que nestes registros não constavam os agricultores certificados pela Associação Ecovida de Certificação Participativa, presente no VRP como principal certificadora pelo grupo da EcoVale/CAPA.

Na busca destes registros para completar esses dados, Sighard Hermany, Engenheiro Agrônomo e coordenador do CAPA de Santa Cruz do Sul, que acompanha as certificações participativas da rede Ecovida pelo núcleo da Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas Ltda (Ecovale) relatou que, em decorrência da pandemia, houve dificuldades para a atualização dos registros no sistema do CNPO. Mas afirmou que atualmente são o total de 45 famílias e 3 agroindústrias, distribuídos em 15 grupos de certificação em 11 municípios. Destas, 22 famílias e as 3 agroindústrias estão localizadas em seis municípios do VRP: Candelária, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz. As demais nos municípios Arroio do Meio, Cachoeira do Sul, Dona Francisca, Itaára e Santa Clara do Sul, que não integram o VRP mas fazem parte do núcleo de certificação da Ecovale.

Assim, no VRP juntando os dados do CNPO e da Ecovale, são no total 77 agricultores familiares com certificação orgânica, sendo que destas, 62 famílias são certificadas através de OPAC/OCS. Esses dados mostram a importância de sistemas mais compatíveis com as diversas realidades da agricultura, promovendo a possibilidade de certificação por OPAC/OCS, que

permitiria o acesso a obtenção do selo para produção e comercialização orgânica a um maior número de famílias.

A Certificação Participativa (OPAC) faz a diferença para o acesso a maiores possibilidades de comercialização dos alimentos orgânicos produzidos pela agricultura familiar, onde nem sempre é viável pagar pela certificação por auditoria, ainda mais quando se trata de processos de transição, em que os custos precisam ser otimizados. A relevância da certificação participativa fica evidente nos dados da região do VRP, onde das 77 famílias certificadas como produtores orgânicos, mais de 80% por OPAC/OCS, destes a certificação pela rede EcoVida destaca-se no VRP, onde entre estes estão os quatro agricultores entrevistados nesta pesquisa.

Mas além da certificação e suas normas de regularização, esses grupos fazem os agricultores interagir nas reuniões, com as trocas de saberes, dificuldades e aprendizados, fortalecendo as relações sociais gerando afinidades, reciprocidade nas ações e troca de informações na construção de meios melhores para organização da produção e formas de comercialização a partir das experiências compartilhadas.

4. A CONFIGURAÇÃO DE CADEIAS CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO NA DEMANDA POR PRODUTOS ORGÂNICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR EMPRESAS DE ALIMENTAÇÃO E RESTAURANTES EM SANTA CRUZ DO SUL

Nessa pesquisa buscou-se identificar e analisar as relações, interações, recursos e valores que envolvem a efetivação de novos mercados sustentáveis, preenchendo a lacuna existente entre a produção e o consumo local e regional, a partir de mercados que estão sendo constituídos no município por empresas de alimentação (serviços de refeições terceirizados para empresas) e de restaurantes, que podem incrementar, através da preferência por produção orgânica de agricultores familiares da região, a demanda por esses produtos, incrementando a geração de renda nessas propriedades.

Os dados apresentados foram obtidos por meio entrevistas, fontes bibliográficas, pesquisa documental e observação *in loco*.

A partir de um roteiro semiestruturado, as entrevistas foram realizadas com proprietários de quatro restaurantes presentes no município há mais de 20 anos, localizados na área central da cidade, e um restaurante industrial que presta serviço de refeições terceirizadas, principalmente às empresas do tabaco, localizadas no distrito industrial. Quanto à produção, foram entrevistados quatro agricultores familiares que produzem e comercializam alimentos orgânicos nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Candelária, dos quais três são vinculados ao CAPA, MPA e EFASC, e um que não está ligado diretamente a nenhuma organização de agricultores orgânicos, mas tem certificação de sua produção pela rede Ecovida de certificação participativa.

Por meio da técnica de aplicação de entrevistas semiestruturadas foi possível identificar as razões que levam os sujeitos a tomarem decisões como, por exemplo, a decisão dos proprietários dos restaurantes de comprar ou não consumir verduras e legumes produzidos de forma orgânica pelos agricultores da região.

Também foram coletados dados através de documentos obtidos junto a Associações de Produtores e Cooperativas de produtores orgânicos, a instituições, organizações e empresas que têm ligação com a agricultura orgânica, tanto na questão da produção quanto de mercados de consumo. Além disso, foram coletados dados secundários junto a Associação Comercial e Industrial, bem como em sites do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros.

Assim, o primeiro objetivo específico - Caracterizar a produção orgânica de agricultores familiares na região de Santa Cruz do Sul – foi atendido por meio de levantamento de dados junto Instituições, Organizações e Empresas, como Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), entre outras, envolvidas tanto no processo de produção, certificação, assistência, quanto comercialização destes alimentos.

O segundo objetivo específico - Analisar a repercussão da demanda de empresas de alimentação e restaurantes de Santa Cruz do Sul por produtos orgânicos da agricultura familiar – foi contemplado com a realização de entrevistas semiestruturadas com produtores de alimentos orgânicos da região e com proprietários de restaurantes e empresas alimentares do município sobre a demanda por produtos orgânicos, além de levantamento de dados secundários, junto à Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, quanto aos registros de restaurantes e empresas alimentares.

E, o terceiro objetivo - Analisar a presença de valores que caracterizam sítios simbólicos de pertencimento entre os agricultores familiares de produção orgânica na região – foi atendido por meio das entrevistas semiestruturadas e por meio da análise dos dados coletados, com a intenção de compreender como se constroem as práticas e interações existentes entre os atores (pessoas, organizações, instituições) nas dinâmicas da produção e comercialização local.

Os dados obtidos foram analisados com base nos princípios da Agroecologia e no entendimento de Sítios Simbólicos de Pertencimento, visando compreender os contextos nos quais os agentes tomam decisões, tanto na produção quanto na comercialização, quais são as principais motivações que levam a outras formas de fazer agricultura, como o caso da produção de alimentos orgânicos, e quais motivos levam, ou não, os proprietários de restaurantes a buscarem alimentos orgânicos produzidos na região. Buscou-se, assim, compreender o conjunto de valores que estão presentes nestas relações que estão se formando, e que podem ser ampliadas, garantindo a fluidez nessas trocas nas cadeias curtas de comercialização.

Algumas categorias são importantes para a compreensão de como esses aspectos podem, ou não, estar presentes nas ações dos atores envolvidos nas iniciativas locais, onde a proximidade possibilita a reciprocidade, gerando relações de confiança e participação ativa do *homo situs* nas relações que permeiam a produção e o consumo e os valores associados a essas trocas. Além destas, observa-se aspectos como a diversidade cultural, a autonomia, a organização, a coordenação, a soberania alimentar, a consciência e a qualidade de vida que

podem nos remeter ao agente social situado, onde aspectos sociais e culturais são fundamentais na construção de possibilidades de transformação para um desenvolvimento rural sustentável.

O modo convencional de produção e comercialização dos alimentos, além de não contemplar seu objetivo principal de “eliminar a fome no mundo”, gerou fatores determinantes de insegurança alimentar, crescimento de perdas e desperdícios, oscilações de preço, e degradação dos recursos naturais, decorrentes de um sistema agroalimentar oligopolizado e financeirizado. Nesse sentido, as reações são diversas quanto a novas formas de produzir e comercializar, envolvendo tentativas de reconexão e realocização das práticas de produção e consumo alimentar, gerando um crescimento do desejo de consumo da população por produtos naturais, limpos, verdes, biológicos, ecológicos, orgânicos e sustentáveis (NIEDERLE, MARQUES, 2016).

A demanda da população por alimentos sustentáveis possibilita o resgate da relação do rural com o urbano por meio da formação de redes alimentares, que buscam inovação nas formas de produção, de mercado e de consumo, reforçando vínculos entre o rural e o urbano na promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Nesse mesmo sentido, torna-se urgente a utilização de experiências produtivas de base agroecológica, a elaboração de propostas para ações sociais coletivas que evidenciem a lógica predatória do modelo produtivo agroindustrial hegemônico e, por outro, que aponte para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada (GUZMÁN CASADO; GONZÁLEZ DE MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2000).

Nas últimas décadas o tema da fome tem sido motivo de muita preocupação de governos, organizações sociais e organismos multilaterais. A discussão sobre segurança e soberania alimentar e o seu tratamento como algo de maior amplitude e complexidade tem acontecido com maior ênfase nos últimos anos, pela compreensão necessária sobre tudo o que envolve este tema, especialmente na busca da integração das agendas econômica, social e ambiental.

Nesse sentido o documento Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), divulgado pela da ONU em 2019, apresenta-se como uma fonte relevante de dados e proposições sobre os temas desenvolvimento e cidadania global, tratando de conceitos fundamentais para transformar o mundo até 2030 e criar um futuro mais sustentável. Dentre os Objetivos, destaca-se o Objetivo 2, que discute a urgência em acabar com a fome e promover a agricultura sustentável em todo mundo.

O ODS 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável sustenta que:

A fome é a privação de uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano, geradora de má nutrição e/ou desnutrição. Provoca mal-estar físico e

psicológico e tem impacto no desenvolvimento, na mortalidade infantil e na esperança média de vida das populações. Decorre da escassez de alimentos provocada por fatores como o clima, a produção, as condições económicas ou a existência de conflitos. (ONU, 2015).

Em nível global define-se fome como escassez de comida em um país, que pode ser provocada pela má nutrição que é quando não se consome alimentos variados de qualidade e em quantidade para manter o corpo saudável, ou pela desnutrição, quando não se consome a quantidade suficiente de nutrientes. Segundo os dados do Dicionário do Desenvolvimento Sustentável (FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA, 2021), no mundo 815 milhões de pessoas sofrem de fome crônica, ou seja, 11% da população global. Estima-se que 171 milhões de crianças menores de cinco anos sofram de desnutrição crônica (baixa estatura para a idade), quase 104 milhões tenham baixo peso para a idade e 55 milhões sofram de desnutrição aguda (baixo peso para a estatura). Mas este não é o único problema alimentar no mundo, várias formas de má nutrição coexistem, como crianças subnutridas pela fome, e adultos obesos.

A má nutrição nesses casos pode estar associada ao consumo de alimentos industrializados, mas mesmo consumindo alimentos ditos mais saudáveis, se estes forem produzidos com agrotóxicos, já é um fator relevante para se questionar quanto aos reais benefícios e nutrientes que estão sendo consumidos nesses alimentos. Erradicar a fome com alimentos realmente saudáveis e nutritivos só é possível com uma agricultura sustentável.

Como não podia ser diferente quando se trata de agricultura sustentável a Agroecologia é a abordagem citada:

Para garantir que cuidamos dos nossos solos e dos nossos recursos é preciso praticar uma agricultura sustentável. Implementar uma agricultura sustentável e saudável exige: o apoio à agricultura familiar e aos pequenos produtores (que são aqueles que fornecem a maior parte dos alimentos do mundo); a promoção da diversificação agrícola, para alimentos mais nutritivos; a redução dos pesticidas e outros químicos na produção agrícola; a aplicação de processos ecológicos e biológicos na produção agrícola incluindo, por exemplo, abordagens como a agroecologia (ODS, 2015).

Além do modo da forma de produzir, as modificações e transformações para práticas sustentáveis estão relacionadas à conscientização sobre o papel que todos os envolvidos no sistema alimentar, produtores, distribuidores, comerciantes, consumidores têm um papel a desempenhar, na promoção de um sistema agrícola mais sustentável.

A biodiversidade também depende de uma agricultura sustentável, pois mantém a qualidade ambiental, a diversidade de cultivos e das sementes crioulas, que são mais adaptáveis ao local e não necessitam de agrotóxicos e adubos químicos para o seu desenvolvimento,

garantindo a proteção e permanência das outras espécies nativas. Essa conscientização requer, portanto, vai além dos agricultores e formas de produção, pois práticas de consumo também sustentáveis, como procurar alimentos de época e produzidos localmente que evitam uso de agrotóxicos e dessa forma também colaboram para a proteção da biodiversidade.

O consumo sustentável implica em mudanças nas escolhas individuais, mas também em ações coletivas e mudanças políticas, econômicas e institucionais que promovam padrões de consumo mais sustentáveis em suas múltiplas dimensões. Isto só ocorre a partir da informação sobre o que se está consumindo, de onde vem, como é produzido e comercializado, em que condições de trabalho e de uso dos recursos ambientais, informações importantes que na maioria das vezes não são questionadas e muito menos divulgadas aos consumidores.

Essas mudanças nas práticas de produção e consumo levam a um desenvolvimento sustentável visando melhorar as condições de vida de todos, preservando-se o meio envolvente a curto, mas também a longo prazo, tendo como objetivo um desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável. Este é também o objetivo da Agroecologia como ciência e prática para a transição nas relações agrícolas de produção e consumo saudáveis e com soberania alimentar.

4.1 A produção de alimentos orgânicos pela agricultura familiar, a demanda das empresas de alimentação e restaurantes em Santa Cruz do Sul e a configuração de cadeias curtas de comercialização

Ao estudar os rumos da agricultura, em especial da agricultura familiar, passamos a perceber um conjunto de questões intrinsecamente ligadas a aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais, que ao longo da história vão influenciando as dinâmicas sociais e a vida das pessoas nos territórios (KARNOPP; WEBER, 2020, p. 6).

Quando se trata da demanda, na presente pesquisa se leva em conta aspectos sobre as motivações que levam os proprietários de restaurantes a consumir, ou não, produtos orgânicos. Para melhor compreensão da oferta disponível é importante caracterizar a propriedade e o grupo familiar dos agricultores entrevistados que produzem e comercializam orgânicos na região, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Caracterização da propriedade e do grupo familiar dos agricultores entrevistados

Famílias Características	AF1	AF2	AF3	AF4
Município que reside	Santa Cruz do Sul	Candelária	Venâncio Aires	Santa Cruz do Sul
Há quanto tempo reside na propriedade	47 anos	35 anos	22 anos, desde o nascimento	43 anos, desde o nascimento
Integrantes do grupo familiar e respectiva idade	Entrevistado - 47 Pai - 74 Mãe - 70 Irmão - 49	Entrevistado - 66 Esposa - 42 Filho - 20	Entrevistada - 22 Pai - 41 Mãe - 42 Irmã - 10	Entrevistada - 43 Filho - 13
Quantos trabalham na agricultura	Todos	Todos	Pais e a agricultora entrevistada	Somente a agricultora entrevistada
Área total da propriedade	24ha	24,3ha	20ha	4ha
Área cultivada	10,5ha	10ha	4ha	3ha
Área cultivada com produção orgânica	5,5ha	10ha	1ha	3ha
Há quanto tempo produz de forma orgânica	28 anos e a 6 anos tem certificação.	Desde sempre, na propriedade atual a 35 anos.	Algumas hortaliças sempre orgânicas. Certificação desde 2016.	Faz bastante tempo, mas totalmente orgânico a 3 anos.
Qual a forma de certificação	Participativa rede Ecovida	Participativa rede Ecovida	Participativa rede Ecovida	Participativa rede Ecovida
Quais alimentos	Banana, laranja, bergamota, alho, abacate e chuchu.	Feijão e farinha de milho.	Hortaliças e frutíferas.	Desde verduras á frutas. O que consome em casa vai para feira.

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre características comuns da agricultura familiar da região, como pequenas propriedades com áreas de preservação, mão de obra familiar, a produção orgânica se apresenta de forma diversificada, observando as questões ambientais, a organização do trabalho, o saber produzir, e as possibilidades de comercialização destes alimentos, conforme cada realidade familiar.

Diferentes realidades estão apresentadas na composição e no trabalho agrícola destas famílias, quando questionados se a principal renda vem da comercialização de orgânicos. O AF1 e AF2 relatam que “Sim, só produzem orgânicos;” já o AF1 relata outras fontes de renda familiar: “Eu sim, pois só eu trabalho com orgânicos, já os outros integrantes da família cultivam tabaco, e meus pais são aposentados,” da AF3 a renda familiar principal é com a

produção de tabaco, e atualmente afastada por estudos, mas afirma que “nada impede que um dia volte a propriedade para fazer da produção de orgânicos, uma das principais rendas.”

Os manejos também se diferenciam quando se trata da produção orgânica e os insumos são importantes para a recuperação do solo e a proteção dos cultivos, o que pode tornar o custo de produção muito alto se os insumos forem externos.

Questionados quanto a origem dos insumos usados todos os agricultores entrevistados os produzem na propriedade. Alguns, quando não têm insumos disponíveis na propriedade, buscam fora. Conforme relatos a seguir é possível perceber a diversidade dos insumos conforme cultivos, períodos e necessidades. “Praticamente todos os insumos são produzidos na propriedade, adubos orgânicos com dejetos de animais e compostagem, biofertilizantes, repelentes, protetores e iscas de moscas.” (AF1); “Insumos, esterco animais da propriedade mais o composto da Ecocitrus, e pó de rocha.” (AF2)

Outra evidencia é a compreensão dos ciclos e do uso dos recursos disponíveis na propriedade para produção e a utilização dos insumos presentes, evitando desperdícios na busca da conservação da saúde do solo e dos cultivos, onde se observa características da agroecologia, quanto a busca pelo equilíbrio entre o meio e a produção agrícola.

Os insumos são a maioria da propriedade, sendo todo um ciclo, como temos criação de animais, bovinos, galinhas e suínos, usa-se o esterco na produção de adubos e todos os restos da produção são para alimentação desses animais, todo um ciclo e um agroecossistema que tentamos manter em equilíbrio (AF3).

Insumos, fertilizantes faço na propriedade, alguma calda alguma outra coisa de repelente, das podas recolhem folhas, que ajudam a manter a humidade e as plantas ficarem mais viçosas e uma parte usa para adubação como também o esterco das galinhas da propriedade, alguma coisa compra de fora (AF4).

Quanto a assistência técnica as respostas variam conforme a compreensão de cada um, mas organizações como CAPA, EMATER E MPA são citadas, assim como a contribuição por trocas de informações nos grupos de certificação participativa da rede Ecovida, da qual todos fazem parte, ainda que em grupos diferentes. A falta de assistência técnica contínua, conforme as adversidades da produção, também é um fator relatado. “Pouca da EMATER, do grupo praticamente nada, pois meus cultivos são diferentes dos da maioria, algumas informações busco fora, mas assistência de entidade de governo ou outras quase nenhuma diferença” (AF1).

Assistência técnica normalmente vou atrás usando o celular como primeira ferramenta, tranca as vezes de tanto pdf., sempre lendo, vendo, estudando e analisando, testando para ver se a informação “dá certo” na produção e se não “dá certo”, busco outra forma. Como tenho caderno de campo anoto tudo para ver se deu resultado ou não (AF4).

A comercialização é muito relevante quando se trata da permanência, ou não, do agricultor na produção orgânica, e nos relatos identifica-se as cadeias curtas de comercialização que já ocorrem na região através da venda direta em feiras orgânicas, algumas cooperativas, mercados locais e supermercados. Quanto a vantagens as respostas dos três agricultores que comercializam na feira foi a possibilidade de contato direto com os clientes, as relações de confiança, as trocas de informações, melhor preço e pagamento à vista, e em alguns casos o vínculo vai além com alguns clientes, como relata a agricultora.

A vantagem é contato direto com os clientes, que as vezes pedem algum alimento, se não tenho, anoto no caderno e pesquiso as vezes na frente do cliente quando não sei o que é, vejo com os outros agricultores se eles têm e já dou uma resposta imediata. Tem um vínculo, já fui para o centro conhecer o apartamento da família, se dizem que gostam de alguma coisa que ela não tem, planta pensando na pessoa (AF4).

Quando se trata das dificuldades de comercialização relatadas nas feiras orgânicas, é a incerteza da demanda de uma semana para outra, o que dificulta a organização e planejamento de produção. “A dificuldade da feira é instabilidade, pois se leva uma quantidade de alimentos que nem sempre consegue comercializar todos, então precisa de um plano b para comercializar esses alimentos em outros lugares, na própria comunidade, uma feira nunca é igual a outra.” (AF3) Outro aspecto interessante é a adaptação dos agricultores a esse tipo de comércio e as observações sobre as demandas existentes nesse espaço para ir superando as dificuldades; “Logo no início, me senti ignorada por alguns consumidores em relação as outras bancas, mas por não conhecer as pessoas. Mas agora não sinto mais isso, só uma questão de plantar o que procuram, por exemplo, não tinha mandioca, mas agora plantei.” (AF4) Um agricultor se referiu a dificuldades de outras formas de comércio como alguns mercados e cooperativas “apesar de se vender bastante coisa as vezes demora para receber, como não tem capital de giro, isso fica retido” (AF1).

Outro agricultor que comercializa sua produção principalmente através da cooperativa EcoVale em rede, onde a cooperativa busca e distribui a produção na região em cadeias curtas, relata “Eles buscam a produção e distribuem, o que é vantagem pois não preciso sair de casa. A única dificuldade no começo, antes de surgir o CAPA e a EcoVale, era que vendiam a produção orgânica como convencional” (AF2).

Estes dados confirmam algumas características da agricultura familiar da região, como a posse de terra, meios de produção, a organização do trabalho, a gestão das propriedades com famílias menores e pouca mão de obra disponível, e ainda assim conseguem atender os desafios

da produção na agricultura familiar, que são ainda maiores quando se trata da produção e comercialização de orgânicos em um território com historicamente hegemônico pela produção do tabaco.

Algumas informações sobre comercialização dos alimentos, local de venda, os mais vendidos e quantidades, revelam que as feiras são as principais formas de comercialização para os três dos quatro entrevistados. “Na feira, a maioria eram hortaliças e frutas, quando fazia feira todas as semanas, era mais ou menos 15 molhos cenoura, beterraba, 10 alfaces, couve-flor, repolhos, as laranjas quantidade maior uns 30kg, 10kg de banana, mas variava muito de feira para feira” (AF3).

Pode plantar muito que vai vender como batata, mandioca, alface, temperos, alho poro esse tipo de coisas, repolho grande ninguém compra, beterraba grande as vezes compram, mas normalmente querem coisas pequenas. São vendidos todos na feira, e os valores já são tabelados, quantidades pode levar quanto quiser, mas depende do que vende bem ou não, o que sobra alimenta as galinhas (AF4).

Banana carro chefe, segundo laranja, em produção mais ou menos a mesma quantidade, mas quanto comércio a banana é muito mais lucrativa que laranja, umas 3 vezes mais, muito por que não existe muita banana que é produzida na região, então normalmente vem de fora, e como consegue dar um sabor especial, saber como amadurecer, deixar no ponto, e como conseguir passar para o consumidor no caso das feiras em quanto tempo vai estar boa para consumo, e como consegue dar mais durabilidade também. Pois os clientes relatam que a banana comprada do agricultor madura, dura mais que se compradas no mercado o dobro do tempo, o que fez com que ele conseguisse por um preço bom na venda e a lucratividade ser mais alta. Já a laranja como tem mais produtores na região e o pessoal não está preparado para fazer a comercialização, não estão prontos para isso, a maneira de vender é baixar preço, mais barato do que vem de fora, e o cliente não aceita pagar muito mais, pois tem a opção barata do produto. Já na banana ninguém consegue estragar o preço, e consegue um preço justo, bom preço final. Por semana na feira vende cerca de 200 a 250kg de banana e cobra de 3,00 a 5,00 kg, depende do local de comércio e se levo ou não, mas todos eles são preços muito bons (AF1).

Já o AF2 comercializa a produção principalmente por rede, através do CAPA e EcoVale que buscam e redistribuem os produtos. Entre os locais que entregam está o restaurante industrial que serve alimentos de forma terceirizada. Mas a venda direta na comunidade também é relevante para o agricultor.

Feijão e farinha de milho. Pelo CAPA, preço negociado nas reuniões do conselho com EcoVale, e compensa, pois, eles não conseguem produzir o tanto que a cooperativa precisa. As quantidades dependem da colheita, pois ano passado a seca diminuiu a produção, mas entregam em torno de 30 a 40 sacos de feijões, mas já chegaram à colher 100 sacos de feijões, e farinha de milho, frutíferas citrus. Entre a vizinhança a farinha de milho é mais comercializada a partir de encomenda (AF2).

Na busca por dados quanto a relação de comercialização para restaurantes e como chegou a esta forma de comércio, há relatos de três dos agricultores entrevistados, sendo que o AF1 e a AF4 têm relação direta e AF2, indireta, através da rede de comercialização. Como afirma o AF2 “São comercializados através do Capa e EcoVale, eles compram e distribuem, alguma quantidade é vendida para restaurantes e o restaurante industrial, mas ele não tem o contato direto com esses mercados” (AF2). Outras formas de comercialização indireta através da Cooperativa além do acesso para restaurantes, são direcionadas ao PAA e ao PNAE. Esses mercados se mostram relevantes na trajetória, como experiência de relações de comércio e ampliando as possibilidades de acesso a variados mercados, identificando os melhores conforme a realidade da demanda, com a produção e a valorização da oferta.

Atualmente pouco, mas já vendi muito, foi um dos focos, hoje já não é mais. Porque não pagam os preços que consegue em outros locais. Hoje trânsito praticamente em todos os mercados da região já vendi, tenho trânsito bom, então cheguei ao ponto de poder escolher para quem quer vender. Opto pelo melhor preço, isso fez aumentar a cada ano uns 20% o preço ao ano, nos últimos três anos. Com os restaurantes o principal objetivo, era entregar as frutas menores, que pegam para suco, mas pagavam muito pouco, e com passar do tempo foi entendo que eles precisavam de uma fruta um pouco melhor, por dar mais aproveitamento, mas pagavam pouco a mais. Ainda vende através de uma parceria (AF1).

Já tenho lugares engatilhados, outras empresas que abriram, restaurantes e mercados que já comercializava antes aqui da região, só não fui atrás por não tem tanta produção. Quando convencional eu vendia aipim descascado para um senhor que levava para Porto Alegre, que só falar com ele que compra, mas agora não tem produção. Também para a COOPERSANTA que distribuía merenda escolar, presídios, Educar-se. Esses comércios iniciei oferecendo e sendo cliente também dos restaurantes, aí já vi o que tinha ou que não tinha, e oferecia e acabavam pegando (AF4)

Nesses mercados o vínculo é informal, com relações de confiança e parceria. Questionados das vantagens e desvantagens na comercialização local em restaurantes comparados a outros mercados, o AF1 relata como desvantagem o preço pago, quando comparado a outros locais de venda direta, mas a vantagem é a possibilidade de não desperdiçar a venda de alguns alimentos que não estão no padrão de aparência, pois as inconstâncias que envolvem a produção as vezes varia nos tamanhos, mas não afeta a qualidade.

Restaurante a fruta sendo boa, o legume sendo bom, se tiver uma manchinha alguma coisa, para eles não quer dizer muito, lógico que pagam um pouco menos, mas pegam, tanto a “cozinha industrial” também. Produtos que não tem a melhor aparência, mas sendo fruta gostosa, boa e de qualidade aceitam. Só não pode estar estragado. Para evitar perdas, lá consegue colocar muitas vezes sobras, que no momento não tem colocação, leva lá que eles podem aproveitar, o grande segredo para comercializar não só vender aquilo que é bonito, que o mercado quer, mas não ter prejuízo, não descartar muita coisa (AF1).

Já a AF2 relata como vantagem quando comercializava, a segurança da compra garantida da produção por encomenda e a forma de pagamento imediato. A garantia de compra é um dos principais questionamentos e entraves do agricultor quando se trata principalmente da transição da produção convencional para a orgânica, principalmente em um território onde a agricultura é marcada pela produção integrada do tabaco.

Encomendavam levava certo, pegavam tudo e dinheiro na hora, diferente da cooperativa que tem que esperar um mês para receber, se vende na feira não tem certeza se vai vender, se vem clientes, já perdendo a tarde fora, mais o tempo de organizar para ir para feira, e voltava com alguns produtos mas não se perde o alimento pois vai para as galinhas, mas a finalidade da produção não é essa, é o comercio (AF4).

Quando questionados sobre o planejamento da produção/ampliação conforme a demanda dos restaurantes, os dados revelam os limites e as projeções dos agricultores quanto a realidade, sendo que além da falta de mão de obra familiar ser limite para ampliação, também a falta de interesse dos outros agricultores em produzir orgânicos, como relata o AF2: “Toda a reunião do conselho é pedido para aumentar, mas a mão de obra da família não alcança e a vizinhança não tem muito interesse, pois cultivam só Tabaco”.

Mais ou menos plantava conforme a demanda, sempre visando a quantidade certa para não perder muito, algumas sementes bem caras, as vezes pediam algumas coisas diferentes, mas que não estavam ao alcance para produção, algumas coisas mais complicadas, até por que tinha criação de vacas de leite, não conseguia fazer tudo, dar conta da criação e produção (AF4).

A partir destes dados é possível compreender algumas características da produção familiar de orgânicos na região, como se organizam para a produção e a comercialização de orgânicos em cadeias curtas e como estão sendo ofertados estes alimentos no território. O que remete a compreensão de como a demanda dos restaurantes pela produção orgânica se configura no território e quais suas perspectivas quanto ao abastecimento através da agricultura familiar local.

A escolha dos restaurantes foi aleatória através de site de busca por alimentação em Santa Cruz do Sul. Na lista de resultados 25 restaurantes servem buffet a kg, que foi o principal critério na escolha dos quatro restaurantes entrevistados. Além deste, os demais critérios usados foram o renome (os mais conhecidos) e tempo de atuação na cidade. O restaurante industrial foi escolhido por priorizar a compra de alimentos orgânicos, através da iniciativa de uma empresa cliente que prioriza orgânicos no cardápio. O Quadro 2 apresenta as características dos

restaurantes escolhidos, identificados como R1, R2, R3 e R4, os restaurantes que servem a kg, e o R5, o restaurante industrial que presta serviços de refeições a outras empresas.

Quadro 3 - Caracterização dos restaurantes

Restaurantes Características	R1	R2	R3	R4	R5
Ano de início da empresa	1965	1979	1989	1995	1992
A empresa é familiar	Sim	Sim, na quarta geração de proprietários.	Sim	Sim	Sim
Proprietários são de Santa Cruz do Sul	Sim	Os atuais da Serra Gaúcha	Sim	Santa Rosa, região noroeste do estado.	Sim
Quantas refeições em média por dia (antes e durante a pandemia)	80 antes; 15 durante a pandemia.	400 antes; 250 durante a pandemia.	400 antes; 180 durante a pandemia.	500 antes; 150 durante a pandemia.	30.000 antes; 20.000 durante a pandemia.
Dos alimentos demandados qual percentual vem da Agricultura Familiar da região, quanto de orgânicos	AFR 70% ORG 20% CEASA 10%	AFR 50% ORG 10% CEASA 50%	AFR 50% ORG 2% CEASA/OUTROS 50%	AFR 80% ORG 20% CEASA 20%	AFR 20% ORG 7% CEASA/OUTROS 80%

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre as características dos restaurantes é possível notar que fora o restaurante industrial (R5), dos outros ao menos 50% da demanda de alimentos é suprida pela agricultura familiar da região (AFR), e todos consomem algum percentual de orgânicos em seus cardápios, principalmente os alimentos consumidos *in natura*.

Quanto a aceitação das frutas, verduras e legumes oferecidos no cardápio todos relatam que são bem aceitos. Com exceção do restaurante industrial, que trabalha com contrato fechado sobre quantidades e variedades, os outros proprietários relatam que investem na variedade de saladas e são elogiados quanto a isso. Já quanto a origem destes alimentos e se são orgânicos, poucos clientes questionam, como fica claro na resposta da proprietária do R1”. Os clientes sempre elogiam legumes e verduras, as saladas são ‘carro chefe’ do restaurante, mas só alguns perguntam a origem.”

Dos critérios de escolha dos fornecedores dos alimentos *in natura* servidos, como saladas e frutas, o primeiro é a qualidade do produto, que deve estar fresco e, o segundo, (R2 e R3) se

refere ao preço como importante. Mas outros fatores como maneira de armazenamento, transporte e cuidado são importantes para escolha dos fornecedores.

A proprietária do R4 relata também mudanças no fornecimento destes alimentos com a pandemia: “Compramos em muitos fornecedores, antes meu genro ia até a CEASA pegar a maioria, mas por conta da pandemia não foi mais. Hoje compramos a maioria na feira rural da prefeitura, de caminhão, que algumas pessoas vêm entregar, da CEASA tem um que traz direto de lá”.

A maioria dos alimentos demandados nos restaurantes também são supridos pela agricultura familiar, assim como boa parte dos consumidos *in natura*. Mesmo a maioria não sendo orgânicos, fica evidente a participação da produção familiar no abastecimento de alimentos em diferentes cadeias curtas na região.

Quanto ao acesso a esses fornecedores, R2, R3 e R4 convergem nas respostas quando falam de agricultores que oferecem seus produtos aos restaurantes, alguns há mais de 20 anos, e outros que vêm por indicação de funcionários ou clientes. A proprietária do R1 cita a preferência em buscar nas feiras e diz que os clientes reconhecem a diferença no sabor.

A maioria dos alimentos vem da agricultura familiar e feiras rurais, duas vezes por semana na feira da prefeitura e no Bairro Santo Inácio. Sempre tivemos preferência pelas feiras, fazem isso a muitos anos e tem reconhecimento dos clientes pela qualidade das saladas e sabor diferenciado (R1).

Outro fator importante na escolha dos fornecedores é a logística, citado pelo proprietário do R5, mais uma vantagem dos circuitos curtos de comercialização também para esses consumidores.

Os fornecedores da agricultura familiar foram buscados como iniciativa de uma empresa cliente e a partir dessa iniciativa, sempre que possível os alimentos oferecidos são da agricultura familiar da região, além das questões de qualidade, a logística diminui o custo dos alimentos pois não vem de longe (R5).

Nas relações com os fornecedores para abastecimento, conforme a Tabela 3, os acordos de logística, preço e pagamento são definidos em conversas entre eles, não há contrato formal, todos afirmam relações de confiança e parceria. Mas a satisfação e amizade são sentimentos presentes nessas relações, como afirmam dois proprietários. R5 afirma que a relação com os fornecedores locais vem sendo de “satisfação e confiança, através de conversa com os fornecedores para definição de preços e entregas;” e o R2 destaca “a relação de confiança, mantendo a qualidade e atendendo a demanda, mas vai além de confiança só em negociar, há também relação de amizade”.

Quadro 4 - Relações com os fornecedores para abastecimento dos restaurantes

Restaurantes	R1	R2	R3	R4	R5
Relações com fornecedores					
Frequência de abastecimento	3 x/semana	3 a 4 x/semana	3 x/semana	3 x/semana	1 x/semana
Recebem/buscam os alimentos	Busca na feira e recebe	Recebe	Recebe	Busca na feira e recebe.	Recebe
Formas de pagamento	A vista.	A vista, ou semanal.	A vista.	A vista, ou quinzenal.	A vista, ou semanal.
Forma de acordar os preços	Definidos pelos fornecedores.	Individual com cada fornecedor.	Individual com cada fornecedor.	Individual com cada fornecedor e na feira onde é definido pelos AF	Definidos comparado ao mercado da CEASA/RS.
Há contrato formal	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: elaborado pela autora.

Questionados sobre quais os alimentos mais consumidos *in natura*, os mais citados foram alface, rúcula, brócolis, as frutas, como abacaxi, mamão, melão e, além destes, as batatas e cebolas apontadas por todos como difíceis de encontrar da produção local.

A demanda destes restaurantes e a diversidade de alimentos *in natura* disponibilizados no cardápio pode influenciar também nas relações com os fornecedores, sobre como definem o cardápio e se há variação conforme a sazonalidade dos produtos ofertados.

Todos afirmam que conseguem manter um cardápio base e que alguns produtos são indispensáveis, e quando não são ofertados pelos agricultores da região, ou não estão disponíveis o ano todo, compram de fornecedores de fora, como afirma o proprietário R2: “muitos produtos os fornecedores conseguem manter a entrega, alguns não, como por exemplo abacaxi que não é produzido localmente por agricultores, os demais praticamente localmente da agricultura familiar da região”. A proprietária do R1 que busca na feira também afirma que o cardápio varia com o que disponibilizam: “servimos praticamente as verduras, legumes e frutas de época”. O R5, que tem uma realidade diversa dos demais por prestar serviços a outras empresas, afirma:

O cardápio é definido no contrato, como quantidades, tipos e porções dos alimentos a serem oferecidos, alguns alimentos podem ser trocados conforme a disponibilidade, mas algumas são preferenciais como a alface e tomate que sempre tem que ter disponível no cardápio, não tem sazonalidade de consumo (R5).

Nas questões relacionadas a produção orgânica, quanto a visão dos proprietários, alguns aspectos importantes são relatados, quanto as limitações na oferta de alimentos orgânicos aos clientes, em que ficam evidentes os aspectos de mercado quanto a falta de oferta destes produtos no ponto de vista deles, mas também evidenciam que o motivo principal da preferência por orgânicos é a saúde e maior qualidade destes alimentos.

Entre os obstáculos, o preço é citado por dois proprietários, que ligam esse fato a falta de produção e maior disponibilidade de orgânicos.

Vejo a dificuldade no fornecimento, disponibilidade desses produtos no mercado, acha que pela dificuldade de produção ou na mesma quantidade dos convencionais, os agricultores acabam não indo para esse lado, e a questão do preço acredita que impacta bastante nesse processo. Os fatores principais sendo a produção e o preço para comercio (R2).

O proprietário do restaurante industrial R5 afirma a preferência por orgânicos, pelo valor nutricional e a qualidade, mas a dificuldade é que os preços por refeição são fixos, e não se tem muito diálogo a respeito com os clientes, empresas que contratam os serviços de alimentação, e também a falta de consciência dos consumidores finais sobre benefícios dos alimentos orgânicos, e de serem da agricultura familiar da região.

Outro aspecto importante na relação com os fornecedores da agricultura familiar da região é que a garantia de compra não deixa o agricultor seguro para produção orgânica, pois a insegurança quanto a infraestrutura para essa produção também é limitada, como relata o proprietário do restaurante industrial R5: “A dificuldade é quanto a produção em quantidade e com alguns agricultores teve tentativa de garantia de compra de feijão e arroz, mesmo assim os agricultores ficaram com receio de não suprirem a demanda, ter problemas na produção de novos cultivos ou em maior escala”.

A proprietária do R4 evidencia também a falta de procura dos clientes por orgânicos, outro fator que pode influenciar na demanda destes alimentos por restaurantes, onde a escolha de comprar ou não orgânicos depende dos proprietários pelo fator de consciência do consumidor destes alimentos.

Muito se fala de produtos orgânicos, sabe dos benefícios a saúde, mas acha que Santa Cruz, pelos dois lados não existe uma procura tão grande de produtos orgânicos e nem uma oferta de produtos orgânicos, acabam se tornando produtos mais caros, pela falta de competitividade, não tem muita gente vendendo (R4).

Já em contrapartida o proprietário do R2 acredita que a vantagem em oferecer orgânicos também poderia influenciar novos clientes. “Vantagem de ter orgânicos, ter mais qualidade nos alimentos disponibilizados e poderia agregar outra gama de clientes mais preocupados com a saúde, mesmo não sabendo dizer quanto significaria, mas pode ser que agregaria em alguma coisa a mais”.

As proprietárias do R1 e R4, que compram nas feiras, evidenciam a preferência por orgânicos e apontam as dificuldades. “A alface prefiro orgânica, vou as vezes na feira orgânica do Bairro Santo Inácio. O orgânico não é colocado veneno, já é mais natural. Dificuldade é que nem sempre consegue tudo orgânico” (R4).

Preferimos orgânicos com certeza. Motivo principal pela saúde, mas também para ajudar a agricultura familiar e orgânica. Vantagem é questão da saúde. Dificuldade encontrada as vezes por questão da demanda, por comprar não só uma unidade, dependendo da época e produto fica até constrangida em “arrematar a feira”. Ressaltam que quando frequentam as feiras, aparentemente percebem que quem está comprando são para consumo na família, e não em restaurantes (R1).

O acesso ou não aos orgânicos pode também ter aspectos do quanto os proprietários conhecem sobre a produção de alimentos orgânicos pela agricultura familiar na região. Nesse sentido foram questionados se conhecem agricultores que produzem, se houve tentativa de negociar, vantagens, dificuldades dessa relação e o que certifica se o alimento é orgânico. As respostas são variadas, duas proprietárias afirmam que conhecem através da feira. “Só da feira do Santo Inácio, mas a certificação é por confiança, por saber que a feira é de orgânicos, não peço certificado ou questiono” (R4).

Conhecemos uma agricultora da feira orgânica, mas só tem elogios, conhecemos também a Ecovila Karaguata, onde percebemos como funciona e é trabalhosa esse tipo de agricultura com cuidados nos manejos dos orgânicos. Dos agricultores que compramos é pela confiança. E a dificuldade é a questão da falta de alguns alimentos em maior quantidade (R1).

Tenho conhecimento e contato com agricultores familiares orgânicos, negociamos com alguns. Como vantagem a questão de serem alimentos locais e da região. Dificuldades maiores, variedades, quantidades desses alimentos disponíveis e o preço por não ter essa disposição. Tanto temos relação com os produtos certificados pelo CAPA, como relação de confiança com agricultores, além de termos acesso a alguns produtos pela COOPERSANTA, cooperativa de agricultores familiares de Santa Cruz do Sul e região (R5).

Algumas diferenças quanto a percepção sobre o acesso a esses alimentos está presente entre os proprietários que buscam comprá-los através da feira ou instituições parceiras, e os proprietários que são acostumados a receber ofertas dos produtos nos restaurantes e não a buscá-

los com os agricultores. Mas para conseguirem ofertar em mais locais os seus produtos estes agricultores precisam estar bem organizados quanto a mão de obra na produção. O selo de certificação também é importante para estes proprietários.

Recebo poucos orgânicos, acho que nem 10% de produtos 100% orgânicos, pois tem dificuldades de conhecer as pessoas que produzem, ver os produtos, de ter esses produtos em mão, chegar até o restaurante. Não sei, se não conseguem produzir quantidades para atender os restaurantes, ou deixam mais restrito a feira ou outro comércio a produção. Quanto a certificação dos produtos oferecidos no restaurante, acho interessante ter selo de certificação, por ter uma melhor garantia de que produto é, e poder passar isso para o cliente como maior certeza de orgânico (R2).

Tenho conhecimento de alguns fornecedores em Santa Cruz, esse ano não tive novos fornecedores, não sei se por conta da pandemia ou não, tenho fornecedores orgânicos de tomate cereja e morango. A principal dificuldade é de acesso a esses produtos e de compra pelo preço e a oferta, não tem muitas pessoas especializadas nesse tipo de alimento, e um contraponto é saber se esse alimento é realmente orgânico. Alguns que oferecem tem um alimento bonito e aparentemente mais natural e alegam ser um alimento orgânico, mas não tem nenhuma comprovação, então geralmente não são produtores que tem algum amparo, que tenha um certificado, alguma coisa que mostre que são orgânicos. Hoje os produtores orgânicos que têm contato ao menos, é alguém que está produzindo alguma coisa em casa, não faz uso de fertilizantes de produtos químicos, e isso por si só se torna um produto orgânico, mas nada com alguma comprovação que diga que esse produto é sim orgânico (R3).

Entre as adversidades apresentadas nas relações, quando questionados se acreditam que a produção de alimentos da agricultura familiar da região pode suprir uma maior diversidade de alimentos como fornecedores dos restaurantes, todos responderam que sim. Acreditam que alguns podem ser oferecidos em maior escala de produção, mas algumas ressalvas importantes quanto a necessidade mais estrutura destes agricultores foram abordadas pelos proprietários R3 e R4.

Acho que para isso acontecer teria que haver uma mudança de pensamento do agricultor da região, que acaba focando em determinados produtos e nem se quer procurar saber de outros. Outra saída para que se tenha essa variedade seria o poder público, ou grandes entidades apoiar e investir nesses agricultores que procuram por novos produtos, até mesmo incentivá-los aos jovens a se interessarem por tal (R3).

Hoje em dia ainda não, falta frutas, cenoura que tem de pegar da CEASA, mas quando produz aqui pegam aqui, como o brócolis híbrido, couve flor, atualmente não conseguem tudo daqui. Quem sabe se produzissem em estufas, teriam disponível o ano todo os alimentos e ampliar se tivessem mais estrutura poderiam suprir a demanda (R4).

Quanto aos alimentos que identificam como da região de Santa Cruz do Sul as respostas variaram. A proprietária do R1 identifica “vários, entre estes alface, rúcula, brócolis, couve-flor, abobrinha, couve, batata doce, cenoura, tomate, pimentão, pepino, vagem;” a proprietária

do R2, “a batata baroa, ou mandioquinha que vem de fora, mas acha que podiam produzir que ninguém produz, além dos outros alimentos citados que se tivessem estufas conseguiram suprir”.

Pelo clima acho possível produzir através de estufas por um período muito maior, tomates, moranguinhos, coisas que se consome muito nos restaurantes, e localmente se acha por três a quatro meses e restante do ano não é produzido. Esses um exemplo, mas podia ser pimentão, berinjela, uma série de outros itens que poderiam ser produzidos o ano inteiro e não são produzidos quem sabe por questão de investimento, estrutura da parte do agricultor, ou parceria com a prefeitura ou órgão competente da agricultura para fortalecer a agricultura familiar e comercio local. Acredita que é questão de estruturar esses processos (R2).

Diffícil dizer qual seria o que identifica Santa Cruz, pois acho Santa Cruz muito ligado ainda ao fumo, mas se fosse apontar um produto de agricultura familiar eu diria os verdes, hortaliças e hidropônicos (R3).

Quando se trata da região de Santa Cruz do Sul, se pensa em alimentos típicos da cultura alemã, como cuca e linguça, mas nenhum cultivo específico como carro chefe dessa região quanto a produção de alimentos (R5).

Evidencia-se nessas falas dos proprietários de restaurantes que haveria demanda para maior volume e diversidade de produtos orgânicos, mas para tanto seria necessário aperfeiçoar os processos produtivos e investir em tecnologias adequadas às necessidades dos produtores familiares.

4.2 A produção orgânica na agricultura familiar e sua repercussão na formação de sítios simbólicos de pertencimento na região

Ao se tratar das questões de pertencimento, quando se trata da produção agrícola, identifica-se que o agricultor orgânico com base na Agroecologia, se identifica como parte do meio, trabalha com a natureza e a observa, procurando o que melhor se adapta a propriedade, cuidando do manejo e da saúde do solo. Isso fica claro no relato quando o AF2 responde a questão de quanto tempo produz de forma orgânica.

Desde sempre, quando era mais jovem pais produziam só orgânicos, depois por influência começaram a produzir Tabaco, mas por questão de uso de venenos e ver que o solo não estava mais tão bom, nem a produção, voltou a produzir grãos e recuperar o solo, e não parou mais. Tem certificação participativa pela Ecovida (AF2).

Em meio ao um território marcado pela produção de tabaco, posta como a única opção de desenvolvimento econômico para agricultura familiar, os produtores de alimentos orgânicos demonstram desacordo e buscam formas mais compatíveis com seu modo de fazer agricultura.

O que confirma a base da abordagem de Zaoual (2006, p. 37) quando enfatiza que “As singularidades de cada espaço vivido inviabilizam todo modelo único. E este é o princípio de diversidade”.

Vista de baixo para cima, a diversidade de situações prevalece em comparação à ficção da uniformização. Isso faz ressurgir a necessidade de se situar com relação às singularidades locais e à universalidade. É o sítio simbólico de pertencimento, além do espaço-tempo, que fornece o enraizamento à pessoa e a síntese entre as singularidades próprias a sua visão do mundo e à mudança técnica que chega de fora. Desta maneira, toda inovação acaba sendo situada, logo, reinterpretada em certos casos, ou rejeitada como tal. A técnica seleciona, mas também é selecionada. (ZAOUAL, 2006, p. 68).

Esta diversidade está explícita em várias formas de fazer, não só em não usar agrotóxicos ou adubos químicos por cuidado com a saúde e o meio ambiente. Buscam a autonomia desde a forma de produzir, visando a sustentabilidade com os recursos disponíveis, onde os insumos usados nos manejos são na maioria produzidos na propriedade por todos os entrevistados, como biofertilizantes, caldas, repelentes, usam também restos podas, recolhem folhas para manter a umidade e cobrir o solo, além de conciliar os cultivos à criação de animais, em que a produção excedente serve para sua alimentação e o esterco é usado para adubação das lavouras.

Ao falar sobre quais cultivos orgânicos têm na propriedade fica clara a diversidade e as formas de organizar a produção, conforme a realidade e características de cada família. E fica evidente que em pequenas áreas e com pouca mão de obra a diversificação é a característica, tanto para consumo familiar como para comercialização dos orgânicos. O relato da agricultora AF4 que trabalha sozinha e dá conta de uma produção diversificada de orgânicos retrata esse aspecto:

Desde frutas até verduras, é mais fácil perguntar o que não tem, pois tudo é orgânico. Frutas citrus, kiwi, banana, amora, o que possa imaginar, verduras a mesma coisa, tudo desde alfaces, repolho, cenoura, rabanete etc. e cereais, plantou grão de bico recentemente, soja, milho, arroz, trigo também batata, mandioca, batata doce, e também produz Panc's para vender. Tudo que se produz na propriedade se leva para feira. Algumas coisas vende um pouco mais outras menos, mas vai vendo conforme as demandas vai percebendo o que planta mais e o que planta menos (AF4).

Estes relatos demonstram a decisão destes agricultores quanto à ação, percebendo as melhores possibilidades na escolha dos cultivos de orgânicos, e nas relações de comercialização destes alimentos na região. Segundo Zaoual (2006, p. 41, grifos do autor), “Os sítios e os homens que neles vivem sempre têm *certo grau de liberdade incompreensível* que lhes permite

escolher sua maneira de viver e, por consequência, as atitudes a tomar diante das exigências da vida econômica local”.

Quanto à escolha por produção de orgânicos as motivações são diversas entre os agricultores, mas a saúde, o trabalho sem uso de agrotóxico, a harmonia com meio ambiente e a oferta de alimentos saudáveis aos consumidores ficam nítidos nos relatos, como da AF2 “pela saúde e ter alimento bom na mesa para a família e quem consome”.

Acha difícil responder, toda vez precisa pensar, mas por não gostar de trabalhar com venenos e do trabalho com tabaco. E achava sempre que podia fazer outra coisa, motivado pelo grupo de jovens da igreja viu que existia um outro caminho, e para ser sincero por rebeldia e não gostar de trabalhar com venenos nem do trabalho com o tabaco (AF1).

Comecei a conhecer sobre os orgânicos e da Agroecologia, por ter entrado na Escola Família Agrícola e ter cursado um ensino técnico que abriu o olhar para a Agroecologia, produção orgânica para saber de onde vem o alimento e ter a consciência que a nossa saúde é muito do que a gente se alimenta. E optei pela produção de orgânicos para comercialização por entender que na perspectiva da Agroecologia, se não queremos um alimento com veneno para a nossa família, porque comercializar para a família de outras pessoas, por isso escolheu a produção orgânica (AF3).

Por que gosto da natureza, amo a natureza, tenho um pai totalmente destruidor de natureza, e tem vontade de seguir esse caminho e aprender a cultura, tem um livro da 4 série que tinha que desmatar para produzir, e hoje tem o conceito de preservar, para deixar a natureza com sua diversidade e isso se faz sentir bem. Nunca pensou em produzir ecologicamente para ganhar dinheiro com isso, em primeiro lugar é harmonia com a natureza, é totalmente diferente nem sabe explicar o sentimento (AF4).

Entre as vantagens que consideram na produção orgânica é perceptível dados relevantes que apresentam características da soberania alimentar nas ações práticas de adaptação e consciência dos processos de produção e da qualidade desses alimentos ofertados. “As vantagens é que consigo ser autossustentável, se tratando da forma de produzir e economicamente, pelo sabor dos alimentos também tem uma aceitação muito melhor dos consumidores. No início é difícil, mas com o passar do tempo se entende melhor como funciona a produção e o comércio” (AF1); “Agora que estamos estruturados e terra recuperada, o custo baixa pela metade do convencional” (AF2); “Vantagem saúde total para família e para quem vai comprar” (AF4).

As vantagens da produção de orgânicos saber que está produzindo um alimento “limpo” que de fato vai alimentar, e a segurança de estar comercializando esse alimento com orgulho, sabe que está oferecendo para outras famílias um alimento de qualidade que vai trazer só benefícios para a saúde daquelas pessoas (AF3).

Nos relatos desses agricultores se evidenciam características de comprometimento com outro ao ofertarem alimentos orgânicos, com a compreensão de estão fazendo o bem, oferecendo um alimento de qualidade ao consumidor.

Outros valores são associados a trocas econômicas que vai ao encontro da teoria econômica estendida de Sen, quando se trata de comportamento humano. “O comprometimento não pressupõe o raciocínio, mas não o exclui, na medida em que obriga a pessoa a compreender e avaliar, da melhor maneira, em função de seus valores e de seus instintos, as consequências de seus atos para os outros, ele pode ampliar o alcance do raciocínio” (SEN, 1993 *apud* ZAOUAL, 2006, p.45).

Quanto às dificuldades da produção orgânica, foram destacadas as dificuldades ao acesso à informação das práticas de manejo que podem ser utilizadas e testadas na produção, como se observa no relato:

A dificuldade é na informação, mas hoje como domina um pouco mais a busca pela informação já se sente mais seguro. Mas chegar as informações, ou pessoas que tragam informação, hoje se tem muito conhecimento de fácil acesso sobre técnicas na produção convencional, pouca coisa de orgânicos e sobre produção de forma agroecológica muito menos (AF1).

Quanto às dificuldades de manejo por falta de informação, independente de se tratar de transição, manutenção e/ou ampliação da produção, remetem à importância do controle de insetos e doenças nos cultivos para melhor equilíbrio entre produção e meio ambiente, ainda mais quando se trata de um local onde a maioria dos vizinhos utiliza agrotóxicos na produção de tabaco, e a deriva destes colabora com o desequilíbrio podendo causar danos maiores a produção orgânica.

O AF2, que produz grãos, relata: “Dificuldade com insetos, por exemplo a lagarta do cartucho, a mosca da fruta, e feijões com a cigarrinha”. A mão de obra é também uma dificuldade quanto aos manejos da produção para todos, mas fica mais evidente no relato da agricultora que trabalha sozinha na propriedade:

A dificuldade é mão de obra, envolve capinas, roçadas, sempre tem o que fazer, não é como no convencional que usam veneno ou outros insumos. Tem que estar disposta a correr atrás, se não pode perder a produção. Um dia que estava a quase 40 graus de temperatura, começou a colher o trigo de manhã, pois a previsão a noite era de chuva e podia perder a produção, só vinha até em casa tomava um pouco de água e retornava, e mesmo com roupa comprida estava muito vermelha (AF4).

Já a agricultora mais jovem, estudante de Agroecologia, traz aspectos de conscientização, como dificuldade dos agricultores em mudar a mentalidade, pois se aprende na prática como produzir e tem assessoria disponível na região para isso.

As dificuldades pela experiência que vem tendo, por fazer feiras desde 2015, ainda muito jovem estudando na EFASC, começou a fazer feiras, a maior dificuldade é acabar mudando o pensamento na forma de ver a agricultura, os avós e os pais fizeram a agricultura a vida inteira do mesmo jeito, então mudar a mentalidade, se conscientizar que a produção com agrotóxicos ela é prejudicial e vai aparecer em algum momento as consequências é o maior desafio, mudar a mentalidade das pessoas, por que as outras questões de produção orgânica, de onde vem os insumos, como cultivar, tudo vai aprendendo com a prática, tem a EFASC para ensinar, o CAPA para prestar assistência técnica e várias entidades no Vale do Rio Pardo que trabalham com Agroecologia que assessoram bem quanto a isso, mas o principal é mudar a mentalidade (AF3).

A produção orgânica exige planejamento de produção e organização do trabalho, e nesse sentido vários aspectos são relevantes na compreensão da diversidade entre os agricultores entrevistados e seus critérios para definir quais cultivos realizar, aspectos associados a adaptação nas propriedades, comercialização e tempo disponível. “Pela procura mais, por exemplo feijões sempre tem falta, a farinha de milho, começaram a produzir a soja também” (AF2).

Primeiro a se adaptar à realidade do agricultor, trabalhou com legumes, verduras, trabalhava muito, tinha uma renda razoável, mas precisava muita mão de obra. Cultivar frutas se adaptava melhor ao sistema que estava se implantando, e por plantar só uma vez no fim acabou de se tornar mais fácil de trabalhar sendo os principais cultivos atualmente. Define os cultivos, observando o ambiente, observando o mercado (AF1).

Como a produção orgânica na propriedade é por minha vontade, defini mais pela produção de frutas, pois de Santa Cruz do Sul onde estudo até a propriedade é mais de 55 km, o que impossibilita estar na propriedade todos os dias, e como estou na faculdade e trabalho na feira pedagógica da EFASC, vou articulando para estar na propriedade sempre que posso, mas produzindo algo que não dependa de estar todos os dias, e ajudo também os pais na produção. Quem define os cultivos no quintal orgânico sou eu, mas na produção de Tabaco meus pais (AF3).

Saber o que os clientes gostam, o que não gostam, algumas coisas não adianta plantar muito que não vai vender, outras coisas tem sempre saída como batata, mandioca, alface, temperos, alho poro esse tipo de coisas, repolho grande ninguém compra, beterraba grande as vezes compram, mas normalmente querem coisas pequenas, coisas muito grandes ninguém compra, por não caber na geladeira, ou pela família não conseguir comer e ter que jogar fora, é um público que cuida muito, quanto ao desperdício e também de outras coisas como, de não amarrar os molhos com plástico, e sim com barbante de algodão, e desde que uma cliente falou isso, ela não amarrou mais com plástico, sempre com algodão mesmo que rasgue os dedos por ser mais áspero. Ela que define os cultivos a partir dos mais consumidos nas feiras (AF4).

No relato da AF4, além dos aspectos de demanda das feiras, é perceptível as questões de aparência e tamanho dos alimentos orgânicos, o que pode acontecer por desequilíbrios, principalmente em períodos de transição de cultivos convencionais para orgânicos, pois onde há um equilíbrio dos cultivos, ambiente e solos saudáveis, esses alimentos não perdem em nada, nem na aparência, para os convencionais.

Quando questionados se existe apoio para produção e/ou comercialização de orgânicos na região e qual a forma, o AF2 destacou organizações como CAPA e Ecovale como “importantes para a comercialização de orgânicos, pela organização da demanda;” as Cooperativas citadas como um “mercado além da feira” para AF1, caracterizando a comercialização em rede através da demanda do restaurante industrial para estas organizações, e que esta informação já está presente como possibilidade para estes agricultores. A AF3 relata outras atividades importantes de apoio para Agroecologia na região.

Existe na região do Vale do Rio Pardo, iniciativas de entidades que trabalham com a Agroecologia, uma delas a EFASC, onde estudou e atualmente é monitora, e que vem a mais de 10 anos contribuindo com a formação de jovens agricultores e oferece essa educação totalmente voltada a Agroecologia, técnico agrícola voltada a produção de forma agroecológica, tem vários jovens, que estudam, que passaram por lá, egressos que continuam com essa caminhada. E outras entidades como CAPA, ECOVALE, UERGS com Bacharelado em Agroecologia, e a Articulação da Agroecologia do Vale do Rio Pardo como um “guarda-chuva” de todas essas entidades. Qualquer iniciativa de agroecologia tem todo esse suporte, esse chão para caminhar e que vem sendo muito apoiada (AF3).

Já na perspectiva quanto a venda e produção, o AF1 relata a falta de incentivos governamentais para os orgânicos.

Não tenho apoio das instituições para a produção e a venda, só de pessoas técnicos pontuais tentam ajudar a construir, mas não existe uma política dos orgânicos, a região aqui tem o rotulo que a produção orgânica não deslança, mas é por causa da falta de incentivos e estrutura para produção orgânica institucional principalmente (AF1).

Aspectos relevantes quanto a produção orgânica e as relações de valorização desta produção pelos consumidores que vivem nos espaços urbanos, são evidenciados quando questionados sobre a necessidade de ampliação da produção de orgânicos pela agricultura familiar e a valorização nos mercados locais.

Acha que o indicativo de valorização é o consumidor, chegando no mercado, nas feiras pedindo pelos orgânicos, é o consumidor fazer o movimento, e os agricultores verem que pode ser uma possibilidade de negócio, começando a surgir lojas, restaurantes com essa demanda que vem do consumidor. Inclusive alguns chegam nas feiras convencionais e perguntam se é orgânico, e muitos falam que sim, por isso acha

importante também a certificação em alguns casos. O consumidor dita o mercado, não o mercado que dita o consumidor, quanto mais os consumidores saberem dos orgânicos, mais vai deslançar. Tem o consumidor quanto aliando, por ir atrás de orgânicos, como experiência desde que começou a fazer feira, os outros agricultores feirantes, relataram que aumentou clientes deles também, pois vão atrás da banana e laranja com gosto diferenciado (AF1).

É fundamental ampliar a produção de orgânicos na Agricultura familiar para fomentar e fortalecer várias outras correntes, não só da agricultura familiar mas questão da renda, de uma comercialização de alimentos que é garantida, as pessoas vão tendo acesso a um alimento de qualidade que vai estar trazendo mais saúde para essas pessoas, uma qualidade de vida melhor, uma segurança e soberania alimentar para poderem escolher do que vão se alimentar e saber de onde vem, ter essa valorização pelos mercados locais dessa forma agroecológica de produzir que vem da agricultura familiar é de fundamental importância e vai estar fortalecendo muitas outras locais (AF3).

Na resposta da AF4 ressalta-se a abordagem da consciência de consumir orgânicos e na ação de buscar esses alimentos para a saúde que é um fator que aparece diversas vezes quando se trata de produção e consumo de orgânicos e que ficou mais evidente no contexto da pandemia de COVID-19.

Sim, acha que automaticamente está acontecendo, agora com a pandemia as pessoas estão se conscientizando mais que não é qualquer coisa que se come e faz, questionada pelo filho sobre como não tem a cura do câncer e da covid já está a caminho a vacina, ela explicou que é o preventivo, usar máscara, álcool em gel, se cuidar para não ir locais aglomerações, lugares fechados, e o que se faz para evitar o câncer? As pessoas deixam de comer ou tomar coisas industrializadas? Não, as vezes sabendo que é cancerígeno e mesmo assim consomem, acha que a doença é o que se alimenta, o tipo de vida que se leva (AF4).

O AF2 aborda a dificuldade de outros agricultores fazerem a transição para a produção de orgânicos em um território agrícola caracterizado pela produção de tabaco. “Sim é muito importante, mas os agricultores nasceram e cresceram só no meio do tabaco e acham muito difícil largar o tabaco, para aumentar a produção dos orgânicos, pois não se sentem seguros”.

Questionados sobre vizinhos que produzem orgânicos, as respostas confirmam que são poucos ou nenhum para comercialização que more perto na mesma localidade. O contato com outros agricultores que produzem é através dos grupos de certificação e feiras, onde ocorrem as trocas de experiências quanto a produção orgânica. Nesse sentido também relatam a troca de experiências entre vizinhos que não comercializam seus produtos como orgânicos, apesar de produzirem sem agrotóxicos os alimentos consumidos pela família. Nas relações entre vizinhos as críticas quanto a forma de produção orgânica para comercialização também esteve presente, como relata o AF2:

De início os vizinhos criticavam, diziam que ia passar fome sem plantar tabaco, mas fome não passa por produzir alimentos, pode ser que não tenha dinheiro respondia. Agora eles vêm que dá dinheiro, mas não se sentem seguros para largar do Tabaco e tentar a produção do feijão ou milho etc. (AF2)

Quanto a crítica dos vizinhos o AF1, quando questionado se a produção orgânica tem fortalecido os laços comunitários entre as famílias da comunidade, afirmou que:

Em um primeiro momento se sentiu isolado da comunidade por produzir orgânicos. Mas sabe por conversas que circulam na comunidade, todos agricultores sabem o que ele faz, estão curiosas, querem entender como funciona, mas tem vergonha de ir até a propriedade e perguntar. Mas percebem que dá certo, pelos bens que vem sendo adquiridos e estruturas, o que causa maior curiosidade (AF1).

Esses relatos indicam a importância das ações dos agricultores familiares que produzem orgânicos, ao demonstrarem que esta produção é viável às famílias da comunidade, que muitas vezes não conseguem ver outras possibilidades de cultivos para comércio, além do tabaco. Mesmo com a hegemonia imposta pela produção do tabaco como fator de desenvolvimento econômico da região, a atuação da agricultura orgânica nos mercados locais e regionais tem sido através das práticas destes agricultores, em parceria com as instituições de apoio, desde a produção, a certificação, até a comercialização. Para novas possibilidades se tornem potencialidades é necessário um novo olhar sobre o todo, como afirma Ana Clara Torres Ribeiro:

O espaço vivido, o lugar de pertencimento, as territorialidades, ou ainda, o território praticado e usado, como disse Milton Santos, exigem o desvendamento de um novo humanismo, de um humanismo concreto. Constituem, aliás, elementos irrecusáveis desse humanismo, que precisa ser formulado em oposição ao cientificismo e ao artificialismo que apoiam a unificação do mundo segundo os interesses da fração do capital que domina a atual fase do capitalismo: o capital financeiro. O humanismo concreto – indispensável à orientação ética da ciência, da política e dos investimentos em técnica – distingue-se do humanismo abstrato, que convive com a matematização do mundo associada à alienação territorial. (RIBEIRO, 2006 *apud* ZAOUAL, 2006, p. 10).

Como relata o agricultor, a importância das instituições também está na disseminação da informação sobre a produção orgânica local e regional, através das visitas às propriedades para que mais pessoas possam ter o conhecimento de como se produz orgânicos.

As visitas feitas na propriedade através do MPA, EFASC e outras como universidades se espalhou muito a informação positiva, isso repercutiu por que alguns eram filhos de agricultores da comunidade, falando que a produção é incrível, então aumentou a curiosidade, não só em Santa Cruz do Sul. Como em Santa Maria quando vai na feira, teve já caso de ser abordado pelo nome (AF1).

Nesse mesmo sentido as instituições aparecem como fortalecedoras dos laços entre agricultores que produzem orgânicos, que mesmo estando em localidades e municípios diferentes, se encontram por meio destas em grupos de certificação e feiras, onde trocam experiências e compartilham formas de melhorar a produção e comercializar os orgânicos. Esta constatação é corroborada pela AF4 “Sim fortalece, pois, trocam experiências, um ensina para outro alguma coisa que aprendeu na propriedade, não tem segredos, se não tem alguma coisa na produção e sei que o colega gosta, trocam alimentos que sobram, um ótimo entendimento na relação”. A AF3 relata a importância das relações entre as instituições e suas ações como fundamentais para que o agricultor conheça possibilidades de estar com agricultores que produzem orgânicos na região.

Sim, por exemplo antes de entrar na EFASC não conhecia o grupo EcoVida, e ter ingressado nesse grupo foi fundamental, pois, conheci outros agricultores mesmo que de comunidades vizinhas, mas que pensavam de uma forma parecida com a minha, então fortaleceu muito não só individualmente, mas essa interação e todos se ajudando fortaleceu muito os laços (AF3).

Esses dados mostram a relevância do sentimento de pertencer e descobrir que tem mais agricultores que pensam de forma semelhante na prática de produzir e comercializar orgânicos, principalmente em um território marcado pela produção do tabaco o que faz com que o agricultor que escolhe a transição para os orgânicos seja julgado pela maioria dos agricultores vizinhos, o que remete à falta de informação desta possibilidade como real e prática no processo de transição agroecológica. Nessas relações a cooperação e noção de pertencimento são mais fortes que a concorrência, pois a força da união em rede é diferente da força do indivíduo isolado, pressuposto pelo pensamento global. “É uma economia da diversidade cujas raízes estão nos múltiplos registros do social, a partir dos quais o homem conduz sua vida cotidiana” (ZAOUAL, 2006, p.78).

Esta compreensão se evidencia quando se encontram através dos grupos e feiras, onde trocam vivências comuns com outros agricultores da região que também acreditam e praticam a produção orgânica como fonte de renda e de qualidade de vida.

Inúmeras fontes e causas se combinam no mundo dos sítios. Nele, tudo é essencial, da especificidade dos indivíduos aos seus modos de coesão coletiva, passando pela influência do seu passado, dos meios circundantes locais, regionais, nacionais e mundiais. Isso enfraquece duramente as abordagens científicas clássicas dominadas pelo pensamento reducionista e classificatório. Essa superposição torna os sítios indeterminados em suas evoluções futuras. As camadas sedimentadas de histórias,

culturas, de influências, de situações etc. mesclam-se no que há de mais profundo nos homens, nas instituições e nos comportamentos das regiões consideradas. (ZAOUAL, 2006, p. 71).

Nesse sentido as instituições, são importantes não só pelo apoio, mas também por promoverem o encontro destes agricultores que compartilham, além de experiências e vivências, motivações para a permanência na produção orgânica, em que pertencer é cada ator se sentir como uma parte de um todo, que dá sentido e direção, fazendo o espírito de grupo desempenhar um papel catalisador das energias individuais (ZAOUAL, 2006).

Assim como a ação dos agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos, a gestão destas organizações é fundamental, enfatizando o papel dos valores nas relações com o meio, e o que elas têm de mais profundo, que remete ao sentido de comprometimento mútuo. “Com efeito, é evidente que a eficácia de uma organização resulta diretamente do sentido investido por seus membros em seus objetivos” (ZAOUAL, 2006, p. 43).

Questionados sobre as iniciativas de vendas conjuntas e/ou beneficiamento de produtos, visando agregação de valor, diversas realidades foram relatadas, em experiências diferenciadas. O AF2 relata que “na família uma agroindústria de beneficiamento de grãos, para a produção de farinha de milho;” o AF1 relata que já fez parceria de venda para agroindústria e mandou processar laranjas para suco, mas hoje em dia não vale a pena pois tem outras formas de comercialização *in natura*. “Quando priorizou o envio para beneficiamento, perdia muito o foco da produção, desfoca pela mão de obra que dá para comercializar, valeria se tivesse a própria agroindústria, mas legalizar agroindústria familiar, não compensa do jeito que está hoje” (AF1).

As agricultoras AF3 e AF4 relatam aspectos ligados as feiras pelo grupo de certificação Ecovida e seus parceiros locais como CAPA, MPA, EFASC, que ajudam na integração dos agricultores, não só em grupos de certificação, mas com apoio de comércio da produção orgânica em venda conjunta, mantendo os acordos realizados nos grupos, onde nas relações de mercado a confiança e parcerias são nítidas.

Sim, tudo dependia da comercialização do grupo como um todo, a feira sempre era com todos os integrantes do grupo. Sobre agregação de valores, agroindústria ainda não tem, muitas das conservas que se fazia e comercializava na feira, era feita de uma forma muito artesanal, na própria cozinha. Só uma família do grupo que tem uma agroindústria que faz beneficiamento cana de açúcar, melado, chimias, açúcar mascavo, mas uma iniciativa muito dessa família e a renda da produção daquela agroindústria vai para essa família (AF3).

Nas sextas feiras, faço panificados que vendo na feira orgânica do bairro Arroio Grande e vou começar a fazer bolachas de Natal, pois nessa da rua Tomas Flores é outro colega que faz os panificados e bolachas. Isso agrega valor, e esse sistema também dá lucro para cooperativa pois, acabo comprando a farinha deles e outras

coisas tudo orgânico, tenho desconto e fica pão orgânico. Até sabão caseiro comecei a fazer, na cooperativa falei em reunião para divulgar e os clientes trazerem os resíduos de óleos caseiros. Todos esses como sabão, conservas, mel etc. pode fazer, mas pela cooperativa se deixa na loja, não pode vender na feira, a loja revende, pois precisam de lucro para se manter e acharam a forma através destes produtos. Mas fica registrado com quem fez, é melhor que vender nos mercados, pois alguma empresa maior pode denunciar e se perde já esse comercio (AF4).

A partir dos relatos, além da produção de alimentos vendidos in natura, outros alimentos que fazem parte da cultura local e regional são comercializados através destas redes, e que não teriam espaço no mercado convencional por dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar na legalização de seus “processados”, tendo em vista que os incentivos públicos para agroindústrias familiares estão escassos. Assim, essas redes organizam formas mais compatíveis com as realidades destes agricultores na comercialização destes produtos e em troca uma parte do valor fica com a instituição para agregar nos custos de manutenção destes espaços.

Nesse sentido é perceptível nas ações destes atores a compreensão das necessidades não só individuais de agregar valor em seus produtos, mas também destinar recursos para manter o coletivo atuante e mantendo relações de confiança na organização. Segundo Zaoual:

O sítio aparece, efetivamente como uma entidade coletiva que os homens constroem em função de suas situações para se orientar e criar a confiança necessária em sua vida cotidiana. Em toda a parte, o sítio substitui o acaso pela organização. Nisso, ele é redutor de incerteza. (ZAOUAL, 2006, p. 70).

Os grupos de certificação participativa da rede Ecovida são novamente citados por todos os agricultores entrevistados, quando questionados se fazem parte de grupos de agricultores orgânicos. Já a pergunta de como funcionam as interações destes grupos, as discussões sobre produção e comércio são pautas, mas é importante ressaltar que a pandemia alterou a forma das reuniões, que passaram a ser *online*, com exceção das de certificação participativa em que os encontros são necessariamente presenciais.

Grupo através do CAPA, na localidade se chama grupo do Chapadão, as reuniões são mensais, onde a principal discussão é ampliar a produção, mas outros agricultores não se acham seguros. Também sou vice-presidente da Ecovale reuniões mensais, que antes era presencial, mas com a pandemia através de telefone, onde são tratados assuntos de produção e comercio (AF2).

Dados relevantes, como os relatados por AF1 e AF4, ressaltam a distância entre comunidades ou municípios dos agricultores que pertencem ao mesmo grupo de certificação de produção orgânica. “Do grupo de orgânicos da feira, também da rede Ecovida, mas esse último

é específico para certificação, desse grupo fazem parte duas famílias de Cachoeira do Sul, e duas de Rio Pardo, mas a realidade dos outros agricultores orgânicos é muito diferente da minha” (AF1).

Sim do grupo dos Camponeses de certificação participativa pelo MPA, fazem parte menos de 10 agricultores, alguns de Santa Cruz, Rio Pardo e outros municípios em volta. Agora pela pandemia não se encontram todo o mês como era de costume, agora compartilham no grupo de WhatsApp, e durante a pandemia se encontraram duas vezes, mas dentro das normas (AF4).

Além da alteração nas reuniões, outras formas de comunicação, divulgação e comércio foram priorizadas na nova realidade.

Sim do grupo EcodaVida de Venâncio, funciona com reuniões mensais, mas durante a pandemia as reuniões não foram feitas para proteção, ainda mais que a maioria das famílias fazem parte do grupo de risco, mas aumentamos as entregas, as pessoas entram em contato pelo whats disponibilizado e divulgado em jornais e rádios, e aos sábados de manhã retiram seus alimentos. Diminuindo a exposição e contato entre agricultor e consumidor, mas garantia a comercialização e o acesso das pessoas aos alimentos (AF3).

Apesar dos desafios da produção e comercialização orgânica estarem nítidos nos relatos, é necessário compreender como eles percebem as limitações para a transição e ampliação da produção orgânica. E as respostas são variadas, aspectos relacionais, como falta de informação, e consciência da forma de produção. O AF1 vê como limitação “Acesso à informação, saber como faz, e fazer a pessoa pensar como orgânico e agroecológico, não como convencional na forma de produção. Não adianta produzir orgânicos em um sistema de trabalho que gera muito desequilíbrio, é insustentável”. No mesmo contexto AF3 destaca:

A maior dificuldade é a conscientização, que as pessoas busquem entender que o alimento precisa ser limpo e precisa cumprir essa função que é de fato alimentar, levar saúde as pessoas, sendo esse o maior desafio a conscientização, no momento que isso vai estar mais claro na cabeça das pessoas, acredita que os processos de transição e ampliação da produção orgânica vão ser muito mais simples de serem feitos, mais tranquilos (AF3).

O AF2 já acredita que no caso da família do agricultor, o que limita a ampliação é a falta de mão de obra, e entre os vizinhos é a insegurança por trabalharem com tabaco dificulta a transição pois “o tabaco dá muita mão de obra, e como a despesa é alta, eles têm que fazer o máximo p fazer render, ficam muito envolvidos”. AF4 afirma que para ela “qualquer coisa que queira, consegue, não acha que tenha limitantes”.

Questionados sobre quais alimentos identificam como sendo típicos da região de Santa Cruz do Sul, as respostas dos agricultores remetem a diversas possibilidades e potencialidade visíveis no território, tanto para suprir a demanda dos mais consumidos, como também os alimentos tradicionais carregados de memória afetiva e que são cultivados para subsistência familiar. “Por aqui todo mundo planta alface, repolho, coisas mais fáceis que todo mundo sabe cultivar, se pensar em tomate por exemplo nem todos sabem produzir tem que ter um pouco mais de conhecimento, mais cuidados. Acredita que mais as hortaliças” (AF4).

Existem alguns alimentos que são comercializados no grupo EcodaVida que são muito específicos dessa região, como exemplo os derivados da cana que vem da agroindústria de uma família do grupo, como açúcar mascavo, melado, uma chimia que tem melado com outras frutas, laranja, melão, mamão verde, é uma chimia muito única, que as pessoas tem um apreço muito grande, por muitas vezes faz lembrar a própria infância dessas pessoas, pois as pessoas carregam uma memória afetiva com alimentos e pensando também na maioria das pessoas que vivem na cidade de Venâncio, se não os pais os avós a maioria viveram no campo, então consumir um alimento que lembre, que era produzido pelos pais ou pelos avós como um melado, açúcar mascavo, é lembrar da própria infância, as origens saber da onde veio, tem esses alimentos que são muito típicos bolachas, pães, conservas, as hortaliças também, mas mais esses processados artesanais que carregam essa memória afetiva, e as pessoas tem um carinho muito grande, e que são alimentos muito típicos dessa região e carregam a cultura alimentar dessas pessoas (AF3).

Aspectos da produção, observação, adaptação ao ambiente e demanda são levados em conta, como responde o AF2: “Na região de Candelária, a maioria produz um pouco de feijão, milho, pela distância que fica de Santa Cruz a produção de alimentos que não são tão perecíveis, como os grãos são mais viáveis, como arroz, soja e milho seriam os três principais”. Foi ressaltada também a importância das frutas nativas, como o palmito Jussara, que é típico da mata nativa da região, como lembra AF1.

Sim como típicos, observa mais adaptáveis que se alimenta e percebe que pode ser viável, abacate produz fácil, banana, chuchu, laranja sempre produziu sempre bem, tentar ver as culturas que são mais adaptadas na propriedade e região. Das nativas algumas potencias também como frutas guabiroba, açai Jussara e outras que não lembra de cabeça, mas que dão muito certo (AF1).

O significado dos alimentos faz toda a diferença uma vez que traduzem memórias passadas de geração para geração.

Nas ações e relações entre agricultores familiares produtores de orgânicos da região de Santa Cruz do Sul é perceptível que o espaço local do sítio não se reduz a um simples lugar de encontro físico, mas antes de tudo um conjunto de crenças compartilhadas, no espaço vivido pelos agentes da organização social, desenvolvendo mecanismos de integração no lugar e no

grupo de pertencimento. “O conjunto é aperfeiçoado por crenças compartilhadas que motivam e controlam os excessos da concorrência, da inveja e do mimetismo destruidor” (ZAOUAL, 2006, p. 74).

Em sua pureza extrema, as crenças práticas são como divindades que guiam em profundidade as rotinas e os modelos de ação perceptíveis na superfície da realidade do sítio. Incontestavelmente há um fio que liga, de maneira mais ou menos oculta, esses diferentes mundos que um mesmo sítio pode conter e marcar para sempre. (ZAOUAL, 2006, p. 74).

Assim, nas percepções quanto ao meio, na identificação com outro, em partilhar seus conhecimentos, saberes, práticas e na visão de futuro. A Agroecologia é o maior sítio em comum na construção de um desenvolvimento regional, compatível com as práticas já existentes e nas perspectivas futuras de ampliação tanto na produção quanto na comercialização de alimentos orgânicos nos mercados locais, através de circuitos curtos de comercialização.

É preciso estar aberto e, ao mesmo tempo, estar na raiz das práticas locais para que o local não seja aniquilado pelas soluções prontas pelo pensamento global. Visto do sítio, aquele modo de pensar não faz sentido. Se forem concebidos fora do sítio, a técnica, o modelo ou projeto são perdas de tempo. Esses procedimentos que reduzem e destroem mais cedo ou mais tarde serão também destruídos pelas reações do sítio ou, ao menos, desviados de suas finalidades iniciais. O sítio sabe evitar os projetos dos tecnocratas especialistas em desenvolvimento! (ZAOUAL, 2006, p. 73).

As práticas de produção orgânicas de base agroecológica são, com certeza, um caminho para construção de relações de solidariedade entre agricultores familiares reforçando, dessa forma, a noção de pertencimento ao lugar em que vivem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem dos sítios simbólicos de pertencimento, permitiu perceber os valores presentes nas dinâmicas entre os agricultores familiares produtores de orgânicos que são reproduzidos não só na forma de produção, mas também nas estratégias de organizações em grupos e redes de cadeias curtas de comercialização. Essas ações mostram a resistência destes agricultores e de suas organizações às imposições do mercado global homogeneizante. O resultado vem se consolidando nas possibilidades de expansão de mercados locais e regionais para a comercialização de alimentos orgânicos, como foi evidenciado nesta pesquisa por meio da demanda por estes alimentos em restaurantes de Santa Cruz do Sul.

Quando se trata de agricultura orgânica familiar é necessário caracterizar as interações estão presentes entre os atores, desde a consciência do agricultor aos valores envolvidos na comercialização dos produtos. Pois a produção orgânica sustentável não é simplesmente não usar agrotóxicos e manter relações de dependência externa, transpondo o pacote tecnológico convencional da forma de produzir com a substituição de produtos químicos por produtos biológicos industrializados e tecnologias que não contemplam as realidades da agricultura familiar e continuam a aumentar as desigualdades e desequilíbrios decorrentes do processo industrial de produção e também de exploração do trabalho da agricultura familiar na produção de alimentos.

Nesse sentido, observa-se que a produção orgânica da agricultura familiar que está sendo praticada na região se orienta nos princípios da Agroecologia, tanto na forma de produzir quanto nas relações com a natureza, disseminando o saber-fazer, e a participação em grupos de certificação e de comercialização da produção.

Quanto à demanda dos restaurantes e a empresa alimentar ficou evidente o interesse em ofertar nos cardápios mais alimentos orgânicos produzidos pela agricultura familiar da região, mesmo que a maioria dos clientes não questione a origem dos alimentos ofertados. Mas aspectos ligados a saúde, nutrição e melhor qualidade destes alimentos são mencionados como diferenciais, o que pode atrair outros clientes, aspecto em que o selo de certificação foi citado como importante. Mas acreditam que é necessária mais infraestrutura dos agricultores para suprir a demanda, com maior quantidade e variedade de orgânicos para ofertar.

Quanto às dinâmicas de organização com os fornecedores dos alimentos orgânicos, observa-se que já existe uma relação de confiança entre os restaurantes e os agricultores que fornecem os produtos. Esta relação foi estreitada em decorrência da pandemia que interrompeu as buscas de alimentos na CEASA, como era de costume, o que levou ao aumento da demanda por alimentos de fornecedores locais e regionais, ressaltando, dessa forma, a importância das cadeias curtas de comercialização de alimentos para o abastecimento local, crise que o mercado convencional, composto de atravessadores, muitos intermediários e longas distâncias entre produtor e consumidor, não conseguiu atender.

Quanto aos alimentos orgânicos que já fazem parte do cardápio dos restaurantes, evidenciou-se a importância das feiras orgânicas que fornecem esses produtos. Observou-se a compreensão destes quanto a sazonalidade de alguns alimentos, levando-os a adaptar os cardápios com que estava disponível. Já a demanda da empresa alimentar que é sugerida por uma empresa cliente, configura a forma de comercialização em rede, em parceria com o CAPA e Cooperativas de agricultores familiares da região como fornecedores.

Entre os agricultores familiares que produzem alimentos orgânicos diversos valores caracterizam a presença dos sítios simbólicos de pertencimento que convergem com os princípios da Agroecologia, por meio da busca de melhores condições de trabalho, de saúde, interação com a natureza no sentido de preservação e harmonia. Também se evidenciam por meio das trocas de conhecimentos e informações, nas interações de comercialização associados a valores como comprometimento, confiança, cooperação, coordenação e participação dos atores envolvidos, comprometidos em fazer o bem ao ofertar alimentos saudáveis e nutritivos, fatores que vão no caminho da soberania alimentar.

A partir destas práticas já existentes se percebe a capacidade de organização destes agricultores junto as instituições que fazem parte da Articulação da Agroecologia do Vale do Rio Pardo, com as quais convergem ao propor a produção de alimentos orgânicos como possibilidade para agricultores familiares da região, por meio de novas interações também nas formas comercialização destes produtos, o que fortalece as relações, mesmo entre os que residem em localidades distintas.

Não só os agricultores, mas a presença ativa deles nos processos junto as instituições remetem a um sentido de pertencimento e valorização da capacidade local de organização de novas economias que sejam mais equitativas, baseadas em relações de confiança, participação, cooperação e comprometimento mútuo presentes nessas interações. Estes vínculos fortalecem a permanência na produção orgânica de alimentos, ainda mais em um território em que a

maioria dos agricultores produz tabaco, marcados pela relação individualizada imposta pelas empresas do setor.

É importante ressaltar que os dados a partir das demandas dos restaurantes, evidenciam perspectivas de ampliação no fornecimento de alimentos orgânicos a partir da agricultura familiar da região, o que converge com as expectativas dos agricultores quanto as possibilidades de ampliação desta produção. Mas há aspectos que limitam esta possibilidade, como poucos recursos para investimentos, mesmo em estruturas simples e que fazem muita diferença, como por exemplo, estufas e irrigação, que permitiriam o aumento da produção e a superação da sazonalidade na oferta dos produtos.

Considerando as economias baseadas nos sítios simbólicos de pertencimento e as possibilidades quanto a novos mercados para a agricultura familiar no território, sugere-se novos estudos para aprofundar a análise de potencialidades e limitações para o incremento do mercado de produtos orgânicos na região, bem como as estratégias e os investimentos necessários para superar os desafios. Da mesma forma, sugere-se pesquisas referentes a outras possibilidades de demanda, como lojas especializadas, creches e escolas particulares, tendo em vista que na conjuntura atual em que os programas de alimentação escolar e de aquisição de alimentos estão praticamente extintos, esses podem representar novas oportunidades de mercados locais para comercialização de orgânicos.

Mas é importante salientar que o desenvolvimento regional abrange vários atores e interesses diversos. Nesse sentido, novas práticas não podem ser orientadas por um modelo único, nem mesmo na busca por sustentabilidade, uma vez que se trata de indivíduos e grupos sociais com compreensões e expectativas diversas quanto ao futuro desejado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, L. S.; BELLON, S. A dinâmica do desenvolvimento da agroecologia no Brasil e na América Latina. *In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS*, 6., 2014, Campinas, SP. **Anais** [...]. Campinas, SP: Unicamp, 2014. p. 1-14.
- ABREU, L. S. de; BELLON, S; BRANDENBURG, A.; OLLIVIER, G.; LAMINE, C.; DAROLT, M. R.; AVENTURIER, P. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 26, p. 143-160, 2012
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia** - as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.
- ALTIERI, M. Agricultura familiar camponesa como patrimônio ecológico planetário. *In: ALTIERI, M. Agroecologia*: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2008. p. 363-378.
- ALVES, A. C. O.; SANTOS, A. L. S.; AZEVEDO, R. M. M. C. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S. l.]. v. 7, n. 2, p. 19-27, set. 2012. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/10085> Acesso em: 28 set. 2021.
- AREND, S. C. et al. Observando o desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo: Notas sobre dinâmicas econômicas recentes. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 54, p. 234-257, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/11411> Acesso em: 28 set. 2019.
- BETEMPS, Cristiane. Embrapa inaugura Unidade Mista de Pesquisa e Transferência de Tecnologias no Paraná. **Jornal Dia de Campo**, [S. l.], 29 jun. 2016. Disponível em: <http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=33276&secao=Not%EDcias&t=F> Acesso em: 15 jan. 2019.
- BREITBACH, M. C. Á. A região de Santa Cruz do Sul e o fumo: panorama de uma “especialização” nociva. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 43-62, 2014. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3341> Acesso em: 28 set. 2021.
- BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Ijuí: FIDENE, 1988.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, G.J. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Caderno de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan/abr. 2000. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8860> Acesso em: 28 set. 2021.

CONTERATO, M. A. et al (org.). **Mercados e Agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Ed. Via Sapiens, 2013. (Série Difusão IEPE/UFRGS)

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004a. v. 1.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004b. v. 1.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. *In*: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011. p. 45-80.

BAPTISTA DA COSTA, M. B.; SOUZA, M.; JÚNIOR, V. M.; COMIN, J. J.; LOVATO, P. E. Agroecology development in Brazil between 1970 and 2015. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 3-4, p. 276-295, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/21683565.2017.1285382>>. Acesso em: 20 maio 2020.

COSTA, J. P. R. **A articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo – AAVRP/RS**: A Agroecologia como possibilidade de existência e resistência na construção de “Espaços de Esperança” na região do Vale do Rio Pardo. 2019. 241 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019.

DAROLT, M.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A., A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, [S. l.], v. 10, n. 2, jun. 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdf> Acesso em: 28 set. 2021.

DARLOT, M. et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 1-22, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016> Acesso em: 28 set. 2021.

DORNELLES, Mizael. Dinâmicas territoriais na região de Santa Cruz do Sul - RS/Brasil. **Anais do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional - Globalização em tempos de regionalização, repercussões no território**. PPGDR UNISC, Santa Cruz do Sul. 2015.

DORIGON, C.; RENK, A. Os sítios simbólicos de pertencimento dos colonos e dos caboclos do Oeste de Santa Catarina. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 27, n. 45, p. 140-158, 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4463> Acesso em: 28 set. 2021.

ESAU, C. **A tomada de decisão dos agricultores familiares pela diversificação dos meios de vida na microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul – RS /Brasil.** 2019. 98 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019.

ETGES, V. E. **Sujeição e Resistência:** os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1991.

ETGES, V. E. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. *In:* VOGT, O.; SILVEIRA, R. **Vale do Rio Pardo:** (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001. p. 351-365.

ETGES, V. E.; DORNELLES, M. Pós-graduação em desenvolvimento regional na universidade de Santa Cruz do Sul – 20 anos. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 3, p. 270-289, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/5562> Acesso em: 28 set. 2021.

FEE – **Fundação de Economia e Estatística (Rio Grande do Sul).** Censos demográficos. Porto Alegre: FEE, 2013. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/populacao/censos-demograficos> Acesso em: 28 set. 2021.

FRANCIS, C.; LIEBLEIN, G.; GLIESSMAN, S.; BRELAND, T.A.; CREAMER, N.; HARWOOD, R.; SALOMONSSON, L.; HELENIUS, J.; RICKERL, D.; SALVADOR, R.; WIEDENHOEFT, M.; SIMMONS, S.; ALLEN, P.; ALTIERI, M.; FLORA, C.; POINCELOT, R. Agroecology: The ecology of food systems. **Journal of Sustainable Agriculture**, v.22, n.3, p. 99-118, 2003.

FREDERICO, S. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o estado em áreas de cerrado. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 46-61, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74934> Acesso em: 28 set. 2021.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (org.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible.** Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010.** Brasília, DF: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/panorama>. Acesso em: 27 out. 2019.

FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA. **Dicionário do Desenvolvimento.** Lisboa: Instituto Camões, [2021].

KARNOPP, E.; WEBER, J. M. Agroecologia: experiência em construção no contexto do Desenvolvimento Regional. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, p. 4-21, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/15289> Acesso em: 28 set. 2021.

MAGNANTI, N. J. Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. **Revista Agriculturas**, v. 5 nº 2, 2008. p. 26-29.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil). Cadastro Nacional de Produtos Orgânicos. MAPA, Brasília, DF, 09 mar. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos> Acesso em: 28 set. 2021.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil). Em 7 anos, triplica o número de produtores orgânicos cadastrados no ministério. MAPA, Brasília, DF, 01 abr. 2019. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/em-sete-anos-triplica-o-numero-de-produtores-organicos-cadastrados-no-mapa#> Acesso: 27 fev. 2020.

MEDEIROS, M.; MARQUES, C. F. Plantando ideias inovadoras, colhendo transformações na agricultura familiar: a produção de base ecológica e a construção social de mercados no sul do Rio Grande do Sul. In: CONTERATO, M. A. *et al.* (org.). **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Porto Alegre: Ed. Via Sapiens, 2013. p. 114-132. (Série Difusão IEPE/UFRGS)

MILONE, P.; VENTURA, R. A mão visível na construção de novos mercados para economias rurais. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de Mercados e Agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 229-250.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MUNDLER, P. (dir.). **Petites exploitations diversifiées en circuits courts**. Soutenabilité sociale et économique. Lyon: Isara, 2008. 34 p.

NIEDERLE, P. A.; MARQUES, F. C. Produção ecológica de alimentos e mudanças institucionais: implicações para construção de novos mercados. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de Mercados e Agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 275-307.

ONU – **Organizações das Nações Unidas**. Objetivo 2: fome zero e agricultura sustentável. Brasília, DF: ONU, 2015]. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/ods/2/> Acesso em: 28 set. 2021.

OXFAM. **Hora de mudar: Desigualdades e sofrimento humano nas cadeias de fornecimento dos supermercados**. São Paulo: Oxfam GB, 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/setor-privado-e-direitos-humanos/por-tras-do-preco/hora-de-mudar/> Acesso em: 28 set. 2021.

PETRY, H. A.; SILVEIRA, R. L. L. (coord.). **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo (2015-2030)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017.

RAMBO, G.A.; HÜBNER, R. Repercussões territoriais decorrentes do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) no município de Saudades-SC. In: **Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território** Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 2015. Disponível em:

<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/13331/2497> Acesso em: 22 mar. 2019.

RUSCH, F.; THEIS, I. Agricultura Familiar no cenário mesorregional: um novo contexto agrícola no Desenvolvimento Rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 318-335, 2015. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/1026> Acesso em: 29 mai. 2019.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território O Brasil e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHMITT, C. J.; TYGEL, D. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 105-127.

SCHNEIDER, S. Prefácio. In: CONTERATO, M. A. *et al.* (org.). **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Ed. Via Sapiens, 2013. p. 8-11. (Série Difusão IEPE/UFRGS)

SEVILLA GUZMÁN, E. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A. M.; ASSIS R. L. (org.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 103-132.

SEVILLA GUZMÁN, E. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3. n. 1, p.18- 28, jan./mar. 2002. Disponível em: <https://www.agriverdes.com.br/biblioteca/biblioteca/Agroecologia/Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%20e%20Agroecologia/> Acesso em: 28 set. 2021.

SILVA, A. C. P. Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento global de Hassan Zaoua. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 315-317, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/218> Acesso em: 28 set. 2021.

SOUZA, J. G.; DIEGUES, V. C. Por uma desglobalização da produção alimentar - commodização da agricultura e diversidade produtiva: uma análise de Espanha. **GEOgraphia**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 63-81, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13643> Acesso em: 28 set. 2021.

STEDILE, J. P. Introdução. In: STEDILE, J. P. (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005. p. 15-31.

VILELA, F. G. *et al.* **Agricultura orgânica no Brasil**: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Campinas, SP: Embrapa Territorial, 2019.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 42-62, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234> Acesso em: 28 set. 2021.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, [S. l.], v. 29, p. 503–515, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1051/agro/2009004> Acesso em: 28 set. 2021.

ZAPPALA, J. H. B. **Agroecologia e o saber tradicional camponês: teoria e prática para a conservação da diversidade cultural e natural a caminho do envolvimento sustentável numa nova realidade**. 2011. 165 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez Editora, 2003. (Coleção Questões da nossa época)

ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Tradução: Michel Thiollent. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2006.

ZAOUAL, H. O homo *situs* e suas perspectivas paradigmáticas. Tradução: Leticia Mei. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 13-39, 2010. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/196> Acesso em: 28 set. 2021.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Roteiro de entrevista semiestruturada A

Agricultores familiares produtores de orgânicos

1. Em qual município a propriedade está localizada? Há quanto tempo moram?
2. Quantas pessoas na família? Idade? Quantos trabalham na produção?
3. Quantos hectares de área total? Total de área cultivada? Quantos hectares de orgânicos?
4. Há quanto tempo produz de forma orgânica? Qual forma de certificação, selo e/ou confiança? Quais alimentos?
5. Por que produzir orgânico? De onde vem os insumos? Tem alguma assistência técnica?
6. Quais vantagens na produção de orgânicos e quais dificuldades?
7. Onde comercializa? Vantagens e dificuldades?
8. A produção é planejada a partir de quais critérios? Quem define quais cultivos?
9. Quais os alimentos mais comercializados? Onde maioria são vendidos? Valores e quantidades?
10. Comercializa em restaurantes de Santa Cruz do Sul? Como iniciou esse comércio?
- Há quanto tempo? Quais/Quantos? Quais alimentos? Quantidade? Preço, como é definido, tem negociação? Frequência? Logística? Algum contrato formal?
11. Quanto a comercialização local em restaurantes, quais vantagens e desvantagens comparadas a outras formas de comercialização?
12. Há diálogo para melhor planejamento da produção e/ou ampliação conforme demanda dos restaurantes?
13. Principal renda familiar vem da comercialização de orgânicos?
14. Existe apoio para produção e/ou comercialização de orgânicos na região? Qual forma?
15. Qual a importância da produção de orgânicos pela agricultura familiar ser ampliada e valorizada nos mercados locais?
16. Vizinhos produzem orgânicos?
17. Há trocas de experiências na comunidade sobre produção orgânica?

18. A produção orgânica tem fortalecido os laços comunitários entre as famílias da localidade?
19. Há iniciativas de venda conjunta e/ou de beneficiamento de produtos, visando agregação de valor aos produtos (Ex: conservas, agroindústrias)?
20. Faz parte de grupo (s) de agricultores orgânicos? Como funciona?
21. Na sua experiência e prática, quais são delimitações para a transição e ampliação da produção orgânica?
22. Quanto a produção da agricultura familiar que tipo de alimentos identificam como sendo típico da região de Santa Cruz do Sul?

Apêndice 2 – Roteiro de entrevista semiestruturada B

Proprietários dos Restaurantes que servem refeições em Santa Cruz do Sul

1. Em que ano iniciou a empresa?
2. É uma empresa familiar?
3. Os proprietários são do município ou região?
4. Quantas refeições são servidas por dia em média? Antes da pandemia e com a pandemia?
5. As frutas, legumes e verduras oferecidos são bem aceitos pelos consumidores? Já teve elogios, críticas, e sugestões de mudanças? Questionam origem e se são orgânicos?
6. Qual critério na escolha dos fornecedores das saladas, frutas e dos alimentos in natura servidos?
7. De onde vem a maioria dos alimentos in natura consumidos no restaurante? E como chegou até esse fornecedor?
8. Conhece o local onde é produzido? Qual a logística de acesso (entregam ou buscam)? De quanto em quanto tempo as compras são realizadas? Formas de pagamento?
9. A diversidade e variedade de alimentos in natura disponíveis no cardápio varia de acordo com a época e fornecedor, ou a demanda permanece e ocorre a variação de fornecedores?
10. Como é a relação e acordos com fornecedores? Contrato formal?
Preços como são definidos? Transporte, frequência de entrega? Satisfação e confiança?
11. Tem preferência por orgânicos? Qual o motivo? Qual a vantagem? Qual a dificuldade?
12. Tem conhecimento da produção de alimentos orgânicos por agricultores familiares aqui na região de Santa Cruz do Sul?
- Tem contato? Tentou negociar? Quais vantagens? Quais dificuldades? O que certifica que é orgânico?
13. Quais são os alimentos mais consumidos in natura? Quem fornece? Qual preço?
14. Do total de alimentos demandados, quanto vem da agricultura familiar da região? Quanto são orgânicos?
15. Preferência por fornecedores locais? Sente falta de algum produto, quais? Conversa com o fornecedor sobre essa demanda?

16. Acredita que a produção de alimentos da agricultura familiar da região pode suprir uma maior diversidade de alimentos como fornecedores?

17. Quanto à produção da agricultura familiar, que tipo de alimentos identificam a região de Santa Cruz do Sul?